BANCO DO BRASIL
RELATÓRIO ANUAL 1979

A Casa da Torre, de Garcia D'Ávila, em Tatuapara, Bahia, é uma edificação rural fortificada, construída em pedra e cal por volta de 1580. Apresenta planta de alto nível arquitetônico e visível influência renascentista italiana. Possui capela de plano hexagonal.

A casa do Pátio de S. Pedro, em Olinda, Pernambuco, é construção urbana do século XVII, com características da primitiva arquitetura pernambucana: duas portas separadas por uma janela no pavimento térreo e balcão corrido. Possui maior quantidade de panos de parede do que de vãos, como as construções desse período.

Construído em taipa em 1580, o Forte dos Reis Magos, em Natal, Rio Grande do Norte, foi reconstruído em 1614 em pedra e cal, num projeto de Francisco Frias de Mesquita.

Magnífico exemplar da arquitetura rural bandeirista do século XVII, a casa do Padre Inácio, em Cotia, é uma construção em taipa de pilão, com belo trabalho de talha no beiral e colunas de madeira da varanda.

Em Salvador, dois edifícios do século XVII são preciosos: o Paço Municipal, construído pelo Governador José Francisco Menezes, entre 1653 e 1660, e a casa da Praça Anchieta nº 8, onde nasceu o poeta Gregório de Mattos, que possui imponente portada em arenito, com características renascentistas. O Paço Municipal sofreu acréscimo de uma torre central e dependências em 1698. Seu projeto é atribuído a Frei Macário de São João. Sua feição com arcadas no térreo e janelas de púlpito no andar superior é influência dos tratados renascentistas.

O BB EM GRANDES NÚMEROS

ESPECIFICAÇÃO	1979 CrS milhões	1978 CrS milhões	EVOLUÇÃO %
Ativo Total	1.461.069	778.529	87,7
Empréstimos	713.013	433.411	64,5
Depósitos	264.456	125.997	109,9
Patrimônio Líquido	138.404	84.315	64,2
Capital Social	39.801	29.376	35,5
Lucro Líquido	15.343	10.032	52,9
Lucro Distribuído	13.219	5.485	141,0
POR AÇÃO	**CrS**	**CrS**	**%**
Lucro Líquido	0,52	0,34	52,9
Lucro Distribuído	0,45	0,19	136,8
Valor Patrimonial	4,71	2,87	64,1
Volume de Ações (em milhões):			
Ordinárias Nominativas	16.470	16.470	–
Preferenciais ao Portador	12.906	12.906	–
Rede de Dependências:			
País	1.551	1.226	26,5
Exterior	55	50	10,0
Quantidade de Funcionários	84.546	79.414	6,5

Obs.: Valores em final de exercício

Luiz de Moraes Barros

Nestor Jost

Ângelo Calmon de Sá

Eduardo de Castro Neiva
Vice-Presidente

Oswaldo Roberto Colin
Presidente

Ernane Galvêas

Carloman da Silva Oliveira

Cid Heráclito de Queiroz

David Casimiro Moreira

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Nilson Miranda Motta
Diretor de Recursos Logísticos

Alcir Augustinho Calliari
Diretor de Recursos Tecnológicos

Dinar Goyheneix Gigante
Vice-Presidente de Administração

Amilcar de Souza Martins
Diretor de Recursos Humanos

Luis Fernando Duarte Siqueira
Diretor de Recursos Materiais

Antônio Chagas Meirelles
Diretor de Controle

Oswaldo Roberto Colin
Presidente

José Aristophanes Pereira
Diretor de Planejamento

Benedicto Fonseca Moreira
Diretor de Comércio Exterior

CONSELHO DIRETOR

Antônio Machado de Macedo
Diretor de Operações Externas

Eduardo de Castro Neiva
Vice-Presidente de Recursos e Operações Internacionais

Cesar Dantas Bacellar Sobrinho
Diretor de Operações Cambiais

Fernando Baptista Martins
Diretor de Recursos Administrativos da Área Internacional

Rodrigo Horácio Garcia da Costa
Diretor de Crédito Comercial

Roberto Antônio Pinto de Melo Carvalho
Diretor de Crédito Industrial

Giampaolo Marcello Falco
Vice-Presidente de Operações no País

Alésio Vaz Primo
Diretor de Crédito Rural

Antônio Arnaldo Gomes Taveira
Diretor de Operações Financeiras e Serviços

O Engenho Freguesia, em Matoim, Bahia, foi construído [illegible] Rocha Pita ao final do século XVIII, no esquema [illegible] casa grande, capela, senzala e [illegible] [illegible] exemplar da arquitetura barr[illegible]

A igreja N. S. da Conceição da Praia, em Salvador, Bahia, pré-fabricada em Portugal, possui fachadas em cantaria de Lioz e características do Alentejo. Erguida segundo projeto de Manuel Cardoso Saldanha, entre 1739 e 1[illegible]69, representa avanço no espaço barroco com nave oitavada e torres em diagonal. O forro da nave possui pintura ilusionista barroca.

A Casa de Câmara e Cadeia, em Cachoeira, Bahia, de tipologia renascentista italiana e construída entre 1698 e 1712, chama a atenção por sua localização num terrapleno com ampla escadaria de acesso. Possui arcada no térreo e janelas de púlpito no andar superior.

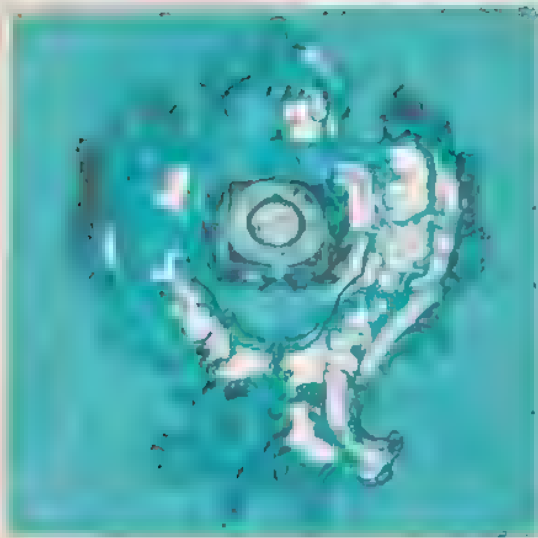
ÍNDICE

A igreja de Nossa Senhora dos Prazeres dos Montes Guararapes, em Pernambuco, foi construída em 1656 por Francisco Barreto de Menezes para homenagear a vitória sobre os holandeses. [illegible] estuda de azulejaria.

Situada em João Pessoa, Paraíba, a igreja de Santo Antônio é típica da escola franciscana [illegible] com [illegible] e torre única. Sua tipologia remonta [illegible] rococó. A talha da portada em pedra calcária [illegible] singular. No seu interior, o púlpito [illegible] obra rara [illegible] patrimônio nacional.

A casa da Fazenda do Capão do Bispo, no Rio de Janeiro, é uma construção rural de cunho português, possuindo alpendre com colunas toscanas, escadaria externa e pátio interno à feição romana.

Em Olinda, Pernambuco, a igreja do Mosteiro de São Bento foi construída por volta de 1760. De torre única, possui frontão amplo e pesado, de curvas e contracurvas, ornado por talha de pedra. O encurvamento do entablamento é característico da arquitetura religiosa pernambucana.

A igreja de São Pedro dos Clérigos, do Recife, construída entre 1728 e 1782, possui nave dodecagonal em forte movimento de barroquização da arquitetura religiosa. Sua fachada mostra tendência ao verticalismo, e a portada em arenito é um feliz momento de força e beleza.

MENSAGEM AOS ACIONISTAS

Senhores Acionistas:

Temos a grata satisfação de submeter à apreciação de V. Sas. o Relatório Anual das atividades do Banco do Brasil durante o exercício recém-concluído, o primeiro de nossa gestão como Presidente.

Dando seguimento ao trabalho iniciado por nosso eminente antecessor, Dr. Karlos Rischbieter, empenhamo-nos em ajustar a empresa às novas realidades, através de estrutura mais flexível e, consequentemente, mais preparada para enfrentar os desafios da nova década.

Desequilíbrios conjunturais nas economias industrializadas, recrudescimento da crise energética, instabilidade institucional na maioria das nações que buscam desenvolver-se — eis um painel sucinto, mas capaz de configurar 1979. Um ano, sem dúvida, de sobressaltos e inquietações ímpares, gerando perplexidades que culminaram com os dramáticos acontecimentos verificados no Oriente Médio.

Integrado na comunidade internacional, o Brasil não poderia, logicamente, conservar-se imune aos efeitos de conjuntura tão adversa. O novo Governo tinha plena consciência desse quadro. Por isso, ao tempo em que convivia com pluralizadas manifestações reivindicatórias, consequência natural do processo de abertura política, ele se estruturou, na área econômica, para o combate gradualista à inflação e o reajuste progressivo de itens desfavoráveis inseridos no balanço de pagamentos.

Revista em decorrência da recomposição do quadro ministerial, a condução da política econômica foi alterada, passando o Governo a adotar a estratégia de reversão da tendência inflacionária com a retomada do crescimento econômico.

Novas medidas corretivas, dentre as quais a maxidesvalorização do cruzeiro, foram anunciadas já ao final do ano. Na oportunidade, o Presidente João Figueiredo alertou a nação para a gravidade do momento, manifestando, ao mesmo tempo, sua inabalável confiança no futuro do País.

O Banco do Brasil comunga dessa profissão de fé e responde com tradição de desempenho demonstrada em períodos de grandes transições na vida nacional.

Sintonizados com a decisão governamental de eleger a agricultura como meta prioritária, preocupamo-nos, fundamentalmente, com o acesso do mini e pequeno produtor ao crédito rural.

O homem do campo é, por natureza, tímido e retraído. A esses problemas, de ordem psicológica, que o inibem de procurar o auxílio bancário, somam-se outros, de ordem econômica e burocrática.

Para neutralizar esses entraves e alcançar os rurícolas de menor poder aquisitivo, o Banco encontrou soluções práticas e objetivas que corrigiram distorções no atendimento e reduziram distâncias entre as propriedades rurais mais longínquas e os pontos de oferta do crédito.

Tais soluções se materializaram através dos Postos Avançados de Crédito Rural e da iniciativa dos 6.800 Pontos de Atendimento. Aqueles, com o objetivo primordial da capilarização do crédito rural e estes últimos, com a finalidade de atender o acolhimento de propostas rurais de custeio, de investimento e de preços mínimos.

Paralelamente à atuação na agricultura, cuidamos de ampliar a participação das pequenas e médias empresas na distribuição dos recursos disponíveis. Sempre dispensando tratamento preferencial ao pequeno empresário, o Banco reformulou as normas operacionais para tornar sua assistência progressivamente mais ampla e regressivamente menos onerosa.

Além desse esforço, o Banco realizou estudos destinados a traçar estratégia de longo prazo capaz de permitir o pleno desenvolvimento das pequenas e médias empresas. Consubstanciou-se essa estratégia no Sistema de Apoio Integrado, a ser operacionalizado, a partir de 1980, através da conjugação do crédito com prestação de assistência técnica nas diversas áreas, desde a financeira e fiscal até as de produção, gerência e mercado.

Também participamos ativamente do propósito governamental de acelerar a expansão de nossas exportações, objetivo de capital importância para o equilíbrio das contas externas. As diversas modalidades operacionais contempladas nessa área muito contribuíram para elevar as exportações a US$ 15,2 bilhões, novo recorde nacional, daí se deduzindo ser perfeitamente factível a meta de US$ 20 bilhões prevista para 1980.

No que respeita ao relacionamento do Banco com com seus acionistas, sobressai a nova política

de dividendos, demonstração inequívoca do quanto se pode exercitar a criatividade em benefício da empresa, de seus sócios e do fortalecimento do mercado acionário.

Tudo consistiu na decisão de incrementar a distribuição do lucro líquido apurado, respeitadas, evidentemente, as deduções estatutárias. Resultado: revitalizou-se a participação dos investidores, cujos rendimentos tendem a ficar resguardados da desvalorização da moeda, porque elevados sempre na medida do crescimento dos lucros.

A determinação do Banco em prestigiar o mercado de capitais traduziu-se em posições assumidas com firmeza e serenidade. Além da nova política de dividendos, fomos pioneiros na adoção do sistema de ações sem valor nominal; procedemos à internação, pela primeira vez na história do Banco, de substancial parcela dos lucros gerados no exterior; e lançamos o BIA — Boletim de Informação ao Acionista, ágil canal de integração empresa / investidor.

Cumpre-nos ainda destacar, senhores acionistas, que os resultados consignados neste Relatório — expressivos para o período de transição que ora vivemos — refletem não apenas a tradicional versatilidade do Banco, mas, antes de tudo, um eloqüente testemunho de fé nos destinos da Pátria.

Números ainda mais promissores esperamos colher em 1980. Não nos faltarão, para tanto — temos certeza — o entusiasta e decidido apoio da Administração Federal, à qual reiteramos nossos agradecimentos pelo suporte que nos tem propiciado.

Grande parte do sucesso obtido decorreu da harmoniosa integração, em todos os níveis, de nosso qualificado quadro funcional. Reflete também os primeiros resultados da nova estrutura organizacional, cuja implantação teve início em março de 1979.

Igualmente decisivo para o êxito assinalado foi o descortino do Conselho de Administração e do Conselho Diretor, aos quais, sensibilizados, agradecemos.

De nossa parte, finalmente, não faltarão empenho e disposição para que o Banco do Brasil consolide, cada vez mais, a excepcional posição já alcançada na comunidade financeira internacional.

Oswaldo Roberto Colin
Presidente

A ECONOMIA

Ao encerrar-se a década de 70, a economia mundial ingressou num período de maiores dificuldades e incertezas geradas pelo agravamento da crise energética, que contrasta com a fase anterior de prosperidade e abundância de petróleo a preços baixos.

A própria concepção da economia ocidental moderna – calcada numa estrutura de produção e consumo em larga escala, bem como elevado padrão de vida – está sendo questionada. O fosso entre a riqueza das nações industrializadas e a pobreza dos países do terceiro mundo parece aprofundar-se, tornando cada vez mais difícil a coexistência de economias tão díspares.

Dentro desse panorama, predominou em 1979 uma conjuntura caracterizada por menor ritmo de crescimento econômico, inflação elevada, aplicação de medidas protecionistas, em especial por parte dos países industrializados e por um mercado financeiro internacional imprevisível – onde sobressaíram o desequilíbrio do dólar e a vertiginosa ascensão do preço do ouro – além da exacerbada alta nos preços do petróleo.

A taxa média de crescimento dos países industrializados atingiu 2,7%. A inflação média situou-se em 8%, com o índice de preços ao consumidor alcançando 12,5% nos Estados Unidos, contra apenas 9% em 1978. No Reino Unido, a expansão dos preços foi de 13,5% e na França, de 10,5%. As menores taxas inflacionárias ocorreram no Japão (5,3%), na Alemanha Ocidental (4,5%) e na Suíça (3,2%).

No comércio internacional, a despeito dos avanços obtidos no âmbito do GATT sobre as negociações multilaterais de comércio, a "Rodada de Tóquio" não logrou êxito quanto à eliminação total das barreiras tarifárias e alfandegárias que impedem maior liberação do comércio internacional, principalmente entre os países em desenvolvimento e os industrializados.

Na área financeira, o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial aprovaram em sua reunião anual o projeto de criação da "Conta de Substituição", com a finalidade de minimizar as pressões sobre o dólar nos mercados financeiros e cambiais e melhorar o ordenamento do sistema monetário internacional. O Comitê que estuda o projeto voltará a discuti-lo em abril de 1980, na Alemanha Ocidental. Com relação ao ouro, observou-se ao final de 1979 o valor recorde de US$ 524 a onça troy (31,1g), com valorização acima de 130% sobre a cotação de dezembro de 1978 (US$ 226/0z).

Ainda o Petróleo

Em 1979, as atenções mundiais estiveram voltadas, mais uma vez, para o problema energético. Depois de dois anos de congelamento, a OPEP, ao final de dezembro de 1978, elevou seus preços de US$ 12,70 para US$ 13,34 por barril. Era o início de uma série de aumentos, que desequilibraram projetos e orçamentos dos países importadores do produto.

Ao final de março, foram incorporadas as sobretaxas e decidida a antecipação para abril do preço que vigoraria no 4.° trimestre de 1979 (US$ 14,54). Seguiu-se período de forte especulação no mercado internacional do petróleo.

A economia mundial não havia ainda absorvido os sucessivos aumentos, quando os países-produtores decidiram, em 26 de junho, estabelecer novos limites, que ficaram entre US$ 18 e US$ 23,50, representando – no teto – aumento de 85% sobre o preço de dezembro de 1978. A ocorrência de fatores políticos agravou sobremodo o problema, com o barril alcançando US$ 50 no mercado livre de Roterdã. Os principais produtores deixaram de fazer contratos de longo prazo e passaram a exigir pagamento à vista.

Em sua última reunião anual, a OPEP não conseguiu acordo quanto aos preços; em consequência, cada País produtor adotará preços com diferenciais e sobretaxas conforme conveniências do mercado. Em dezembro os preços variavam entre US$ 24/barril – Arábia Saudita – e US$ 30/barril – Líbia e Nigéria –, aumento de 136,2% sobre o de dezembro/78, considerado o limite superior.

A despeito de tais reajustes, o mercado internacional de petróleo não se normalizou, devido, principalmente, à incapacidade de os países consumidores reduzirem seus níveis de utilização do produto.

Buscando o Equilíbrio Interno: As Medidas de Abril

Diante de conjuntura internacional tão desfavorável e das dificuldades na área econômica interna, o novo Governo brasileiro anunciou suas diretrizes de política econômica, sobressaindo a ênfase a ser concedida à agricultura, de forma a reduzir os preços dos gêneros alimentícios, aliviar pressões sobre o balanço de pagamentos e, em especial, estimular fontes energéticas alternativas.

Ao encerrar-se o primeiro trimestre do ano, a inflação havia atingido 13,8%, com o índice de março assinalando 5,8%, maior taxa mensal desde fevereiro de 1971, devido basicamente às perdas de safras de trigo, soja, milho e arroz, produtos de grande peso na composição da alimentação básica da população.

Além disso, essas perdas implicaram menor participação dos produtos primários na pauta de exportações e necessidade de importar gêneros alimentícios para abastecer o mercado interno, fatos que, aliados à majoração do preço do petróleo bem acima do previsto, agravavam o desempenho da balança comercial.

Com o objetivo de reverter, a curto prazo, a tendência ascensional do processo inflacionário, as Autoridades Monetárias adotaram, em abril, elenco de medidas abrangendo as áreas do balanço de pagamentos, monetária, de controle dos preços e abastecimento.

No tocante ao balanço de pagamentos, procurou-se restringir a excessiva entrada de recursos externos, através do recolhimento compulsório, no Banco Central, de 50% dos empréstimos contratados pelo setor privado, condicionada sua liberação à amortização da dívida. Os restantes 50% continuaram obedecendo à sistemática então vigente de retenção e liberação parcelada: 20% em

150 dias, 40% em 180 dias e o complemento em 210 dias.

Na área monetária, adotaram-se restrições basicamente dirigidas aos depósitos a prazo, sobretudo àqueles com emissão de certificado (CDB). Em vista da sua alta rentabilidade e liquidez, já que podem ser transferidos mediante endosso e negociados com grande aceitação no mercado, esses haveres transformaram-se, praticamente, em depósitos à vista remunerados e vinham sendo utilizados em larga escala pelos bancos comerciais como fonte de captação de recursos. Além de permitir a expansão dos empréstimos acima das previsões do Orçamento Monetário, a arrecadação de recursos através dos CDBs passou a pressionar as taxas de juros, contribuindo para a aceleração do processo inflacionário.

Em face dessas alterações, os bancos comerciais ficaram impedidos de captar depósitos com emissão de certificado, exceto nos casos de renovação de operações da espécie anteriormente contratadas. Ademais, foi elevado de 180 para 360 dias o prazo mínimo de permanência dos depósitos a prazo nos bancos comerciais, de investimento ou de desenvolvimento.

De outra parte, a fim de conferir maior coordenação aos instrumentos de política monetária, foi alterada a sistemática de cálculo e ajustamento dos depósitos compulsórios a que estão sujeitos os bancos comerciais. Os percentuais de recolhimento passaram a incidir sobre a média aritmética móvel dos depósitos, considerados somente os dias úteis.

Com o intuito de dotar o sistema monetário de mecanismo capaz de aliviar as pressões imediatas de liquidez, os bancos comerciais foram autorizados a utilizar, diariamente, até 30% do saldo dos depósitos compulsórios, desde que mantivessem, na média, valor igual ou superior ao exigido.

No âmbito do controle de preços, entre outras medidas, ficaram temporariamente suspensos os estudos de reestruturação de custos que implicassem aumentos nos preços. Os setores de eletroeletrônicos e de material de transporte, exceto automóveis, não mais puderam elevar os preços de seus produtos, para posterior comunicação ao Conselho Interministerial de Preços (CIP), deixando de integrar o regime de "liberdade vigiada".

A aquisição externa de bens de consumo alimentar seria permitida com isenção do imposto de importação e do depósito prévio restituível sempre que se caracterizasse prática abusiva na comercialização interna desses bens.

Enquanto isso, alguns instrumentos foram ativados com vista a alcançar as metas governamentais, via fortalecimento do setor rural: ampliação do esquema de compra antecipada das safras; instituição do valor básico de custeio e do crédito rotativo agrícola; financiamento para aquisição de sementes melhoradas antes da apresentação das propostas; elevação dos prazos de financiamento para aquisição de reprodutores bovinos; inclusão dos juros nas indenizações do PROAGRO; e fixação de preços mínimos de garantia mais remuneradores para diversos produtos agrícolas.

A implementação dessas medidas ensejou maior demanda por recursos, passando os financiamentos de custeio agrícola a ter tratamento de "conta em aberto" no Orçamento Monetário.

Apesar de Tudo, Maus Resultados no 1.º Semestre

Apesar de todo o esforço governamental, os principais indicadores conjunturais mostravam, ao término do primeiro semestre, quadro desfavorável para a economia brasileira.

A inflação acumulada no período assinalou 25%, impulsionada em grande parte pela elevação contínua dos preços dos produtos alimentícios e do petróleo e derivados.

As emissões líquidas de papel-moeda elevaram-se a Cr$ 10 bilhões, contra previsão de apenas Cr$ 1,3 bilhão. O saldo dos meios de pagamento atingiu Cr$ 538,5 bilhões, expansão de 16,4% e excesso de Cr$ 37,5 bilhões ou 7,5% sobre a programação original.

Em decorrência, basicamente, das liberações médias mensais de Cr$ 24 bilhões dos depósitos em moedas estrangeiras retidos no Banco Central, a base monetária registrou variação de 15,5%, seis pontos percentuais acima do projetado. Os empréstimos do sistema bancário cresceram Cr$ 249,3 bilhões, acusando excesso de Cr$ 38,9 bilhões.

Embora com oscilações no decorrer do período, a caixa do Tesouro Nacional fechou o semestre com superávit de Cr$ 6,2 bilhões, nível bastante baixo, entretanto, diante da intenção de se obter elevado superávit na execução financeira da União em 1979. A dívida interna alcançou Cr$ 410,8 bilhões, revelando crescimento de Cr$ 52,9 bilhões ou 14,8%.

Com incremento de 16,4% em relação ao 1.º semestre de 1978, as exportações chegaram a US$ 6,8 bilhões enquanto as importações somaram US$ 7,5 bilhões, resultando déficit de US$ 700 milhões na balança comercial. A dívida externa elevou-se a US$ 46,5 bilhões e o nível das reservas internacionais a US$ 10,1 bilhões, menos US$ 1,8 bilhão em confronto com a posição de dezembro de 1978.

O setor industrial apresentou expansão de 9,2%, contrariando as expectativas governamentais que tinham no desaquecimento gradual da economia um instrumento auxiliar de combate à inflação.

O panorama delineado pela economia brasileira ao findar o semestre indicava que as medidas governamentais não apresentaram os resultados esperados, prevendo-se para o 2.º semestre maior rigidez na condução da política econômica, de forma a alcançar as metas inicialmente propostas.

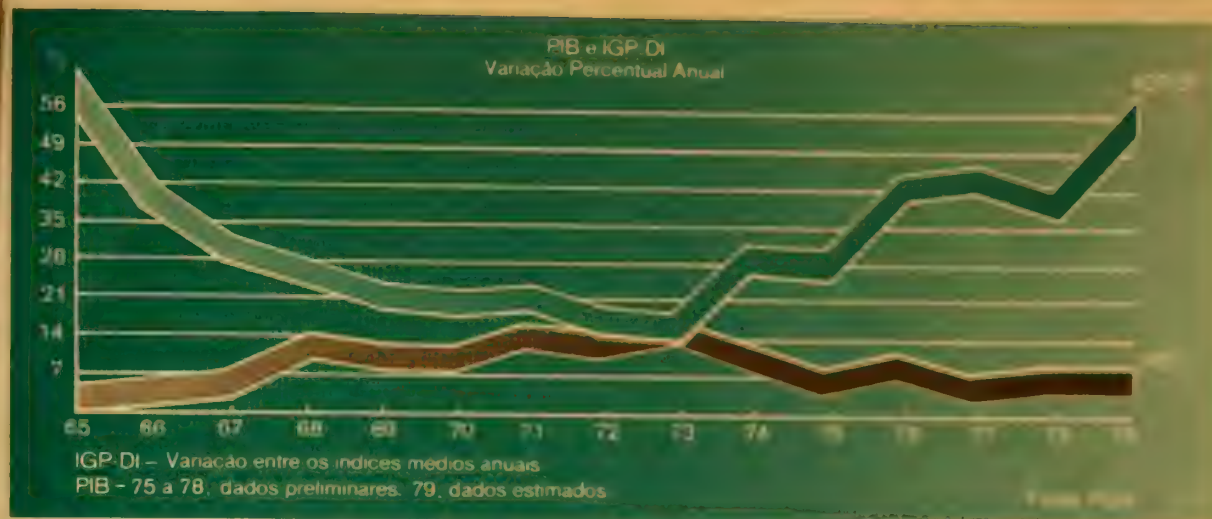
Aceleração da Economia

Em agosto, porém, a mudança ocorrida no quadro ministerial alterou a condução da política econômica, passando o Governo a adotar a estratégia de crescimento acelerado da economia.

A opção governamental teve seu principal ponto de apoio na utilização da capacidade ociosa existente nos setores primário e secundário, em face da constatação histórica de que, no caso brasileiro, é viável reverter a tendência inflacionária com a retomada de altos índices de crescimento. O propósito de ampliar a oferta global de bens e serviços, com simultânea queda dos custos de produção, afastou a hipótese de o País ingressar numa política recessiva, que poderia gerar tensões sociais indesejáveis.

Confirmou-se a ampliação dos estímulos à agricultura, política capaz de oferecer solução, a curto prazo, para os problemas enfrentados pelo País, em vista da rápida resposta do setor às inversões financeiras.

O impulso às atividades rurais, além de permitir a absorção de grande contingente de mão-de-obra, busca conter a pressão exercida pelos preços dos produtos alimentares sobre o custo de vida, fazendo, por conseqüência, com que as taxas inflacionárias passem a configurar comportamento declinante.

Por outro lado, a obtenção de maior volume

de produtos primários favorece duplamente a balança comercial, eliminando a necessidade de importar bens de consumo alimentar tradicionalmente produzidos no País e gerando excedentes exportáveis.

O setor rural revela-se, ainda, capaz de viabilizar o desenvolvimento de fontes renováveis de combustível líquido através das biomassas, minimizando os efeitos negativos da importação de petróleo sobre a economia nacional e reduzindo gradativamente a dependência brasileira de fornecedores externos.

Revisão da Política Monetária

Entretanto, a nova estratégia de política econômica passou a exigir maior volume de recursos, tornando inviáveis as metas inicialmente fixadas para a expansão dos meios de pagamento e da base monetária (30%).

Dessa forma, foi revogada a restrição imposta à captação de recursos através dos depósitos a prazo fixo (CDB) e restabelecido o prazo de operações das financeiras.

Em decorrência, a oferta monetária – no conceito restrito (M_1) – expandiu-se 73,7%, a mais elevada taxa desde o início da década de 60. Esse expressivo crescimento, reflexo principalmente do comportamento da segunda metade do ano, situou-se, contudo, 3,5 pontos percentuais abaixo da taxa inflacionária.

As emissões líquidas atingiram Cr$ 84 bilhões, tornando necessária autorização específica do Congresso Nacional, uma vez que o limite de expansão estabelecido em lei – 10% do total dos meios de pagamento no ano anterior – fora praticamente atingido em novembro.

O estoque de moeda em poder do público somou Cr$ 167,8 bilhões, crescimento de 78,3% contra previsão de 31,2%. A moeda escritural, outro componente dos meios de pagamento (M_1), apresentou saldo de Cr$ 635,8 bilhões (incremento de 72,5% para uma previsão de 29,8%), com os depósitos à vista nos bancos comerciais expandindo-se 70,9% e os do Banco do Brasil, 80,6%.

Merece destaque o fato de a taxa de expansão (56,4%) dos meios de pagamento no conceito mediano M_2 (M_1 mais depósitos à vista nas caixas econômicas e LTNs fora do sistema monetário) ter contrariado o comportamento de anos anteriores, ao situar-se, no decorrer de 1979, quase sempre abaixo do incremento da moeda na sua conceituação restrita (M_1).

Tal fato decorreu do empenho governamental de manter em declínio a rentabilidade das LTNs, a fim de não pressionar as taxas praticadas no mercado. Dessa forma, embora o saldo daqueles títulos tivesse apresentado evolução razoável no ano, grande parcela foi absorvida pelo Banco Central, ao tempo em que decresceu o volume colocado fora do sistema monetário.

Com relação à base monetária, observou-se crescimento de 80% ou Cr$ 195 bilhões. Dentre as operações ativas das autoridades monetárias que exerceram maior impacto expansionista, destacaram-se os empréstimos do Banco do Brasil (+ 64,7% ou Cr$ 291,5 bilhões) e o saldo líquido das contas cambiais. Do lado do passivo, a maior pressão decorreu da necessidade de recursos para a execução da dívida pública federal.

O maior incremento das operações do Banco do Brasil derivou de sua utilização mais intensa como instrumento de política financeira do Governo. Para o atendimento das prioridades oficiais, sobretudo de sustentação das atividades agrícolas, o Banco contou com recursos adicionais, superiores a Cr$ 70 bilhões, aprovados pelo Conselho Monetário Nacional.

De notar que o crescimento no saldo líquido das contas cambiais, a despeito da queda no nível das reservas externas do País, resultou dos

reajustes do cruzeiro durante o exercício. Ademais, grande parte dos recursos captados no exterior teve sua contrapartida em moeda nacional depositada no Banco Central, uma vez que os tomadores daqueles recursos preferiram utilizar os benefícios da Resolução 432, resguardando-se dos encargos dos juros e dos desgastes do cruzeiro frente ao dólar, assim neutralizando o impacto expansionista das contas externas.

No tocante à execução financeira do Tesouro Nacional, nada obstante a ocorrência de superávit de caixa, o elevado volume de resgates dos títulos federais junto ao público, ao reduzir substancialmente o montante de recursos do Tesouro nas autoridades monetárias, exerceu pressão expansionista sobre a base.

Em virtude da expansão no ritmo da atividade econômica, os empréstimos do sistema bancário ao setor privado suplantaram Cr$ 1,8 trilhão em 31 de dezembro, incremento de 70% sobre a posição do final do ano anterior – em 1978 o acréscimo havia sido de 49%. Os empréstimos do Banco do Brasil somaram Cr$ 720 bilhões, enquanto os dos bancos comerciais assinalaram Cr$ 1,1 trilhão, expansão de 64,6% e 73,8%, respectivamente.

Os Números da Inflação

A elevação dos preços externos, a correção de preços internos defasados e os esforços dos agentes econômicos em manter sua participação na renda nacional, com reflexo na elevação dos custos dos recursos disponíveis, pressionaram sobremaneira a taxa inflacionária durante o ano de 1979.

Assim é que, ao final do exercício, o índice geral de preços, no conceito de disponibilidade interna, atingiu 77,2%, a mais elevada taxa de expansão após 1964.

Dentre os seus componentes, as maiores altas ocorreram nos preços por atacado, com 80,1%, vindo a seguir o índice de preços ao consumidor, com aumento de 76%, em grande parte decorrente da elevação dos preços dos serviços públicos, serviços pessoais e do item alimentação. O índice de construção civil mostrou elevação de 63,1%, com os preços dos materiais suplantando o aumento do custo da mão-de-obra.

Para 1980, conquanto persista a incerteza em relação à questão do petróleo, as pressões dos demais fatores serão sem dúvida atenuadas pela excelente safra agrícola esperada, além da ampliação do controle sobre os gastos das empresas públicas, da nova fórmula dos reajustes salariais e da maior rigidez na condução das políticas monetária e fiscal, que servirão de suporte às ações governamentais no domínio do quadro econômico.

A Defesa Contra a Desvalorização da Moeda

O recrudescimento do processo inflacionário colocou em evidência os ativos financeiros beneficiados pela correção monetária.

As cadernetas de poupança proporcionaram remuneração de 58,3% em 1979. Embora o rendimento tenha sido inferior à inflação do período, o saldo desses haveres atingiu Cr$ 519 bilhões, expansão de 79,8%. Em face das elevadas taxas registradas pelo Índice de Preços por Atacado (IPA) – base para cálculo da correção monetária – foi adotado o conceito de "acidentalidade", no tocante à elevação dos preços do petróleo e de alguns produtos agrícolas, com vista a atenuar os efeitos da indexação sobre os ativos sujeitos à correção.

Paralelamente, a fim de restabelecer a competição entre os diversos haveres financeiros do mercado, o Governo limitou em 3% a parcela de juros reais para os depósitos de poupança acima de 2.000 UPC.

Apesar das restrições que lhe foram impostas em grande parte do ano, os depósitos a prazo fixo conseguiram razoável desempenho entre os principais haveres não-monetários, exibindo saldo de Cr$ 359 bilhões ao final de 1979, com expansão anual de 58,4%. Os bancos comerciais, que tinham neste instrumento fonte complementar de recursos para suas aplicações, cederam lugar aos bancos de investimento, que passaram a emitir certificados de depósito sem concorrência no mercado.

O saldo dos títulos públicos federais, distribuído em Cr$ 251 bilhões de ORTNs e Cr$ 270 bilhões de LTNs, apresentou crescimento de 45,7%. A evolução anual de 54%

das ORTNs contra 38,8% das LTNs decorre da maior rentabilidade oferecida pelas Obrigações, que permitem ao investidor optar pela correção cambial, que atingiu 103,3% no exercício.

Estados e municípios foram impedidos de elevar suas dívidas através de emissões de novos títulos, permitida apenas a substituição quando dos vencimentos. O acréscimo de 33,9% no saldo da dívida pública estadual e municipal, que atingiu Cr$ 62,5 bilhões ao final de 1979, decorreu dos rendimentos capitalizados.

As letras de câmbio, por sua vez, não tiveram evolução satisfatória, por força das medidas restritivas impostas às financeiras. Entretanto, o restabelecimento dos prazos de financiamentos para aquisição de bens de consumo duráveis, no segundo semestre, reativou as operações daquelas instituições, tendo o saldo das letras de câmbio atingido ao final do exercício Cr$ 182 bilhões, equivalendo a crescimento de 39% sobre a posição do final do ano anterior – em 1978 a variação foi de 60,6%.

Os empréstimos do sistema não-monetário ao setor privado atingiram Cr$ 1,6 trilhão, acréscimo de 58,9% sobre o saldo de 31.12.78. As instituições integrantes do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo responderam basicamente pelo incremento, em função dos incentivos dirigidos ao setor imobiliário.

Mercado Aberto: Evitando a Especulação

Por envolver negociações dos títulos públicos, merece destaque a implantação, em novembro, do Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC), instituído para conferir maior eficiência e segurança às operações de mercado aberto.

Através desse mecanismo, as compras e vendas de LTN são realizadas mediante a utilização de fundos imediatamente disponíveis, proibindo-se o pagamento através de cheques compensáveis e ampliando-se a capacidade potencial do mercado aberto como instrumento de política monetária.

O capital mínimo das instituições que operam no mercado aberto foi elevado de 20 para 50 milhões de cruzeiros, no caso dos bancos comerciais e de investimento, e de 10 para 30 milhões de cruzeiros, quando se tratar de corretoras e distribuidoras.

Com o intuito de reduzir custos operacionais, através de ganhos de escala, foi alterado o valor mínimo da LTN de Cr$ 1 mil para Cr$ 50 mil. A capacidade de emissão da carta de recompra de títulos também foi elevada, estabelecendo-se novos limites em função do valor do capital de cada instituição.

Atentas ao fato de que o mercado aberto deve precipuamente criar condições para o financiamento não inflacionário dos investimentos públicos, as autoridades instituíram também nova sistemática de informações para sustentação dos títulos estaduais e municipais.

Bolsa: Batendo Recordes

O mercado de ações apresentou comportamento instável durante 1979. De início, a perspectiva de mudança de governo e o atraso observado na divulgação dos balanços das empresas contribuíram para que o mercado apresentasse fraco desempenho. Após a definição das diretrizes da política econômica, mostrou acentuada recuperação diante principalmente da reação das "blue chips".

No segundo semestre, ocorreu rápida elevação dos índices, com quebras sucessivas de recordes, em função basicamente dos bons resultados apresentados pelos balanços semestrais das empresas e das novas expectativas criadas com a mudança ministerial.

Da maior importância para o bom desempenho do mercado acionário foi a aplicação do redutor das taxas de juros cobradas pelas instituições financeiras, a partir de setembro. Essa medida implicou redução da rentabilidade oferecida pelos títulos de renda fixa, permitindo o maior afluxo de recursos para as bolsas.

Dois outros fatores exerceram ainda grande influência sobre o mercado: a marcante presença dos investidores institucionais e a adoção do conceito de "acidentalidade" para o cálculo do IPA, que reduziu a correção monetária dos papéis indexados, tornando mais vantajosas as aplicações de renda variável.

Paralelamente, foram introduzidas modificações de ordem institucional para assegurar maior flexibilidade às negociações nas bolsas, daí resultando os mercados "futuro" e de "opções" e as "ações escriturais".

De outro lado, a necessidade de complementar o volume de poupança interna levou o Governo a conceder novos estímulos aos investimentos externos em nosso mercado de títulos e valores mobiliários.

Ao final do exercício, os índices médios anuais de lucratividade das bolsas do Rio (IBV) e de São Paulo (BOVESPA) acusaram valorizações de 4,5% e 15,7%, respectivamente. O volume de papéis transacionados atingiu 24,6 bilhões no Rio e 23,9 bilhões em São Paulo, para movimentação de recursos de Cr$ 44,8 bilhões e Cr$ 41,7 bilhões, na ordem.

O Crescimento do PIB

Enquanto as economias dos países industrializados apresentaram desempenho modesto, reflexo da crise energética e do menor crescimento do comércio internacional, os resultados observados na economia brasileira são animadores.

O crescimento do PIB em 1979 foi de 6,2%, o segundo maior resultado desde 1974. Naquele ano, a economia cresceu 9,8%, impulsionada, ainda, pelo desempenho de 1973, quando se expandiu 14%. Em 1977, verificou-se crescimento econômico de apenas 4,7%, com recuperação em 1978 (6%), apesar das crescentes dificuldades decorrentes da crise do petróleo e da política de desaquecimento econômico adotada pelo Governo. Esses números demonstram a capacidade brasileira de expandir sua economia a níveis satisfatórios mesmo em conjunturas desfavoráveis.

Indústria: Retomada do Crescimento

Dentre os objetivos estabelecidos nas diretrizes governamentais para a área industrial destacaram-se: fortalecimento da empresa nacional (sobretudo as de pequeno e médio portes), manutenção do crescimento do setor industrial, ênfase ao desenvolvimento de tecnologia nacional, criação de empregos, maior controle sobre o orçamento das empresas estatais, desconcentração do parque industrial e incremento da capacidade de exportação do País.

Entretanto, as dificuldades surgidas principalmente da crise energética – gerando elevado grau de incerteza – fizeram com que muitas daquelas medidas fossem adiadas ou tivessem seu efeito amortecido.

Além dos acontecimentos externos, o País enfrentou internamente dificuldades adicionais, como greves em diversos segmentos da economia e adversidades climáticas, que se refletiram no comportamento das atividades produtivas em geral, e no setor industrial em particular.

reajustes do cruzeiro durante o exercício. Ademais, grande parte dos recursos captados no exterior teve sua contrapartida em m[illegible] nacional depositada no Banco Central, uma vez que os tomadores daqueles recursos preferiram utilizar os benefícios da Resolução 432 resguardando-se dos encargos dos juros e dos desgastes do cruzeiro frente ao dólar, assim neutralizando o impacto expansionista das contas externas.

No tocante à execução financeira do Tesouro Nacional, nada obstante a ocorrência de superávit de caixa, o elevado volume de resgates dos títulos federais junto ao público, ao reduzir substancialmente o montante de recursos do Tesouro nas autoridades monetárias, exerceu pressão expansionista sobre a base.

Em virtude da expansão no ritmo da atividade econômica, os empréstimos do sistema bancário ao setor privado suplantaram Cr$ 1,8 trilhão em 31 de dezembro, incremento de 70% sobre a posição do final do ano anterior – em 1978 o acréscimo havia sido de 49%. Os empréstimos do Banco do Brasil somaram Cr$ 720 bilhões, enquanto os dos bancos comerciais assinalaram Cr$ 1,1 trilhão, expansão de 64,6% e 73,8%, respectivamente.

Os Números da Inflação

A elevação dos preços externos, a correção de preços internos defasados e os esforços dos agentes econômicos em manter sua participação na renda nacional, com reflexo na elevação dos custos dos recursos disponíveis, pressionaram sobremaneira a taxa inflacionária durante o ano de 1979.

Assim é que, ao final do exercício, o índice geral de preços, no conceito de disponibilidade interna, atingiu 77,2%, a mais elevada taxa de expansão após 1964.

Dentre os seus componentes, as maiores altas ocorreram nos preços por atacado, com 80,1%, vindo a seguir o índice de preços ao consumidor, com aumento de 76%, em grande parte decorrente da elevação dos preços dos serviços públicos, serviços pessoais e do item alimentação. O índice de construção civil mostrou elevação de 63,1%, com os preços dos materiais suplantando o aumento do custo da mão-de-obra.

Para 1980, conquanto persista a incerteza em relação à questão do petróleo, as pressões dos demais fatores serão sem dúvida atenuadas pela excelente safra agrícola esperada, além da ampliação do controle sobre os gastos das empresas públicas, da nova fórmula dos reajustes salariais e da maior rigidez na condução das políticas monetária e fiscal, que servirão de suporte às ações governamentais no domínio do quadro econômico.

A Defesa Contra a Desvalorização da Moeda

O recrudescimento do processo inflacionário colocou em evidência os ativos financeiros beneficiados pela correção monetária.

As cadernetas de poupança proporcionaram remuneração de 58,3% em 1979. Embora o rendimento tenha sido inferior à inflação do [illegible] Cr$ 519 bilhões, expansão de 79,8%. Em face das elevadas taxas registradas pelo Índice de Preços por Atacado (IPA) – base para cálculo da correção monetária – foi adotado o conceito de "acidentalidade", no tocante à elevação dos preços do petróleo e de alguns produtos agrícolas, com vista a atenuar os efeitos da indexação sobre os ativos sujeitos à correção.

Paralelamente, a fim de restabelecer a competição entre os diversos haveres financeiros [illegible] a parcela de juros reais para os depósitos de poupança acima de 2 000 UPC.

Apesar das restrições que lhe foram impostas em grande parte do ano, os depósitos a prazo fixo conseguiram razoável desempenho entre os principais haveres não-monetários, exibindo saldo de Cr$ 359 bilhões ao final de 1979, com expansão anual de 58,4%. Os bancos comerciais, que tinham neste instrumento fonte complementar de recursos para suas aplicações, cederam lugar aos bancos de investimento, que passaram a emitir certificados de depósito sem concorrência no mercado.

O saldo dos títulos públicos federais, distribuído em Cr$ 251 bilhões de ORTNs e Cr$ 270 bilhões de LTNs, apresentou crescimento de 45,7%. A evolução anual de 54%

das ORTNs contra 38,8% das LTNs decorre da maior rentabilidade oferecida pelas Obrigações, que permitem ao investidor optar pela correção cambial, que atingiu 103,3% no exercício.

Estados e municípios foram impedidos de elevar suas dívidas através de emissões de novos títulos, permitida apenas a substituição quando dos vencimentos. O acréscimo de 33,9% no saldo da dívida pública estadual e municipal, que atingiu Cr$ 62,5 bilhões ao final de 1979, decorreu dos rendimentos capitalizados.

As letras de câmbio, por sua vez, não tiveram evolução satisfatória, por força das medidas restritivas impostas às financeiras. Entretanto, o restabelecimento dos prazos de financiamentos para aquisição de bens de consumo duráveis, no segundo semestre, reativou as operações daquelas instituições, tendo o saldo das letras de câmbio atingido ao final do exercício Cr$ 182 bilhões, equivalendo a crescimento de 39% sobre a posição do final do ano anterior – em 1978 a variação foi de 60,6%.

Os empréstimos do sistema não-monetário ao setor privado atingiram Cr$ 1,6 trilhão, acréscimo de 58,9% sobre o saldo de 31.12.78. As instituições integrantes do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo responderam basicamente pelo incremento, em função dos incentivos dirigidos ao setor imobiliário.

Mercado Aberto: Evitando a Especulação

Por envolver negociações dos títulos públicos, merece destaque a implantação, em novembro, do Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC), instituído para conferir maior eficiência e segurança às operações de mercado aberto.

Através desse mecanismo, as compras e vendas de LTN são realizadas mediante a utilização de fundos imediatamente disponíveis, proibindo-se o pagamento através de cheques compensáveis e ampliando-se a capacidade potencial do mercado aberto como instrumento de política monetária.

O capital mínimo das instituições que operam no mercado aberto foi elevado de 20 para 50 milhões de cruzeiros, no caso dos bancos comerciais e de investimento, e de 10 para 30 milhões de cruzeiros, quando se tratar de corretoras e distribuidoras.

Com o intuito de reduzir custos operacionais, através de ganhos de escala, foi alterado o valor mínimo da LTN de Cr$ 1 mil para Cr$ 50 mil. A capacidade de emissão da carta de recompra de títulos também foi elevada, estabelecendo-se novos limites em função do valor do capital de cada instituição.

Atentas ao fato de que o mercado aberto deve precipuamente criar condições para o financiamento não inflacionário dos investimentos públicos, as autoridades instituíram também nova sistemática de informações para sustentação dos títulos estaduais e municipais.

Bolsa: Batendo Recordes

O mercado de ações apresentou comportamento instável durante 1979. De início, a perspectiva de mudança de governo e o atraso observado na divulgação dos balanços das empresas contribuíram para que o mercado apresentasse fraco desempenho. Após a definição das diretrizes da política econômica, mostrou acentuada recuperação diante principalmente da reação das "blue chips".

No segundo semestre, ocorreu rápida elevação dos índices, com quebras sucessivas de recordes, em função basicamente dos bons resultados apresentados pelos balanços semestrais das empresas e das novas expectativas criadas com a mudança ministerial.

Da maior importância para o bom desempenho do mercado acionário foi a aplicação do redutor das taxas de juros cobradas pelas instituições financeiras, a partir de setembro. Essa medida implicou redução da rentabilidade oferecida pelos títulos de renda fixa, permitindo o maior afluxo de recursos para as bolsas.

Dois outros fatores exerceram ainda grande influência sobre o mercado: a marcante presença dos investidores institucionais e a adoção do conceito de "acidentalidade" para o cálculo do IPA, que reduziu a correção monetária dos papéis indexados, tornando mais vantajosas as aplicações de renda variável.

Paralelamente, foram introduzidas modificações de ordem institucional para assegurar maior flexibilidade às negociações nas bolsas, daí resultando os mercados "futuro" e de "opções" e as "ações escriturais".

De outro lado, a necessidade de complementar o volume de poupança interna levou o Governo a conceder novos estímulos aos investimentos externos em nosso mercado de títulos e valores mobiliários.

Ao final do exercício, os índices médios anuais de lucratividade das bolsas do Rio (IBV) e de São Paulo (BOVESPA) acusaram valorizações de 4,5% e 15,7%, respectivamente. O volume de papéis transacionados atingiu 24,6 bilhões no Rio e 23,9 bilhões em São Paulo, para movimentação de recursos de Cr$ 44,8 bilhões e Cr$ 41,7 bilhões, na ordem.

O Crescimento do PIB

Enquanto as economias dos países industrializados apresentaram desempenho modesto, reflexo da crise energética e do menor crescimento do comércio internacional, os resultados observados na economia brasileira são animadores.

O crescimento do PIB em 1979 foi de 6,2%, o segundo maior resultado desde 1974. Naquele ano, a economia cresceu 9,8%, impulsionada, ainda, pelo desempenho de 1973, quando se expandiu 14%. Em 1977, verificou-se crescimento econômico de apenas 4,7%, com recuperação em 1978 (6%) apesar das crescentes dificuldades decorrentes da crise do petróleo e da política de desaquecimento econômico adotada pelo Governo. Esses números demonstram a capacidade brasileira de expandir sua economia a níveis satisfatórios mesmo em conjunturas desfavoráveis.

Indústria: Retomada do Crescimento

Dentre os objetivos estabelecidos nas diretrizes governamentais para a área industrial destacaram-se: fortalecimento da empresa nacional (sobretudo as de pequeno e médio portes), manutenção do crescimento do setor industrial, ênfase ao desenvolvimento de tecnologia nacional, criação de empregos, maior controle sobre o orçamento das empresas estatais, desconcentração do parque industrial e incremento da capacidade de exportação do País.

Entretanto, as dificuldades surgidas principalmente da crise energética – gerando elevado grau de incerteza – fizeram com que muitas daquelas medidas fossem adiadas ou tivessem seu efeito amortecido.

Além dos acontecimentos externos, o País enfrentou internamente dificuldades adicionais, como greves em diversos segmentos da economia e adversidades climáticas, que se refletiram no comportamento das atividades produtivas em geral, e no setor industrial em particular.

O indicador geral da produção industrial mostrou taxas relativamente altas durante todo o ano, com tendência a ligeiro declínio no quarto trimestre. Ao final de novembro, atingiu 7,4%.

A indústria extrativa expandiu-se em 8,7%, enquanto a de transformação registrava 7,4% [illegible] produtos de matérias plásticas (+ 26,1%), papel e papelão (+ 13,9%), metalurgia básica (+ 13,7%) e a indústria química (+ 9%) – exceto derivados de petróleo.

Segundo a categoria de uso, bens intermediários cresceram 9,4%, bens de capital, 6,5%, enquanto os de consumo registraram 5,3% (7,8% para os duráveis e 4,8% para os não duráveis).

A siderurgia brasileira assinalou grandes eventos no decorrer de 1979: inauguração dos equipamentos da fase III da USIMINAS, permitindo o aumento de sua produção anual de 2,4 milhões para 3,5 milhões de toneladas de aço, aprovação da fase IV, que ampliará ainda mais sua capacidade, ativação do alto-forno II a carvão vegetal da ACESITA, com capacidade para produzir 1.000 toneladas diárias, e a entrada em operação da usina de pelotização de minério de ferro do complexo siderúrgico de Tubarão, programada para produzir 3 milhões de toneladas/ano de "pellets".

A produção de aço, em 1979, superou 13,7 milhões de toneladas, crescimento de 13,9%. Os laminados atingiram 11,6 milhões de toneladas (+ 14%). A produção de gusa cresceu 13,8%, totalizando ao final do ano cerca de 11,5 milhões de toneladas.

A indústria cimenteira, apesar de afetada no início do ano por fatores climáticos adversos, manteve em 1979 níveis de produção e comercialização bastante satisfatórios, utilizando a quase totalidade da sua capacidade instalada. A produção superou a casa dos 25 milhões de toneladas, expansão de 6,7% sobre o volume de 1978, e a comercialização totalizou 25 milhões de toneladas, com crescimento de 7,9%.

Nada obstante os incentivos governamentais para maiores investimentos no setor, as perspectivas são de dificuldade no abastecimento interno, prevendo-se importações de cimento nos próximos anos.

Por outro lado, em sua estratégia de retrair o consumo de derivados de petróleo, o Governo, além de reduzir o fornecimento do óleo combustível aos setores cimenteiro, siderúrgico e de cerâmica, preocupou-se em fomentar o uso de outras fontes de energia.

Com esse objetivo, determinou a aceleração do Programa Nacional do Álcool (PROÁLCOOL), estimando-se investimentos da ordem de Cr$ 128 bilhões a serem aplicados até 1985. A produção foi de 3,9 bilhões de litros em 1979 e deverá atingir 10,7 bilhões em 1985.

Paralelamente, foi criada a Comissão Nacional de Energia (CNE), que procurou coordenar e propor medidas visando à redução do consumo de derivados de petróleo e sua substituição por fontes alternativas como carvão mineral e vegetal, álcool (etanol e metanol), utilização da biomassa, ventos e marés, entre outras.

Visando alcançar nos próximos cinco anos aquela substituição, foram assinados protocolos com a indústria automobilística, de cimento e siderurgia, estando ainda previstos idênticos acordos com outros setores industriais.

Para assegurar oferta de carvão nacional adequada às necessidades dos setores siderúrgico e cimenteiro cuidam as autoridades de promover o aumento da extração do carvão mineral no País, seu beneficiamento e transporte.

Veículos: a Opção é o Álcool

A indústria automobilística, no primeiro semestre, enfrentou inúmeros problemas: greves dos metalúrgicos do ABC paulista por melhores salários, limitações no prazo máximo de financiamento para aquisição de autoveículos (12 meses) e aumentos sucessivos do preço da gasolina.

No segundo semestre, persistiram as medidas de contenção de consumo de combustível, atingindo o litro da gasolina, ao final do ano, Cr$ 22,60, 169% acima do preço vigente em janeiro. Além disso, foi anunciada sensível elevação no valor da Taxa Rodoviária Única (TRU) para carros a gasolina, a vigorar em 1980, com intuito de captar recursos indispensáveis ao financiamento dos programas energéticos alternativos.

Apesar dessa conjuntura menos favorável, a indústria automobilística apresentou resultados satisfatórios no exercício. No mês de novembro, produziu [illegible] setor a [illegible]. Durante o ano, foram produzidas 1,1 milhão de unidades, expansão de 5%, inferior, porém, ao incremento registrado em 1978 (15,5%). As exportações atingiram US$ 846 milhões, registrando aumento de 28,8% sobre o ano anterior. Para 1980, a produção de veículos a gasolina será limitada, prevendo-se expansão vegetativa entre 1,7% e 3,9%.

Consciente da necessidade de desenvolvimento de alternativas energéticas amplamente disponíveis no País, o Governo tem incentivado a fabricação de veículos movidos a álcool.

Além dos 3 500 veículos a álcool fabricados em 1979, protocolo firmado com as montadoras assegura a fabricação de 250 mil em 1980, 300 mil em 1981 e 350 mil no ano seguinte, com tecnologia desenvolvida inteiramente no Brasil, que passa a dispor de "know-how" para atendimento a outras nações interessadas. Paralelamente, 80 mil carros serão adaptados à utilização do álcool em 1980, 90 mil em 1981 e 100 mil em 1982.

O plano prevê prioridade para a fabricação de veículos de transporte coletivo, de carga e máquinas agrícolas. Em termos de comercialização foram identificados, como clientes preferenciais, os órgãos públicos, empresas de economia mista, táxis e produtores agrícolas, localizados em cidades estrategicamente escolhidas.

Reflexo da política agrícola adotada no Brasil, a produção de tratores mostrou melhor desempenho em relação ao exercício anterior, quando apresentou decréscimo de 6,3%. Em 1979, foram produzidas cerca de 62 mil unidades, com incremento de 12,8% sobre a produção de 1978.

Racionalização na Política de Transportes

No momento em que o Governo brasileiro concentra esforços, buscando sustentação razoável do ritmo de crescimento, e, de outra parte, se agrava a crise energética, torna-se imprescindível a adoção de nova política de transportes.

Por esta razão, foi elaborado plano de ação capaz de permitir as correções necessárias nos pontos críticos do sistema. A recuperação de hidrovias, modernização e eletrificação de ferrovias e ampliação da oferta de transportes de massa nos grandes centros urbanos contribuirão sensivelmente para reduzir o consumo de derivados de petróleo.

Nesse contexto, um dos acontecimentos de maior significado foi o lançamento do "Programa de Transportes Alternativos para a Economia de Combustíveis". Esse Programa deverá aplicar entre 1980 e 1982 cerca de Cr$ 134 bilhões,

dos quais os transportes urbanos absorverão Cr$ 91 bilhões e os transportes de carga, Cr$ 42 bilhões.

Para atender às necessidades do Programa de Transportes Alternativos, serão feitas substanciais encomendas à indústria de bens de capital, envolvendo o fornecimento, entre 1980 e 1985, de 376 novos trens elétricos, 361 locomotivas, 7 041 vagões, 1 000 trolebus, 6 900 ônibus convencionais, 38 barcas para transportes de passageiros, além de 40 embarcações para a Amazônia, entre outros.

Dentro da política governamental de restrição ao uso individual do automóvel como transporte nas áreas metropolitanas, estão previstos projetos e recursos para o desenvolvimento do sistema ferroviário suburbano, o prosseguimento das obras metroviárias básicas no Rio e São Paulo, a implantação de faixas e vias exclusivas para coletivos e modernização de suas frotas.

Comércio Exterior: Aumenta o Déficit Comercial

A balança comercial brasileira apresentou em 1979 saldo negativo de US$ 2,7 bilhões, contra US$ 1 bilhão em 1978. Esse resultado decorreu basicamente da redução das exportações de produtos agrícolas, bem como do acréscimo nas importações de petróleo.

Com um crescimento de 19,6% sobre 1978, as exportações atingiram US$ 15,2 bilhões, dos quais US$ 6,5 bilhões corresponderam aos produtos básicos, que evoluíram 8,3%, enquanto os industrializados (US$ 8,6 bilhões) aumentaram 32,3%.

Quanto à composição da pauta de exportação, verifica-se que a participação dos produtos básicos decresceu em relação a 1978 (42,7% contra 47,2%). Em contrapartida, os industrializados passaram a representar 56,5%, com os semimanufaturados alcançando 12,5% e os manufaturados, 44% (11,2% e 40,2%, respectivamente, em 1978).

Ao analisar-se o comportamento por produto, sobressai o "complexo soja", cujas vendas totalizaram US$ 1,7 bilhão, contra US$ 1,3 bilhão no ano anterior, apesar da quebra ocorrida na safra 1978/1979 da ordem de 26%.

Outro grande destaque é o minério de ferro. Suas exportações atingiram US$ 1,3 bilhão contra US$ 1 bilhão em 1978, mesmo com o exportador brasileiro tendo sido prejudicado pelos aumentos dos fretes, o que anulou a vantagem da pequena elevação no preço médio do produto.

O cacau, não obstante a redução dos preços internacionais, apresentou bom desempenho, tendo suas exportações atingido US$ 48[illegible] no ano anterior.

Principal produto da pauta brasileira, cerca de 15% do total das vendas externas, o café rendeu US$ 2,3 bilhões, indicando aumento de 1,3% em relação a 1978.

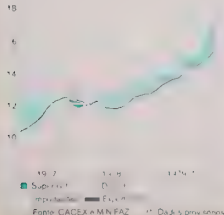
No lado das importações, observou-se acréscimo de 31,3%, passando de US$ 13,6 bilhões em 1978 para US$ 17,9 bilhões em 1979. Desse total, US$ 6,2 bilhões corresponderam a gastos com as aquisições de petróleo, que evoluíram 51,2%.

As sucessivas majorações do preço do petróleo e a importação de produtos alimentícios tradicionalmente produzidos no País, tais como milho, arroz, feijão e carne, foram os principais responsáveis por aquele incremento.

Em vista do acréscimo – cerca de US$ 2,1 bilhões – no dispêndio com petróleo, essa conta passou a representar 34,4% das compras brasileiras no exterior, contra 30% em 1978.

BALANÇA COMERCIAL BRASILEIRA
Movimento Acumulado em Períodos de 12 Meses

US$ Bilhões – FOB

Fonte: CACEX e MINFAZ

A produção nacional de fertilizantes continua evoluindo de forma insuficiente para acompanhar a demanda interna, implicando crescimento das importações desses produtos e respectivas matérias-primas. A situação se torna mais grave em face da elevação acentuada dos preços internacionais. Em 1979, as compras brasileiras de fertilizantes totalizaram US$ 422,4 milhões, indicando incremento de 36,3% sobre as de 1978.

As importações de cobre atingiram US$ 369,3 milhões, crescimento de 68,7% quando comparadas às de 1978. Tal aumento foi basicamente função da expressiva elevação do preço do produto no mercado externo, decorrência da instabilidade política nas principais regiões produtoras, que levou os países industrializados a constituir estoques do produto.

Com a quebra das safras internas, o item cereais voltou a onerar a balança comercial pelo segundo ano consecutivo. Em 1979, as importações de grãos foram de US$ 985,1 milhões, equivalendo a crescimento de 253,8% e 40,7%, respectivamente, em relação a 1977 e 1978.

Perspectivas da Economia Brasileira

A nova orientação da política econômica adotada pelo País buscou, entre outros objetivos, estimular as vendas ao exterior, visando amenizar o problema crucial representado pelas importações de petróleo.

Com o intuito de viabilizar essa meta, procedeu-se a ampla reformulação do Conselho Nacional de Comércio Exterior (CONCEX) onde Governo e iniciativa privada passaram a somar esforços no sentido de superar obstáculos nas áreas de produção, financiamento, comercialização, frete, câmbio, fisco e seguro.

O objetivo é exportar US$ 40 bilhões em 1984, através do crescimento médio anual em torno de 20%. Em 1980, espera-se vender US$ 20 bilhões.

Entretanto, não se pode ignorar a presente conjuntura internacional decorrente da instabilidade no mercado do petróleo, além da elevação do preço do barril para US$ 30 ao final de 1979.

Paralelamente, o crescimento da dívida externa - que passou de US$ 12,5 bilhões em 1973 para cerca de US$ 50 bilhões em 1979 – tornou sua administração bastante complexa, em face do alto grau de articulação do processo produtivo interno com as poupanças externas, exigindo das autoridades monetárias acompanhamento cada vez mais cuidadoso.

Em função desse crescimento e das altas taxas de juros praticadas no mercado internacional, o serviço da dívida tem-se elevado sensivelmente. Só neste item o Brasil despendeu, em 1979, cerca de US$ 10 bilhões, dos quais US$ 6,3 bilhões corresponderam a amortizações e o restante aos juros. No exercício, aquele montante representou 66% das exportações brasileiras, enquanto em 1974 atingia a 32%.

Para 1980, as perspectivas delineadas pelos principais indicadores conjunturais projetavam quadro desalentador. A pressão do processo inflacionário, elevados dispêndios com subsídios ao crédito, previsão de déficit comercial, gastos majorados com a importação de petróleo e a necessidade de captação de recursos externos para equilibrar o balanço de pagamentos levaram o Governo a adotar diversas medidas em dezembro, com vista a reverter as expectativas.

A providência de maior impacto consistiu na desvalorização de 30% do cruzeiro em relação ao dólar, colocando o nível da taxa de câmbio em bases realistas, diante da necessidade de estimular as exportações e desestimular as importações.

A maxidesvalorização do cruzeiro permitiu ao Governo eliminar, de uma só vez, todos os benefícios fiscais sem afetar a capacidade de concorrência dos produtos brasileiros no mercado externo, além de compatibilizar os incentivos à exportação com as normas internacionais.

Propiciará ainda um controle mais eficaz sobre as importações já que aumentará seu custo real, apesar da eliminação do depósito prévio, com a vantagem de reduzir a carga burocrática existente.

O realismo cambial, aliado ao avançado estágio de desenvolvimento em que se encontra a indústria nacional, possibilitou também profundas modificações na Lei de Similaridade, que já estava contribuindo para a ineficiência de alguns ramos industriais.

Em contrapartida, foi reintroduzido o Imposto de Exportação sobre alguns produtos primários para se evitar que o estímulo gerado pelo reajuste cambial provocasse acentuada redução no preço para o consumidor externo, resultando em queda de receita para o País.

Ainda com vista a melhorar a situação da balança comercial, estabeleceu-se rígido orçamento para as importações do setor público, que, em 1980, deverão limitar-se a 80% dos gastos nominais em dólares efetivados durante 1979.

Dessa forma, criam-se condições favoráveis para, já no fim de 1980, viabilizar posição equilibrada na balança comercial, partindo-se posteriormente para a obtenção de superávits.

Com relação ao movimento de capitais, o Governo estabeleceu o congelamento dos recursos externos depositados voluntariamente no Banco Central (Resolução n.º 432), que somente poderão ser liberados para fazer face ao serviço da dívida, atender projetos prioritários ou na hipótese de sua transformação em investimento direto. Amplia-se, assim, o controle do Governo sobre a política monetária, coíbe-se a especulação financeira prejudicial à política de menores taxas de juros e elimina-se eventual especulação cambial.

Por outro lado, cuidou-se ainda de liberar a parcela de 50% dos empréstimos externos que se encontrava bloqueada pela Resolução 532, além de se reduzir o Imposto de Renda sobre remessa de juros de 12,5% para 1,25%. Tais medidas visam basicamente diminuir o diferencial entre o custo do crédito interno e externo, tornando mais atrativos, principalmente para o setor privado, os financiamentos adquiridos no exterior.

No que concerne à inflação, a arma utilizada foi iniciar imediatamente amplo programa de redução dos subsídios creditícios, fixando-se o nível mínimo dos encargos financeiros – exceto os referentes aos programas especiais da SUDENE e SUDAM – em 40% da variação das ORTNs verificada no ano imediatamente anterior, além dos juros, o que possibilitará maior controle sobre a base monetária.

Assim, espera-se que os instrumentos de política fiscal, monetária e cambial, utilizados harmonicamente, permitam tornar realidade as metas fixadas para o setor externo da economia brasileira – reverter a posição deficitária da balança comercial e manter sob controle a dívida externa –, além de, no plano interno, conjugados com os efeitos da nova política salarial, viabilizarem o combate à inflação, criando condições para que as taxas de 1980 caiam sensivelmente em relação às observadas em 1979, sem afetar a capacidade de crescimento da economia.

A NOVA ESTRUTURA DO BANCO DO BRASIL

Com a Reforma Bancária de 31 de dezembro de 1964, o Banco do Brasil teve algumas funções transferidas para o Banco Central, enquanto outras lhe foram confiadas, tais como a abertura de novos mercados externos e a execução de programas especiais de desenvolvimento regional.

Ao mesmo tempo, suas atividades passaram a obedecer ao planejamento estratégico global instituído pelo Governo, conseguindo o Banco, em conseqüência, crescimento bastante expressivo.

De 1965 a 1978, o número de agências autônomas no País passou de 578 a 1.031 e o número de funcionários elevou-se de 38.441 para 79.414, crescimento que certamente teria sido maior, não fora a utilização de equipamentos de computação de dados.

Por outro lado, esse processo de crescimento, como solução de problemas imediatos, acabou por gerar ou ampliar disfunções estruturais.

A empresa sentiu, então, a necessidade de uma reforma administrativa, pois, à medida que o tempo passava, evidenciavam-se sinais de descompasso que dificultavam a coordenação do sistema, comprometendo a própria integridade institucional.

Isso foi comprovado pelo diagnóstico da estrutura antiga, o qual apontou uma série de deficiências, dentre as quais se destacaram superposição e omissão de tarefas; inadequada amplitude de controle; e práticas isoladas ou regionalizadas, nem sempre compatíveis ou desejáveis em termos de política global.

A Filosofia da Reforma

Na elaboração da reforma, prevaleceu a concepção de que a empresa deve ser um todo adaptado ao ambiente em que se insere, e seus componentes, como partes arranjadas coerentemente entre si.

A partir dessa concepção, em que se define o Banco como um sistema sócio-técnico aberto, foi possível montar uma estrutura ágil e flexível, com os sistemas gerenciais de planejamento e controle interagindo em constante "feedback", como se pode visualizar no gráfico n.° 1.

Outro aspecto fundamental da nova estrutura é a mobilidade. Logicamente, se o objetivo fundamental do Banco é operacionalizar a política econômico-financeira do Governo, na parte que lhe compete, a dinâmica da organização deve revestir-se de características básicas como: capacidade de identificação de mudanças na política econômico-financeira do Governo; sensibilidade para detectar novas oportunidades nos mercados interno e externo; versatilidade funcional; e adequada celeridade operacional.

Muito se poderia falar, em termos de filosofia da reforma. Basicamente, porém, o projeto da nova estrutura orientou-se, numa visão sistêmica da empresa, pelos seguintes princípios: previsão do desenvolvimento organizacional através de mudanças planejadas, adequando permanentemente a empresa às necessidades do presente e do futuro; especialização como requisito importante; hierarquização segundo a importância e natureza da função e a amplitude de controle; descentralização do poder decisório; centralização dos controles globais; interação das funções administrativas; e desenvolvimento qualitativo dos recursos humanos.

O Novo Modelo

Aprovado pela Assembléia Geral Extraordinária de 12 de março de 1979 — data em que também se iniciou a implantação da estrutura fundamental — o novo modelo organizacional reflete os princípios básicos já citados.

Conforme se pode verificar no gráfico n.° 2, a estrutura se divide em quatro níveis: institucional, estratégico, diretivo e operacional.

No nível institucional, situam-se a Assembléia de Acionistas (que fixa os objetivos da empresa) e o Conselho de Administração (que fixa diretrizes e políticas).

A nível estratégico, o Conselho Diretor (constituído do Presidente, dos Vice-Presidentes e dos Diretores) decide sobre os planos necessários à consecução das políticas fixadas e sobre operações e recursos, enquanto à Presidência — entendida como a atuação isolada do Presidente ou, por sua iniciativa, a ação colegiada dele com os 3 Vice-Presidentes — compete, no âmbito de sua alçada, administrar o Banco como um todo, com o assessoramento das Diretorias de Planejamento e de Controle.

A institucionalização, no âmbito da Presidência, de órgãos específicos para a elaboração do planejamento e controle globais, vai ao encontro de princípios básicos que norteiam a empresa moderna. Assim é que a Diretoria de Planejamento converte as diretrizes globais em planos específicos de caráter estratégico e a Diretoria de Controle fornece à Presidência informações que lhe permitem avaliar se as políticas e os planos estão sendo conduzidos conforme as diretrizes estabelecidas.

No nível diretivo, encontram-se as Vice-Presidências, responsáveis pela administração setorial do Banco, dispondo, para isso, das respectivas Diretorias, as quais, por sua vez, estruturam-se em departamentos, compostos de divisões.

Cumpre ressaltar que os Vice-Presidentes e Diretores, gestores de organismos situados no nível diretivo, desempenham, cumulativamente, papéis correspondentes ao nível estratégico: os primeiros, quando em ação colegiada, em conjunto com o Presidente, no âmbito da Presidência; e todos, quando componentes do Conselho Diretor.

Ainda a nível diretivo, situam-se as Superintendências Regionais de Operações, vinculadas hierarquicamente à Vice-Presidência

de Operações no País e, funcionalmente, às Diretorias de Crédito. Com a instalação dessas Superintendências nas capitais dos Estados, buscou-se agilizar o processo decisório, mediante a descentralização executiva e a maior identificação do Banco com as peculiaridades locais.

Finalmente, a nível operacional encontram-se as agências, no País e no Exterior, executando planos de acordo com as normas e os procedimentos estabelecidos.

A Administração Setorial

Descrita a nova estrutura, observa-se que logo após os órgãos que compõem os dois primeiros níveis (institucional e estratégico), e diretamente subordinadas ao Presidente, encontram-se 3 Vice-Presidências. A elas compete a administração setorial do Banco, para o que dispõem de Assessorias e Diretorias. As Assessorias desempenham funções de planejamento, de curto prazo, e organização dos procedimentos das respectivas carteiras, e as Diretorias exercem funções de direção, coordenação e controle.

Para harmonizar propostas e planos das Diretorias componentes, criou-se, em cada Vice-Presidência, um comitê coordenador integrado pelo Vice-Presidente e todos os Diretores a ele subordinados.

Além da Carteira de Comércio Exterior – CACEX (que não se vincula a qualquer das Vice-Presidências) e das duas Diretorias situadas no âmbito da Presidência (Diretoria de Planejamento e Diretoria de Controle), a nova estrutura é composta de 11 Diretorias, diretamente subordinadas às 3 Vice-Presidências: VIPAD – Vice-Presidência de Administração; VIPER – Vice-Presidência de Operações no País; e VIPIN – Vice-Presidência de Recursos e Operações Internacionais.

À VIPAD estão subordinadas quatro Diretorias especializadas por tipo de recurso empregado no apoio da atividade-fim: materiais, tecnológicos, humanos e logísticos. A ela cabe a administração desses recursos, em conformidade com o planejamento geral das atividades do Banco.

Na área operacional, o Banco optou pelo critério da departamentalização segundo a atividade econômica a ser assistida, diferentemente da estrutura anterior, em que as operações eram administradas por Diretorias com jurisdição limitada a determinada faixa geográfica.

Assim é que o Banco unificou suas carteiras de crédito, no âmbito nacional, sob o comando da VIPER – Vice-Presidência de Operações no País, que tem a função de administrar as operações de crédito rural, industrial, comercial e operações financeiras e serviços.

Na área internacional, houve também completa reformulação, com o vértice do comando ascendendo à VIPIN – Vice-Presidência de Recursos e Operações Internacionais, que compreende 3 Diretorias: a de Recursos Administrativos da Área Internacional (DIRAI), responsável pelas atividades-meio, e duas outras responsáveis pelas atividades-fim: a Diretoria de Operações Externas (DIREX) e a Diretoria de Operações Cambiais (DICAM).

Visão Prospectiva

Os primeiros estudos em torno de uma reestruturação administrativa remontam ao ano de 1977. Desses estudos surgiu um anteprojeto, submetido a debate em seminário do qual participaram 70 funcionários dos mais graduados do Banco.

Em seguida, presentes os subsídios gerados no seminário, constituíram-se grupos com funcionários das diversas áreas do Banco, para definição do projeto final e do respectivo plano de implantação.

Com a aprovação pela Diretoria, em 14 de março de 1979, do "Plano de Implantação da Nova Estrutura Organizacional", encerrava-se a longa etapa de conscientização das deformações estruturais acumuladas, ao longo do tempo, pelo Banco do Brasil. E novo período se iniciava: o da implantação da nova estrutura, com todos os problemas decorrentes de um processo de mudança numa empresa de grande porte.

Não é difícil imaginar-se a extensão de uma tarefa para implantação de novo ordenamento administrativo, já que o processo implica, logicamente, a superação de uma fase de dúvidas e adaptações.

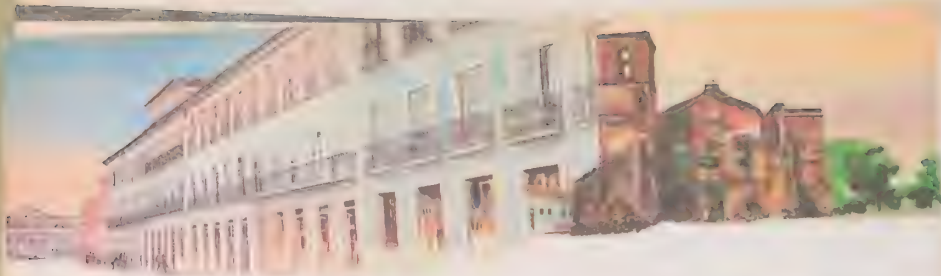
Tal como idealizada, a nova estrutura pressupõe maior integração entre os diferentes órgãos da empresa. Sua implantação, em conseqüência, acarreta uma série de reposicionamentos, que se estendem desde alçadas decisórias e fluxo de comunicação interna até a adoção de novos estilos comportamentais.

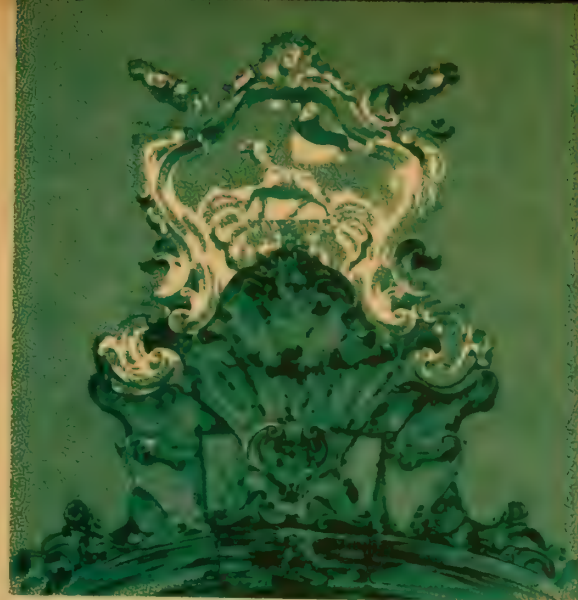
Isto porque a reforma administrativa não se restringiu à adaptação de nova estrutura ao Banco. De acordo com a filosofia adotada, o planejamento organizacional é processo contínuo, o que permite à empresa maleabilidade necessária para uma constante reciclagem.

Em suma: não se trata apenas de mero esforço tradicionalista, no sentido de acertar o presente pela experiência do passado. Mais que isso, a reforma enfatiza a importância da análise prospectiva, a fim de se saber como deve ser o Banco do Brasil de hoje, para que ele possa enfrentar as mudanças do amanhã. O que não significa, em absoluto, abandonar o passado, mas – isso sim – colocá-lo a serviço do futuro.

SISTEMA GERENCIAL DE PLANEJAMENTO
SISTEMA GERENCIAL DE CONTROLE
ESTRATEGIA
ESTRUTURA
SISTEMA DE ALOCAÇÃO DOS RECURSOS
Feedback

...adaria e chafariz ... m pórtico central de pedra ...as frontão triangular e platibanda

A Associação Comercial de Salvador foi a primeira manifestação neoclássica da Bahia, projetada por Cosme Damião da Cunha Fulie e construída em 1816. Tem influência do estilo regência inglês clássico. Suas portadas foram trazidas de Lisboa.

Na Praia Grande, São Luís do Maranhão, a Rua do Trapiche é das mais significativas pelo conjunto arquitetônico com fachadas azulejadas. As construções remontam ao final do século XVIII e início do XIX, sendo a colocação dos azulejos a partir de 1840.

Do outro lado da Baía de São Marcos, São Luís, MA, encontra-se a Cidade de Alcântara, com as ruínas da igreja de São Matias. Localizada frente à Casa de Câmara e Cadeia, pouco se sabe dessas ruínas. Data do século XIX [illegible] se chegou a ser concluída.

ATIVIDADES DO BANCO

Análise de Demonstrações Financeiras

Atividades-Fim

Atividades-Meio

Recursos: Superada a Marca do Trilhão de Cruzeiros

Sempre objetivando o desenvolvimento nacional, os recursos movimentados pelo Banco chegaram a Cr$ 1.461 bilhões, assinalando crescimento de 87,7% em relação a dezembro de 1978.

Representados pelo *Circulante e Exigível a Longo Prazo*, os recursos de terceiros, ao se expandirem em 90,5%, passaram a responder por 90,6% do total, contra 89,2% no ano anterior.

RECURSOS

ESPECIFICAÇÃO	Saldos em Cr$ Milhões 1979	Composição %		Variação % 1979/1978
		1979	1978	
PASSIVO	1.461.069	100,0	100,0	87,7
CIRCULANTE E EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	1.322.665	90,6	89,2	90,5
Depósitos	264.456	18,1	16,2	109,9
Relações Interbancárias e Interdepartamentais	36.463	2,5	15,5	- 69,9
Obrigações por Empréstimos	215.053	14,7	17,8	55,1
Obrigações por Recebimentos – Tributos e Encargos Sociais	16.719	1,2	1,3	71,4
Outras Obrigações	789.974	54,1	38,4	164,5
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	138.404	9,4	10,8	64,2
Capital	39.801	2,7	3,8	36,5
Reservas e Retenção de Lucros	98.603	6,7	7,0	79,5

Fonte: COGER
Elaboração: DIPLA/COESE

Os *Depósitos*, uma das mais significativas fontes para o Banco, somaram Cr$ 264,4 bilhões, com incremento de 109,9% no ano. Dentre os depósitos à vista (+ 111,5%), sobressaem os de pessoas físicas e jurídicas, cuja evolução, superior ao índice inflacionário, traduz receptividade da clientela aos aperfeiçoamentos introduzidos pelo Banco no sistema de atendimento e prestação de serviços.

Da área governamental, entretanto, continuou vindo a contribuição mais expressiva: Cr$ 110,9 bilhões, predominando os depósitos das entidades federais.

Revertendo a tendência assinalada em anos anteriores, os depósitos voluntários de instituições financeiras (Cr$ 49 bilhões) apresentaram comportamento ascendente (+ 465,2%).

De baixa expressividade no Banco é a captação de depósitos a prazo: apenas Cr$ 1,3 bilhão em dezembro de 1979, representando 0,6% dos depósitos totais, em face das remunerações mais atrativas oferecidas pelos outros bancos.

O grupamento *Relações Interbancárias e Interdepartamentais*, que reúne as contas de movimento das agências entre si e com correspondentes, apresentou decréscimo de 69,9%, resultante da agilização de lançamentos contábeis, uma das vantagens da Central de Lançamentos Interdepartamentais, introduzida pelo Banco a partir de 1977.

Obrigações por Empréstimos – desdobrado em aprovisionamentos, repasses refinanciamentos oficiais, fundos administrados pelo Banco e financiamentos contraídos no exterior – mostra variação positiva de 55,1%, inferior à inflação do ano. Comparando-se as posições ao final de cada período analisado verifica-se queda da participação do item no total dos recursos, implicando menor incidência relativa em custos de capital.

Por outro lado, as arrecadações efetuadas pelo Banco por conta de diversos órgãos para posterior recolhimento aos cofres públicos, classificadas como *Obrigações por Recebimento de Tributos e Encargos Sociais*, tiveram sua participação reduzida para 1,2%, apesar do incremento de 71,4% sobre o saldo do final do ano anterior.

Constituindo 54,1% do *Passivo*, as rubricas agrupadas em *Outras Obrigações* abrangem os valores geridos pelo BB como banco de fomento e agente financeiro do Governo. Dentre seus principais componentes sobressaem a *Conta de Movimento do Banco Central* (Cr$ 366 bilhões, + 90,3%), *Obrigações Diversas, em Moedas Estrangeiras* (Cr$ 147,2 bilhões, + 360,6%), *Obrigações Diversas, em Moeda Nacional* (Cr$ 137,8 bilhões, + 1 481,9%) e as *Operações de Conta do Banco Central* (Cr$ 58,6 bilhões, + 223%).

O *Patrimônio Líquido* de Cr$ 138,4 bilhões – 9,4% dos recursos do Banco – expressa a mais alta relação capital próprio/passivo entre os bancos brasileiros. Sua expansão em 1979 alcançou a marca de 64,2%, elevando o valor patrimonial da ação para Cr$ 4,71.

O menor crescimento relativo do *Patrimônio Líquido* em 1979 decorre da nova política de dividendos adotada a partir de junho desse ano, que consiste em distribuir a quase totalidade do lucro líquido apurado semestralmente. Este fato, contudo, não comprometerá a solidez do Banco, porquanto os mecanismos de correção monetária instituídos pela Lei das S.A. serão suficientes para preservar seu patrimônio.

Portanto, essa nova política, além de representar demonstração de confiança no mercado e um perfeito entendimento do espírito da Lei das S.A., imprimiu nova ótica na gestão do patrimônio do Banco. Sua decorrência natural é a participação mais direta dos acionistas nos resultados alcançados pela empresa, o que contribuirá para melhor conscientização dos investidores e, consequentemente, para fortalecimento do mercado de capitais.

O *Capital Social* de Cr$ 39,8 bilhões está representado por 29,4 bilhões de ações, sendo 16,5 bilhões ordinárias nominativas e 12,9 bilhões preferenciais ao portador sem direito a voto, mas com prioridade na distribuição de dividendos. O crescimento de 35,5% é proveniente da atualização de sua expressão monetária relativa a 1978 (Cr$ 10,4 bilhões), além da capitalização de lucro imobiliário integralmente realizado (Cr$ 3,1 milhões). Em 1979, a reserva decorrente da correção monetária do capital social atingiu Cr$ 18,8 bilhões e será obrigatoriamente capitalizada até abril de 1980, sem emissão de novas ações, conforme determina a Lei das S.A. As *Reservas e Retenção de Lucros* alcançaram Cr$ 98,6 bilhões e registraram evolução de 79,5%.

Aplicações

O *Ativo* mantém a composição tradicional. O *Circulante e Realizável a Longo Prazo* representam a quase totalidade das aplicações, enquanto o *Permanente* participa com apenas 3,7% (2,3% em 1978). Estes números indicam a política do Banco de aplicar recursos principalmente na atividade produtiva.

No que respeita às *Relações Interbancárias e Interdepartamentais*, destaca-se a mudança de critério com relação às agências externas do Banco, que passaram a ter o tratamento de subsidiárias integrais, previsto na Lei das S.A. Dessa forma, os valores inscritos na rubrica *Departamentos no Exterior* foram cambialmente atualizados e ajustados pela equivalência patrimonial, bem como transferidos para o grupamento *Permanente/Investimentos*, onde,

APLICAÇÕES

ESPECIFICAÇÃO	Saldos em Cr$ Milhões 1979	[illegible]	[illegible]	[illegible]
ATIVO	1 461 069	[illegible]	[illegible]	[illegible]
CIRCULANTE E REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	1 406 747	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Disponibilidades	3 2[illegible]8	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Operações de Crédito	7[illegible]2 2[illegible]4	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Relações Interbancárias e Interdepartamentais	135 210	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Créditos Diversos	560 0[illegible]0	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Valores e Bens	5 9[illegible]4	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Despesas de Exercício Futuro	1	[illegible]	[illegible]	[illegible]
PERMANENTE	54 322	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Investimentos	26 988	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Imobilizado	26 962	[illegible]	[illegible]	[illegible]
Diferido	372	[illegible]	[illegible]	[illegible]

Fonte: COGER
Elaboração: DIPLA/COESE

Totalizando Cr$ 702,3 bilhões, ou 48,1% do *Ativo*, as *Operações de Crédito* evoluíram 64,1% no ano. Alocadas estrategicamente em áreas mais carentes, as aplicações se realizam contingenciadas pelo Conselho Monetário Nacional, não obstante a forte demanda de crédito decorrente das baixas taxas de juros praticadas pelo Banco do Brasil.

As maiores dotações de recursos beneficiaram, sobretudo, o setor rural, cujos empréstimos apresentaram incremento de 81,4%, reflexo da estratégia do Governo de conceder maior apoio à agropecuária.

doravante, estarão sujeitos à correção monetária. O valor daquele primeiro ajuste (Cr$ 2,6 bilhões) foi levado diretamente à *Reserva Especial de Lucros a Realizar*, sem afetar o Resultado do Exercício.

As rubricas constantes do grupo *Créditos Diversos* — 38,3% dos haveres totais — registraram evolução de 205,4% durante o ano. Estão ali classificadas as operações por ordem e conta do Tesouro Nacional, notadamente os pagamentos de aquisição de trigo, adiantamentos sobre contratos de câmbio e os repasses de recursos do PASEP para o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico.

Representando 0,4% do *Ativo*, *Valores e Bens*, com Cr$ 5,9 bilhões, abriga basicamente aplicações financeiras em títulos federais e estaduais. A variação negativa de 55,2% em relação a 1978 resultou das baixas de títulos de renda fixa e, sobretudo, da reclassificação, também no grupamento *Permanente/Investimentos*, de participações acionárias em várias empresas brasileiras. Em virtude de tal transferência, promoveu-se nesses investimentos, a correção monetária e o ajuste pelo método da equivalência patrimonial (somente para as controladas) desde 1978, levando-se ao Resultado do Exercício apenas os efeitos relativos a 1979, uma vez que os referentes a períodos passados constituíram ajustes de exercícios anteriores, afetando diretamente o *Patrimônio Líquido*.

Com Cr$ 54,3 bilhões, o *Permanente* apresentou expansão de 210,5% em 1979, em decorrência, sobretudo, das reclassificações mencionadas e da correção monetária de seus componentes, a qual correspondeu a Cr$ 12,8 bilhões.

O item *Investimentos* — Cr$ 27 bilhões — compreende o acervo relativo a bens artísticos valiosos, museu e arquivo histórico do Banco, as participações acionárias em organizações financeiras internacionais que complementam e apóiam as atividades do Banco no exterior, e, agora também, participações, em empresas brasileiras, originárias de conversão de créditos e de interesse governamental.

As participações no Brasilian American Merchant Bank, Brasilian Finance and Investment Corporation, Acesita, Forjas Acesita e Riocell foram definidas como "investimentos relevantes", por serem empresas controladas pelo Banco. Dessa forma, sofreram ajuste de Cr$ 4,9 bilhões, pela aplicação da equivalência patrimonial, após efetivada a correção monetária, dos quais Cr$ 2,1 bilhões foram incorporados ao Resultado do Exercício e o restante integrou diretamente o *Patrimônio Líquido*, por corresponder a reavaliações do Permanente daquelas empresas.

O *Imobilizado* apresentou incremento de 68,3% sobre a posição de dezembro de 1978, em função basicamente da sua atualização monetária, que atingiu Cr$ 8,2 bilhões neste exercício. Esse grupamento engloba, entre outros itens, os imóveis em construção e de uso, móveis e utensílios, sistema de comunicações, segurança e de mecanização avançada. Predominam as inversões em *Imóveis de Uso do*

Banco, representando 71,6% do *Ativo Imobilizado*. Por outro lado, expressiva parcela é mantida em *Imobilizações em Curso*, relativa a construção de prédios para a instalação de dependências.

Resultados Financeiros

A Demonstração de Resultados de 1979 evidencia receitas da ordem de Cr$ 135,8 bilhões, crescimento de 77,7% em relação a 1978. Mesmo operando com as menores taxas do mercado bancário e crescente participação no crédito rural, o Banco apresenta excelentes resultados aos acionistas.

Abrangendo 93,7% das rendas globais, as *Receitas Operacionais* superaram em 73,8% as obtidas no exercício anterior. Nesse grupamento, composto pelas receitas provenientes das atividades típicas do Banco, destacam-se as vinculadas a operações de crédito, no montante de Cr$ 88,3 bilhões, e a serviços bancários, com Cr$ 13 bilhões, bem como o resultado de câmbio que alcançou Cr$ 12,4 bilhões.

As *Despesas Operacionais* reúnem basicamente os gastos administrativos, custos diretos de captação de recursos e despesas patrimoniais. Ao apresentarem crescimento de 90% absorveram 68,3 [illegible] das respectivas receitas. Sobressaem os encargos com pessoal, inclusive assistência social, com Cr$ 25,8 bilhões (+ 51,8%). Tal vulto reflete o alto nível de responsabilidade social do Banco, que procura manter quadro de servidores de elevado padrão técnico, ao qual estão afetas as mais diversas missões de interesse nacional. Os custos diretos de captação de recursos atingiram Cr$ 9,9 bilhões (+ 56,2%), enquanto as despesas patrimoniais assinalaram Cr$ 15,7 bilhões (+ 102,6%).

Com incremento de 165,3%, o *Resultado não Operacional* compreende a parcela líquida das receitas e despesas não vinculadas à atividade-fim do Banco.

O valor negativo da *Correção Monetária* (Cr$ 29,1 bilhões) consumiu 21,4% das receitas geradas no exercício. Esse expressivo montante decorre dos elevados índices inflacionários do período, bem como do fato de o *Patrimônio Líquido* do Banco superar largamente seu *Ativo Permanente*.

Já ajustada às novas prescrições da legislação tributária, a *Provisão para Imposto de Renda* absorveu 3,2% das receitas globais.

Apesar dessas expressivas deduções e das limitações impostas pela política creditícia do Governo, o *Lucro Líquido* de Cr$ 15,3 bilhões representou acréscimo de 52,9% sobre o resultado alcançado em 1978, propiciando lucro por ação de Cr$ 0,52. Trata-se de crescimento bastante expressivo tendo em vista que, na apuração do *Lucro Líquido*, já foi considerado o [illegible] nova Lei das [illegible] A.

Expressiva inovação representou a internação de Cr$ 4,2 bilhões, parte do lucro das atividades externas do Banco, tendo correspondido a 27,6% do resultado final.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS – Cr$ MILHÕES

ESPECIFICAÇÃO	1979	1978	[illegible]
01 Receitas Operacionais	127 21[illegible]	73 18[illegible]	73,8
02 Despesas Operacionais	[illegible]	45 694	[illegible]
03 RESULTADO OPERACIONAL (1-2)	[illegible]	[illegible]	[illegible]
04 Receitas Não Operacionais	8 5[illegible]	[illegible]	[illegible]
05 Despesas Não Operacionais	[illegible]	[illegible]	[illegible]
06 RESULTADO NÃO OPERACIONAL (4-5)	[illegible]	[illegible]	[illegible]
07 RESULTADO DE CORREÇÃO MONETÁRIA	[illegible]9 114	[illegible]	[illegible]
08 RESULTADO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA (3+6-7)	19 720	[illegible]	[illegible]
09 PROVISÃO PARA IMPOSTO DE RENDA	4 377	1 4[illegible]	[illegible]
10 LUCRO LÍQUIDO (8-9)	15 34[illegible]	[illegible]	[illegible]
Lucro Líquido por Ação	[illegible]	[illegible]	[illegible]

[illegible]

A Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido — que engloba a de Lucros Acumulados — permite visualizar as alterações sofridas pelo Capital Próprio e evidencia os ajustes, as reversões de reservas, a incorporação do resultado do exercício à conta de *Lucros Acumulados*, além das destinações propostas à Assembléia Geral de Acionistas.

Os ajustes relativos a exercícios anteriores, que afetam diretamente o *Patrimônio Líquido*, atingiram o montante de Cr$ 4,6 bilhões, notadamente, no 1.° semestre, pela reversão do excesso da *Provisão para Pagamento do Imposto de Renda* (Cr$ 557 milhões) e atualização cambial até 31.12.78 do capital das agências no exterior (Cr$ 2,1 bilhões) e, no 2.° semestre, pela correção monetária (Cr$ 918 milhões) e equivalência patrimonial (Cr$ 1,3 bilhão), relativas a 1978, das participações acionárias transferidas de *Valores e Bens* para *Investimentos*.

Com relação à distribuição dos resultados, houve profunda alteração na política adotada pelo Banco no decorrer de 1979. Antes, as empresas necessitavam deduzir expressivos valores do lucro para resguardar a integridade do patrimônio líquido, uma vez que os efeitos inflacionários não eram satisfatoriamente computados na apuração dos resultados. Com o advento da Lei das S.A., o sistema foi aperfeiçoado, passando a ser deduzida das receitas a corrosão patrimonial decorrente da desvalorização da moeda.

Dessa forma, podem agora as empresas destinar aos acionistas a maior parte do lucro líquido apurado, sem provocar desgaste no seu patrimônio. Foi o que fez o Banco do Brasil ao instituir nova política de dividendos. Apurados os resultados e feitas as destinações estatutárias, o Banco se propõe a distribuir o remanescente entre seus sócios, somente retendo lucros para financiar investimentos que tenham perspectiva de retorno superior às alternativas de aplicação de mesmo risco de seus acionistas.

Executada a partir do 1.° semestre de 1979, a nova política proporcionou distribuição de 86,2% do *Lucro Líquido* (54,6% em 1978), após efetuadas as destinações de 5% para *Reserva Legal*, 2% para o *FIPEC*, 3% para o *Fundo para Prejuízos Eventuais* e constituída *Reserva de Lucros a Realizar* no valor de Cr$ 419 milhões.

O total de Cr$ 13,2 bilhões destinado aos acionistas — que teve por origem apenas os lucros do exercício — significou Cr$ 0,45 por ação: Cr$ 0,29 a título de dividendos e Cr$ 0,16 como bonificação em dinheiro.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(em milhares de cruzeiros)

ESPECIFICAÇÃO	CAPITAL SOCIAL	RESERVAS DE CAPITAL	RESERVAS DE REAVALIAÇÃO	RESERVAS E RETENÇÃO DE LUCROS	LUCROS ACUMULADOS	PATRIM[illegible]
SALDOS EM 31.12.78	29.376.000	21.578.382	-	7.717.262	[illegible]	[illegible]
1.° SEM/79						
AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	-	2.627.448	[illegible]
CORREÇÃO MONETÁRIA	-	9.457.342	-	1.423.716	[illegible]	[illegible]
SALDO AJUSTADO E CORRIGIDO	29.376.000	31.035.724	-	[illegible]	[illegible]	[illegible]
AUMENTO DE CAPITAL	10.425.400	(10.422.269)	-	-	[illegible]	
REFORÇOS:						
Doações e Subvenções	-	321	-	-		[illegible]
REVERSÃO DE RESERVAS:						
Reserva para Contingências	-	-	-	(13.490)	[illegible]	
Reservas Estatutárias	-	-	-	(32.572)	[illegible]	
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	-	-	-	-	[illegible]	[illegible]
DESTINAÇÕES DO LUCRO:						
Reserva Legal	-	-	-	328.599	[illegible]	
Fundo de Incentivo à Pesquisa Técnico-Científica	-	-	-	131.440	[illegible]	
Fundo para Prejuízos Eventuais	-	-	-	197.159	[illegible]	
Dividendos (Cr$ 0,13 por ação)	-	-	-		[illegible]	[illegible]
Bonificação em dinheiro (Cr$ 0,07 por ação)	-		-		(2.056.320)	[illegible]
SALDOS EM 30.06.79	39.801.400	20.613.776	-	9.752.114	[illegible]	[illegible]
2.° SEM/79						
AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	-	1.974.248	[illegible]
CORREÇÃO MONETÁRIA	-	14.589.425	-	2.031.400	[illegible]	[illegible]
SALDO AJUSTADO E CORRIGIDO	39.801.400	35.203.201	-	11.783.514	[illegible]	[illegible]
REFORÇOS:						
Doações e Subvenções	-	631	-	-		[illegible]
Reavaliação em Controladas	-	-	2.804.682	-		[illegible]
Reserva Especial de Lucros a Realizar	-	-	-	2.597.936		[illegible]
REVERSÃO DE RESERVAS:						
Reservas Estatutárias	-	-	-	[illegible]	[illegible]	
Reserva de Lucros a Realizar	-	-	-	(665.047)	[illegible]	
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	-	-	-	-	[illegible]	[illegible]
DESTINAÇÕES DO LUCRO:						
Reserva Legal	-	-	-	438.565	[illegible]	
Fundo de Incentivo à Pesquisa Técnico-Científica	-	-	-	175.426	[illegible]	
Fundo para Prejuízos Eventuais	-	-	-	[illegible]	[illegible]	
Reserva de Lucros a Realizar	-	-	-	[illegible]	[illegible]	
Dividendos (Cr$ 0,16 por ação)	-	-	-	-	[illegible]	[illegible]
Bonificação em dinheiro (Cr$ 0,09 por ação)	-	-	-	-	(2.643.840)	[illegible]
SALDOS EM 31.12.79	39.801.400	35.203.832	2.804.682	14.995.141	45.598.964	[illegible]

Fonte: COGER

A Santa Casa de Misericordia do Rio de Janeiro obra neo-clássica teve inicio em 1838 sob a direção de Jose Domingos [illegible] desenhou lhe o corpo da frente com grande portada de granito

A primeira Praça do Comercio do Rio hoje II Tribunal do Juri foi iniciada em 1819, sob projeto do arquiteto frances [illegible] neoclassica, o edificio lembra as Termas de Caracala

ATIVIDADES DO BANCO

Análise de Demonstrações Financeiras

Atividades-Fim

Atividades-Meio

Agropecuária, Alicerce do Desenvolvimento Nacional

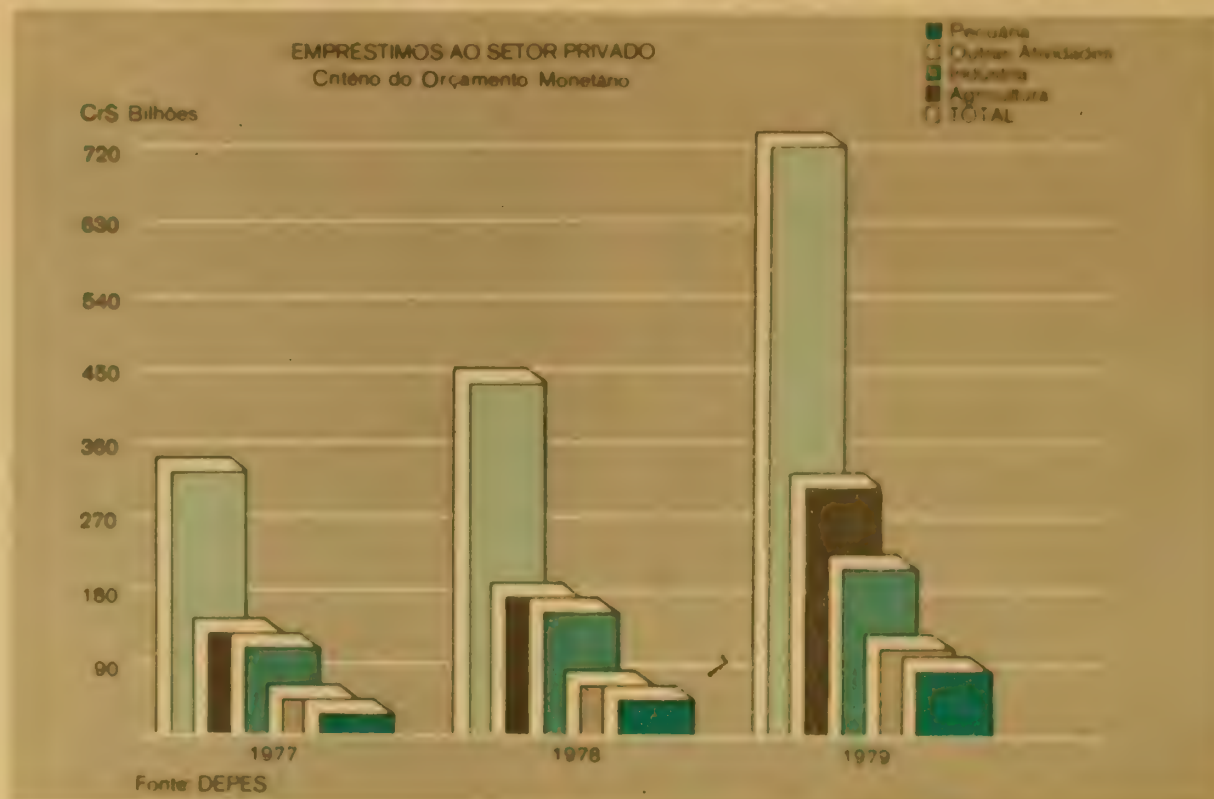
A contribuição do setor primário ao processo do desenvolvimento brasileiro sempre se revestiu de especial significado, embora, nos últimos anos, a ênfase à industrialização do País viesse ofuscando sua importância no cenário econômico nacional.

Entretanto, a carência mundial de alimentos, a crise energética e o progresso tecnológico tendem a recolocar a agricultura em sua posição destacada, delineando novos caminhos para a economia brasileira. Acredita-se mesmo que estamos no limiar de nova revolução agrícola, caracterizada pela maior integração entre agricultura e indústria, com benefícios recíprocos.

Confiante na sua capacidade propulsora, o Governo reservou à agricultura posição prioritária na concessão de incentivos técnicos e creditícios. Em resposta aos estímulos governamentais, espera-se, apesar do imponderável das adversidades climáticas, uma safra sem precedentes na história de nossa agricultura, que será decisiva para superar os problemas de abastecimento interno, inflação e gerar excedentes exportáveis.

A fim de atender com firmeza e rapidez às exigências da nova ordem econômica instalada no País, o Banco do Brasil dotou, a partir de profunda reforma institucional, sua Carteira Rural de estrutura mais ágil e versátil, pois entende que o crédito rural constitui fonte básica de incentivo para todo o sistema.

Nesse contexto, a identificação de pontos de estrangulamento e a implementação de medidas voltadas para a maior racionalização e funcionalidade do crédito especializado foram a tônica da atuação do Banco do Brasil, que não se descuidou de seu importante papel de agente do desenvolvimento econômico.

Ao final de 1979, as operações, segundo o critério do orçamento monetário, atingiram o montante de CrS 392 bilhões, equivalentes a 55% de todos os seus empréstimos e a 3/4 das aplicações do Sistema Nacional de Crédito Rural.

estimada é de 15 milhões de toneladas.

Além dessas regiões, trabalhos de fomento com trigo e soja estão em fase de planejamento e execução nos estados da Bahia, Ceará e Santa Catarina, todos com a participação de técnicos do Banco e da EMBRAPA.

Novos Incentivos à Cafeicultura

A necessidade de estender a lavoura cafeeira a outras unidades da Federação tornou-se ainda mais evidente após a redução das safras nas regiões tradicionalmente produtoras, constantemente atingidas por adversidades climáticas. Em 1979, o plano de formação de novas lavouras voltou-se principalmente, para o Estado de Minas Gerais, que, em decorrência, experimentou maior incremento na área cultivada.

O programa prevê o plantio de 60 milhões de cafeeiros, envolvendo recursos da ordem de Cr$ 1,3 bilhão para a formação de novas lavouras e Cr$ 750 milhões para implantação de infra-estrutura indispensável ao beneficiamento e à guarda da produção. Serão ainda aplicados cerca de Cr$ 300 milhões em investimentos fixos – usinas de preparo e instalações destinadas ao armazenamento do café – e na formação ou elevação do capital das cooperativas.

No que concerne à recuperação dos cafezais danificados pelas geadas, foram criadas linhas especiais de crédito para atendimento das despesas com recepa, decote e replantio. Dos Cr$ 10 bilhões alocados a essa finalidade, cerca de Cr$ 8 bilhões serão aplicados pelo Banco do Brasil, além dos Cr$ 7,5 bilhões destinados ao custeio e à aquisição de fertilizantes e defensivos.

Foram ainda prorrogados os prazos de financiamentos anteriores e incentivado o plantio de culturas intercalares, como feijão, milho, arroz, girassol, amendoim, soja ou trigo, objetivando manter a força de trabalho ocupada o ano inteiro, garantir maior oferta de alimentos e proporcionar rendimentos alternativos aos produtores.

Cacau: Uma Riqueza Crescente

As ultimas previsões indicam que a safra brasileira de cacau, de 1979/80, deverá alcançar 300 mil toneladas, respondendo a Bahia por aproximadamente 95% da produção. Cerca de 260 mil toneladas se destinam ao mercado externo, proporcionando divisas em torno de um bilhão de dólares.

Vários elementos têm contribuído para a expansão dessa lavoura: uso adequado dos solos aproveitáveis, geração e uso de tecnologia correta, infra-estrutura de pesquisa, assistência técnica especializada, crédito e mão-de-obra qualificada. A conjugação desses fatores concorre para a adesão de grande número de produtores ao Programa de Renovação e Implantação de Cacauais – PROCACAU.

O excelente conceito do Brasil como fornecedor internacional do produto, as vantagens comparativas relativamente a outros países produtores, o desafio da reconquista de posições perdidas e a perspectiva de ampliação da produção prevista no Acordo Internacional do Cacau levam a antever a possibilidade de nosso País ocupar, em futuro próximo, a liderança mundial na oferta do produto.

Garantindo o suprimento de recursos financeiros, incentivando a pesquisa, a assistência técnica e outros fatores, o Banco do Brasil, em perfeita sintonia com a Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira – CEPLAC, tem presença destacada na consecução das diretrizes fixadas para o setor.

Fazer do agricultor um verdadeiro investidor na atividade, mercê das condições de amparo que lhe são asseguradas, é o objetivo maior da atuação do Banco. Em 1979, a assistência à lavoura cacaueira evoluiu 67% em relação ao ano anterior, ao atingir o expressivo montante de Cr$ 2,2 bilhões.

Apoio Sistemático Através do Crédito

A expansão da agricultura brasileira sempre contou com o apoio e o incentivo do Banco do Brasil, presente nos grandes programas de interesse nacional, alocando expressivos recursos para a formação de lavouras e melhoria de rebanhos, sem se descuidar da assistência global aos demais setores da economia.

Merecem ainda destaque os aumentos de assistência creditícia às lavouras de mandioca (161%), milho (115%), arroz (92%), feijão (87%) e algodão (72%).

Mas o Banco não se preocupa apenas em levar o crédito em volume e custo compatíveis com o desenvolvimento da atividade. Presta ainda adequado assessoramento através de técnicos que acompanham a evolução dos trabalhos do homem do campo, abrangendo várias fases do processo produtivo.

Preços Mínimos: Segurança do Produtor

A Política de Garantia de Preços Mínimos tem por objetivo precípuo assegurar ao produtor rural remuneração adequada. Trata-se de valioso instrumento, através do qual o Governo procura exercer decisiva influência sobre o que plantar e quanto plantar, mediante o estabelecimento de preço mínimo remunerador antes do início das atividades de plantio. Ademais, ao financiar ou adquirir a produção, essa política busca proteger o agricultor das oscilações dos preços no mercado, a par de assegurar-lhe renda compatível com seu investimento.

Nesse sentido, constitui um seguro orientador do agricultor, atuando ainda significativamente na redução da margem de risco, sobretudo para pequenos produtores. Serve também como estímulo ou desestímulo à exploração de determinadas lavouras, de acordo com as necessidades do País.

Como executor da Política de Preços Mínimos do Governo, o Banco do Brasil atua nos financiamentos para estocagem após a colheita, além de se responsabilizar pela aquisição dos produtos aos preços oficiais, inclusive quando os de mercado estiverem inferiores aos preços mínimos.

No decorrer da safra agrícola 78/79, as operações de preço mínimo totalizaram Cr$ 32 bilhões, dos quais Cr$ 1[illegible] bilhões foram destinados a operações de financiamento e Cr$ 15 bilhões à aquisição de produtos.

Pecuária: O Incentivo que Faltava

A produção de carne bovina alcançou 2,3 milhões de toneladas em 1978, crescimento de 2,4% em relação a 1977. A reduzida expressão desse acréscimo decorreu do elevado índice de abate de matrizes no triênio 1975/77, em virtude do controle oficial do preço do boi, mantido em níveis considerados insatisfatórios pelos pecuaristas. Tal situação provocou acentuada retração no ritmo de crescimento dos rebanhos, com posterior escassez na oferta do produto no mercado.

Procurando recompor a bovinocultura nacional, o Governo promoveu, a partir do 2.° semestre de 1979, reajuste de 100% sobre os preços pagos aos produtores em 1978. Em decorrência dessa alta, houve também sensível majoração no preço de produtos correlatos, com destaque para o suíno de corte (65,6%), frango para corte (60,3%), leite (30,6%) e ovos (38,2%).

Consciente da importância de sua atuação para o desenvolvimento do setor rural, o Banco tem procurado aprimorar a sistemática de concessão de crédito à pecuária, estabelecendo parâmetros mais realistas e racionalizando as rotinas de trabalho, a fim de permitir maior celeridade na liberação dos financiamentos.

Dessa forma, tem contribuído decisivamente, no âmbito de sua atuação, para a rápida recuperação do setor, garantia do abastecimento interno de carne e leite e incremento da participação da pecuária na geração de excedentes exportáveis. Com esses objetivos, além de prestar assistência técnica voltada para o emprego de tecnologia adequada, mantém linhas de crédito destinadas à retenção dos animais aptos à procriação, evitando seu abate prematuro, ao melhor aproveitamento das áreas ocupadas com pastagens, e à recuperação e implantação de infra-estrutura que permita exploração mais racional.

Em 1979, o montante da assistência financeira à bovinocultura de corte atingiu Cr$ 21,6 bilhões, incremento de 66% em relação ao ano anterior. A pecuária leiteira detinha financiamentos ao final do ano de Cr$ 8,9 bilhões, contra os Cr$ 6,5 bilhões de 1978.

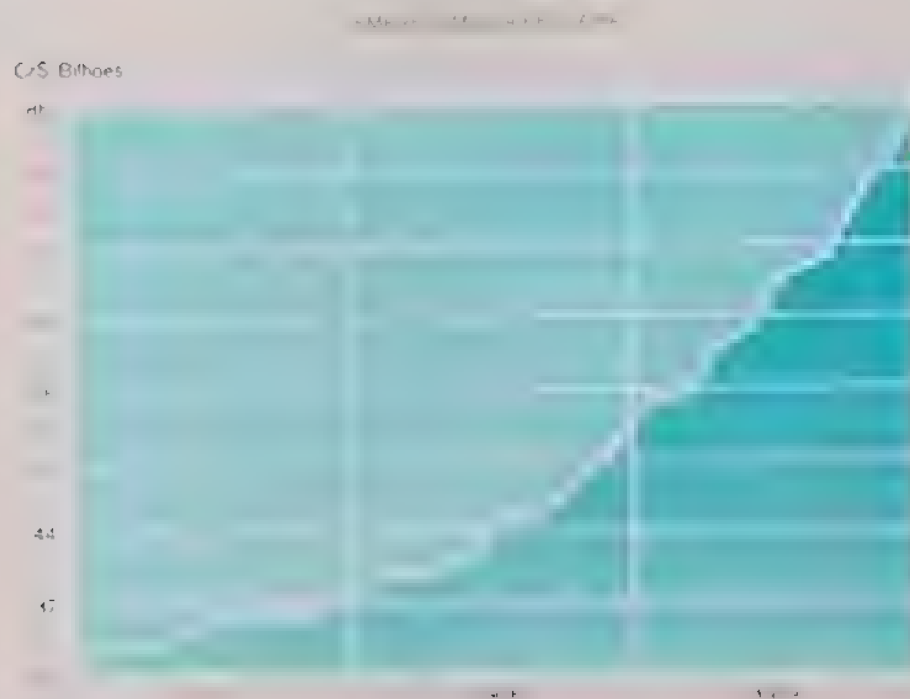
Para a faixa dos animais de pequeno porte, que apresentam resposta mais rápida com menor investimento, o montante de recursos elevou-se a Cr$ 9,1 bilhões, contra Cr$ 4,6 bilhões em 1978, expansão de 96%.

A área financiada para formação de pastagem aumentou de 539 mil hectares em 1978, para 934 mil hectares em 1979, indicando crescimento de 73,2%.

A Capitalização da Agropecuária

Dentro da política de desenvolvimento das atividades rurais, a assistência financeira tem caráter suplementar. Por isso, é necessário ampliar a participação de recursos próprios dos interessados na realização de seus empreendimentos.

Até recentemente, as taxas de juros cobradas nos empréstimos agropecuários variavam entre as excessivamente subsidiadas – beneficiando muitas vezes as classes de mais alta renda – e as extremamente elevadas, atingindo, às vezes, as classes de renda mais baixa.

Em vista disso, observou-se comprovado desvirtuamento do crédito rural, com vazamento dos recursos específicos para outros setores da economia onde se evidenciam ganhos mais fáceis e de menor risco. Tornou-se prioridade eliminar essa distorção sem comprometer, contudo, o curso do desenvolvimento e as medidas de combate à inflação.

Com esse propósito, o Conselho Monetário Nacional (CMN) aprovou, em maio de 1979, a utilização do sistema de taxas de juros diferenciadas e inversamente proporcionais ao montante de recursos próprios utilizados pelo produtor no empreendimento.

As medidas visavam dois objetivos: fortalecimento e capitalização da agropecuária com a neutralização da transferência de recursos para outras aplicações e atendimento das diretrizes do Governo de reduzir os subsídios ao crédito, sobretudo aqueles que provocam efeitos regressivos sobre a distribuição de renda.

No Banco do Brasil, foram expressivos os resultados decorrentes da adoção do sistema de taxas de juros diferenciadas. Em poucos meses, mais de 45% dos tomadores de empréstimos da faixa de 1.000 até 5.000 MVR, onde se concentra a demanda, aderiram à nova sistemática, com aplicação de recursos próprios variando de 10% a 30% do valor do orçamento. Em decorrência, as taxas médias de juros decresceram de 25% para 18% a.a.

Com os mesmos objetivos de capitalização da agropecuária, o CMN introduziu, em 7.12.79, novas alterações nos encargos financeiros, com a adoção de correção monetária no crédito rural.

Integração do Pequeno Produtor

Estudos recentes demonstraram que o custo dos empréstimos para os pequenos produtores é bastante elevado, pois ao valor dos juros soma-se o das "sobretaxas", assim consideradas as despesas com suas inúmeras viagens até as agências bancárias.

No Brasil, essas "sobretaxas" foram estimadas, para os empréstimos inferiores a 50 MVR, em percentuais que variam de 15% a 30%. Adicionadas aos juros, elevam o custo total a aproximadamente 40% do valor dos créditos.

Se para os médios e grandes produtores tais despesas se diluem no valor dos empréstimos, para os pequenos têm grande significado, porque, muitas vezes, tornam antieconômica a assistência financeira de que necessitam. Acrescente-se a isso o fato de participarem os pequenos produtores com apenas 20,6% no valor dos créditos concedidos, embora respondam por mais de 73,5% do número de contratos realizados.

Procurando superar tais distorções, buscou-se um novo mecanismo de disseminação do crédito rural. Com base em proposição do Banco do Brasil, foram criados os Postos Avançados de Crédito Rural, com os quais se espera a correção de algumas falhas do sistema, dentre as quais merecem destaque:

- marginalização do pequeno produtor quanto ao acesso a fatores estimulantes do exercício de sua atividade;
- utilização de forma inadequada dos fatores abundantes no meio rural (terra e mão-de-obra);
- êxodo rural provocado em grande parte por essa alienação e pela desarticulação entre crédito e assistência técnica; e
- grandes distâncias entre as propriedades rurais e os pontos de oferta de crédito.

O Conselho Monetário Nacional autorizou o funcionamento de 1.002 postos, cabendo ao Banco do Brasil 662 (260 dos quais já instalados).

Não obstante o pouco tempo de funcionamento, os postos avançados já efetuaram 135.434 contratações, envolvendo recursos no montante de Cr$ 4,1 bilhões. Por outro lado, foi constatado que grande parte dessas pequenas unidades operacionais tem atingido mais de 50% dos imóveis situados em sua área de influência, numa eloquente demonstração de que a experiência tem sido das mais gratificantes na área rural, cumprindo fielmente o objetivo de maior disseminação do crédito.

Apesar do êxito dos postos avançados, o Banco procura enfatizar o objetivo de pluralizar e interiorizar ainda mais a assistência técnica e creditícia, incorporando maior número de pequenos produtores como beneficiários do crédito rural.

Daí a preocupação em se corrigirem as distorções no atendimento, buscando reduzir as distâncias entre as propriedades rurais e os pontos de oferta de crédito, para alcançar os rurícolas de menor poder aquisitivo com o necessário suporte financeiro. O método mais simples foi insistir na filosofia dos postos avançados. Ir de fato ao encontro do mini e pequeno produtor.

Para tanto, criou-se o sistema de Pontos de Atendimento no interior, com o propósito de atender o agricultor onde não existam agências bancárias ou postos avançados.

O projeto consiste no deslocamento de técnicos em crédito rural, até os distritos, povoados ou lugarejos, para atender precipuamente pequenos agricultores, acolhendo pedidos de empréstimos de custeio, investimento e preços mínimos, sobretudo nas épocas de maior concentração das solicitações de crédito.

As unidades funcionarão em escolas públicas, igrejas, sindicatos rurais e associações

POSTOS AVANÇADOS DE CRÉDITO RURAL
Posição em Dezembro de 1979

ESPECIFICAÇÃO	OPERAÇÕES		APLICAÇÕES		
	Contratadas	Composição %	Cr$ Milhões	Composição %	Valor Médio do Contrato (Cr$)
CUSTEIO	70.650	52	2.030	49	28.700
INVESTIMENTO	64.784	48	2.115	51	32.600
TOTAL	135.434	100	4.145	100	30.600

Fonte: DENAR/DIATE

de classe, em dias fixos da semana, com horário também fixo, de forma a mostrar ao agricultor que pode contar sempre com o apoio do Banco do Brasil. Espalhados por todo o território brasileiro, serão criados 6.800 pontos de atendimento.

Outra medida, que se revestirá de grande importância para o pequeno produtor, consiste no Crédito Rotativo de Custeio Agrícola. A renovação anual do crédito será feita automaticamente e o valor atualizado com base no maior valor de referência (MVR) vigente.

Ocorreu também significativa mudança, no presente ano agrícola, na determinação do valor do financiamento, porquanto passou a ser levado em conta o efetivo desembolso do produtor no cultivo de suas lavouras. A cada faixa de produtividade corresponde um valor básico de custeio (VBC), que, bem próximo da realidade, é usado para definir o montante de crédito destinado ao financiamento de determinada cultura. Esse valor básico de custeio será reajustado automaticamente sempre que houver defasagem de 20% em relação ao custo real de produção.

Maior Integração com Assistência Técnica e Extensão Rural

Consciente da importância da assistência técnica aliada ao crédito como instrumento dinamizador da agropecuária nacional, o Banco do Brasil procura dotar-se de uma estrutura que lhe permita levar ao homem do campo informações capazes de racionalizar seus métodos de trabalho e elevar o índice de eficiência dos recursos alocados.

O sistema de assessoramento técnico no Banco visa integrar todas as atividades, buscando um conjunto de informações básicas, tecnológicas e de mercado, que facilite o planejamento das aplicações de recursos financeiros e o estudo das operações.

Agrônomos, veterinários e zootécnicos atuarão junto às agências, em especial no Nordeste, aproximando do Banco as empresas de assistência técnica, averiguando a eficácia da assistência prestada, levantando custos, colhendo informações e orientando o desenvolvimento de minicampos de experimentação agrícola a serem instalados em pontos estratégicos do País, em colaboração com as entidades oficiais.

Procurarão aqueles profissionais especializados articular a política de crédito com a dos órgãos extensionistas, somando esforços em prol do aumento da produtividade e da melhor distribuição pessoal e espacial da renda gerada.

Objetiva ainda estimular o incremento ordenado dos investimentos rurais, inclusive para armazenagem, beneficiamento e industrialização dos produtos agropecuários; orientar o custeio oportuno e adequado da produção e comercialização de alimentos; possibilitar o fortalecimento econômico dos produtores rurais, notadamente pequenos e médios; e incentivar a adoção de métodos racionais de produção.

No Crédito, a Dosagem das Técnicas Agrícolas

O crédito rural tem sido o principal mecanismo utilizado com vista a introduzir a moderna tecnologia na agricultura brasileira. O Banco do Brasil, por exemplo, condiciona a contratação dos financiamentos de custeio de inúmeros produtos agrícolas à realização de terraceamento e outras obras de conservação do solo, naqueles municípios que carecem dessas técnicas.

O objetivo é conscientizar o produtor rural da necessidade de se dispensar adequado tratamento ao manejo do solo, com vista a preservar a fertilidade das áreas ocupadas, evitando a transformação de terras produtivas em desertos formados pela erosão.

Nos trabalhos de conservação do solo, a atuação do Banco não fica restrita somente à concessão do crédito orientado, mas se estende à efetiva colaboração prestada por seus técnicos na organização e funcionamento das associações conservacionistas do solo.

Destaque-se o incentivo ao crescente uso de semente de melhor qualidade, fiscalizadas e certificadas, principalmente, nos estados do Sul, Sudeste e Centro-Oeste do País. Somente nos plantios de trigo e soja estão sendo utilizadas aproximadamente 23 milhões de sacas dessas sementes, com aplicação de recursos da ordem de Cr$ 2,3 bilhões.

Solidário nas Adversidades

O Banco jamais deixou ao desamparo o produtor rural. Na hipótese de ocorrências causadoras de queda de rendimentos e outros transtornos na atividade rural, equipes técnicas procuram avaliar a situação de cada região afetada e determinar as providências necessárias de amparo ao produtor.

A assistência – sempre em regime de absoluta prioridade – é inteiramente voltada para a minimização dos efeitos danosos das calamidades, seja através da prorrogação dos financiamentos vencidos, em virtude de quebra nos rendimentos esperados, seja pela concessão de novos créditos necessários à retomada das atividades.

O ano de 1979 revelou-se dramático para a agropecuária nacional. Ocorreram enchentes nos estados de Alagoas, Minas Gerais, Pernambuco, Sergipe, Espírito Santo, Bahia e parte do Rio de Janeiro. Secas prolongadas foram registradas em São Paulo, Santa Catarina, no Rio Grande do Sul, Paraná e em todos os estados da região nordestina, agravando ainda mais o panorama sócio-econômico daquela área.

No capítulo da assistência aos flagelados pelas secas, no Nordeste, iniciou-se em 1979 nova modalidade de ação, que teve o propósito de criar ampla oferta de emprego nos próprios estabelecimentos rurais durante a calamidade, evitando, tanto quanto possível, os prolongados afastamentos dos trabalhadores de seu ambiente doméstico, para se alistarem nas tradicionais frentes de serviço de emergência.

Para tanto, os agropecuaristas foram financiados para manter seus trabalhadores em atividade, recebendo parte dos recursos a fundo perdido, através da SUDENE, e o complemento dos gastos, inclusive para aquisição dos materiais necessários mediante crédito especial, a longo prazo e a juros subsidiados.

Nesse programa, o Banco do Brasil realizou cerca de 7.000 operações, aplicando recursos de Cr$ 1 bilhão (fora a parte a fundo perdido), distribuídos principalmente nos estados do Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco.

Norte e Nordeste: Atendimento Prioritário

Sintonizado com a política do Governo de promover adequado equilíbrio setorial e regional da economia, o Banco do Brasil vem dispensando prioridade de crédito às áreas mais carentes do território nacional, notadamente às regiões Norte e Nordeste.

Com efeito, a participação do Nordeste nos empréstimos totais do Banco vem sendo crescente, tendo o saldo dessas aplicações atingido Cr$ 120 bilhões em 31.12.79, enquanto

o Norte alcançava Cr$ 16 bilhões.

No total de empréstimos do Banco à região nordestina, a agropecuária foi beneficiada com mais de Cr$ 64 bilhões – cerca de 80% do total aplicado pelo sistema bancário – confirmando a importância atribuída às atividades rurais para o soerguimento da economia nordestina. Dessa assistência financeira, 56% foram destinados a investimentos rurais, 31% a custeio e 13% à comercialização.

Ademais, o volume de recursos aplicados nas áreas menos favorecidas supera largamente os depósitos ali captados. Na região Norte, por exemplo, para cada cruzeiro de depósito, o Banco aplica mais de cinco em empréstimo, relação que se eleva para oito cruzeiros no Nordeste, fatos que comprovam a contribuição do Banco para a redução dos desequilíbrios regionais.

Nestas regiões, além dos 110 postos avançados de crédito rural, o Banco, atualmente, possui 495 agências, das quais nada menos de 156 foram inauguradas em 1979. O Banco instalará no Nordeste metade de seus postos avançados, que corresponderá a 82,9% do total dessas unidades ali localizadas pelo Sistema Bancário.

A atuação do Banco favoreceu também a formação de estoques de carne para atendimento dos maiores centros urbanos do Nordeste, como Salvador, Recife e Fortaleza, atenuando a escassez da oferta local deste produto.

Inegavelmente, as principais linhas de crédito e programas dirigidos ao Norte e Nordeste orientam-se para o desenvolvimento da agricultura. São exemplos o PROTERRA, o POLONORDESTE, o PROJETO SERTANEJO, PROBOR e outros programas emergenciais. Mas a indústria também recebe apoio especial, tendo sido aplicado nessa atividade, até dezembro de 1979, o total de Cr$ 27 bilhões. A indústria de transformação é a maior beneficiária, destacando-se a assistência aos segmentos de produtos alimentares, têxteis e metalúrgicos.

Programas Especiais de Apoio ao Setor Primário

Na execução da política financeira e creditícia a seu cargo, o Banco do Brasil utiliza não apenas as linhas normais de empréstimos à agropecuária, indústria e serviços, mas também programas especiais de características marcadamente sociais, orientados preferencialmente para as atividades que mais contribuem para a melhoria das condições de vida do homem.

POLONORDESTE – Programa de Desenvolvimento de Áreas Integradas do Nordeste

Voltado para os pequenos produtores agropecuários, o POLONORDESTE representa a união de esforços dos bancos oficiais e entidades de assistência técnica com o objetivo de desenvolver áreas consideradas prioritárias, mediante o fortalecimento e a modernização das explorações rurais.

Operando com baixas taxas de juros e prazos de empréstimo de até 12 anos, este Programa propicia todas as modalidades de financiamento de custeio e investimento. Abrange também o crédito fundiário, concedendo financiamentos integrais para aquisição de terras, a juros de 12% a.a. e prazo de até 20 anos, com até 6 anos de carência.

Até dezembro de 1979, o Banco do Brasil concedeu, com base nesse Programa, financiamentos da ordem de Cr$ 1,3 bilhão.

Mantidos os atuais estímulos aos órgãos de assistência técnica e outros serviços de apoio ao Programa, o Banco terá condições de realizar, no período 1980/85, cerca de 150 mil financiamentos, no montante de Cr$ 7 bilhões, a preços de dezembro de 1979.

PROTERRA – Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e Nordeste

Utilizado no financiamento de investimentos agropecuários à pequena, média e grande empresa, o PROTERRA vem proporcionando benefícios inestimáveis ao desenvolvimento da Amazônia e à transfiguração do Nordeste.

Em dezembro de 1979, as aplicações acumuladas do PROTERRA-Rural, a maior parte

com recursos próprios do Banco, somaram mais de Cr$ 34 bilhões, enquanto os créditos agroindustriais movimentaram recursos de Cr$ 1,4 bilhão

Em 8 anos de vigência do Programa, já foram concedidos cerca de 500 mil financiamentos e o Banco do Brasil deverá realizar, nos próximos seis anos, mais de 150 mil, investindo recursos adicionais de Cr$ 50 bilhões, a preços de 1979

[illegible]

Objetivando, primordialmente, o fortalecimento das pequenas e médias empresas rurais localizadas nas áreas mais atingidas pela seca, procura esse Projeto tornar as propriedades menos vulneráveis aos efeitos da estiagem Em vista disso, contempla, sobretudo, investimentos de valorização hidroagrícola nos imóveis rurais, tais como açudes, poços, aguadas e obras de irrigação

Sua atuação está voltada também para melhorar a estrutura fundiária, oferecendo recursos destinados, especificamente, ao financiamento de glebas não superiores a seis módulos regionais. As condições de crédito são altamente atrativas, com juros de 2% a 7% ao ano e prazos de até 20 anos

Sob o abrigo desse Programa, o Banco financiou 2 mil projetos, num total de Cr$ 900 milhões, e continuará ampliando substancialmente sua assistência nos próximos anos

PROALCOOL – Programa Nacional do Alcool

O esforço governamental voltado para o desenvolvimento de alternativas energéticas amplamente disponíveis no País tem sido canalizado, principalmente, para a implementação do PROALCOOL, programa que se reveste de especial significado estratégico e de grande importância sócio-econômica para os destinos deste País continente

A extensão territorial, as condições sócio-econômicas e climáticas, aliadas à vocação agrícola de determinadas regiões do País, principalmente o Nordeste, facilitam a implantação do Programa e permitem tornar realidade as metas estabelecidas Para tanto, é necessário superar a carência de recursos e estimular a utilização do álcool como fonte de energia. Não fossem esses fatores restritivos, seria possível atingir em 1985 a produção de 20 bilhões de litros, ao invés dos 10,7 bilhões fixados pelo Governo

A produção de álcool para fins carburantes e industriais, além de cumprir importante papel na redução das despesas cambiais com a importação de petróleo, atua de forma preponderante na elevação da renda das regiões menos desenvolvidas, como o Nordeste, reduzindo os desníveis existentes entre as diversas áreas do território nacional

A tradição da indústria açucareira, ao lado da existência de amplos contingentes de mão-de-obra, tem sido responsável pela expressiva participação da região nordestina no PROALCOOL, com os financiamentos realizados pelo Banco envolvendo recursos da ordem de Cr$ 2,2 bilhões

O Banco do Brasil, sempre sintonizado com as diretrizes governamentais, vem atuando como principal agente financeiro do PROALCOOL, concedendo seu apoio em todas as fases do processo produtivo, desde o custeio das lavouras, até a produção e comercialização do álcool

Dos 270 projetos apresentados até 1979 à Comissão Nacional do Alcool, 67% deram preferência ao Banco do Brasil como agente financeiro, o que evidencia sua marcante atuação neste Programa.

Ao determinar a agilização do PROALCOOL, o Governo introduziu, em setembro, modificações nas condições de financiamento do Programa, alterando os limites de crédito e facilitando a concessão de financiamentos para os projetos compatibilizados com a orientação governamental.

PROBOR – Programa de Incentivo de Produção da Borracha Vegetal

O Banco faz-se presente nas áreas de produção desse importante produto, emprestando apoio decisivo ao desenvolvimento do Programa de Incentivo à Produção da Borracha Vegetal, do qual participa, desde sua origem, como agente financeiro da SUDHEVEA – Superintendência da Borracha, na forma de convênio firmado em 1972

A expansão do setor se dá através dos subprogramas de "formação de seringais de cultivo" e também "recuperação de seringais nativos", garantindo o Banco o suporte financeiro necessário à elevação dos padrões de cultivo e de conservação dos campos, com vista ao aumento da produção e da produtividade A área de atuação do PROBOR abrange presentemente os estados do Acre, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Bahia, Espírito Santo, além dos territórios federais de Rondônia, Roraima e Amapá.

Houve um incremento de mais de 220% das aplicações, em 1979, comparativamente com os empréstimos concedidos em 1978 O saldo devedor registrado em dezembro de 1979 se eleva à expressiva cifra de Cr$ 296 milhões

As perspectivas de desempenho do setor são favoráveis, presumindo-se uma contribuição positiva à economia nacional, permitindo-nos reduzir consideravelmente a importação de borracha natural

O Banco e o Setor Industrial

Para destinar, em função das diretrizes governamentais, suas aplicações às áreas prioritárias, considerando as potencialidades e recursos regionais, o Banco do Brasil buscou identificar o perfil do crédito industrial por unidade da Federação

Tendo presente a preocupação maior do Governo com a agropecuária, o Banco direcionou sua assistência financeira industrial, primordialmente, às atividades que, direta ou indiretamente, oferecem insumos para o setor primário

Por outro lado, sendo a indústria forte absorvedora de matérias-primas de origem agrícola, foram estimulados empreendimentos que utilizam, mais intensivamente, matérias-primas do setor rural, o que beneficiou sobremaneira as indústrias de alimentos, madeira, bebidas, couro e peles, calçados, tecidos, entre outras

Outro ponto marcante é a participação na [illegible] de desconcentração industrial Dada a capilaridade de sua rede de agências e a tradição no atendimento das empresas localizadas em cidades de menor porte, o Banco é um eficaz instrumento para a desejada interiorização industrial. Apesar da limitação de recursos disponíveis, tem procurado distribuir suas aplicações de forma a favorecer as regiões menos desenvolvidas, concedendo aumento de dotações em percentuais maiores às dependências do interior.

Paralelamente, a preocupação com a desconcentração industrial possibilitou ao Banco oferecer, através de ampla revisão das próprias normas e critérios operacionais, melhores condições aos empreendimentos capazes de induzir as regiões interioranas ao maior desenvolvimento

Para o dimensionamento do crédito, o Banco estabeleceu parâmetros mais favoráveis em função

da localização, beneficiando empresas instaladas ou a se instalarem em áreas menos desenvolvidas,

do ramo de atividade, favorecendo empresas produtoras de insumos e implementos agrícolas, álcool anidro para fins carburantes e industriais e aquelas dedicadas à armazenagem de produtos agrícolas

do porte, concedendo percentuais maiores de assistência às empresas de menor porte,

da sazonalidade da produção e comercialização, permitindo maior elasticidade em relação à assistência com base no faturamento

Estabeleceu-se o princípio de que as operações não fossem deferidas apenas com base em garantias reais ou pessoais, mas, sobretudo, em fatores como: idoneidade, capacidade dos administradores, tradição no ramo, pontualidade nos negócios mantidos com o Banco, capacidade de pagamento, aceitação de seus produtos no mercado, e outros indicadores econômico-financeiros

Além dos fatores citados, o Banco do Brasil também leva em conta para a concessão de crédito aspectos sociais, como a capacidade do empreendimento em gerar empregos, melhorar a distribuição da renda, aumentar a produtividade e contribuir no atendimento de outras metas definidas pelo Governo

EMPRÉSTIMOS DO BB À PRODUÇÃO INDUSTRIAL E IGP-DI
Evolução Base 1977 100

F DEPES e FGV

Empréstimos ao Setor Industrial

Em face do contingenciamento a que estão sujeitas suas aplicações, especialmente na área industrial o Banco vem encontrando dificuldades para atender às solicitações de recursos, mesmo para os empreendimentos eleitos como prioritários pelo próprio Governo

Comparando-se, sob a forma de índice, os empréstimos do Banco ao setor industrial com o comportamento do PIB-Industrial, no período de 1975 a 1979, nota-se, em termos reais, a decrescente participação dos empréstimos na expansão do PIB, pois, enquanto o PIB-Industrial evoluiu de 100 para 132,4, naquele período, os empréstimos passaram de 100 para 74,8

A conhecida dependência das empresas ao crédito de terceiros – supridas, muitas vezes, por falta de alternativa, em condições inadequadas e a juros elevados – preocupa as autoridades governamentais pela instabilidade que acarreta em razão dos altos níveis de endividamento a que está sujeito o setor industrial

Assim, o Banco tem procurado direcionar os limitados recursos disponíveis para as atividades prioritárias do processo de desenvolvimento nacional, em busca da maximização do retorno produtivo

Nesse contexto, a posição global dos empréstimos à produção industrial evoluiu apenas 48,7% durante 1979, contra 77,2% de inflação, fechando o exercício com o saldo de Cr$ 148,4 bilhões

Indústria Extrativa

A indústria extrativa absorveu recursos do Banco no valor de Cr$ 1,3 bilhão, 49,6% superior ao observado no ano de 1978, destacando-se a assistência à produção de minério de ferro item que contribuiu com 8,5% da nossa receita de exportação

Embora de fundamental importância para o desenvolvimento nacional, o ramo de extração não vem acompanhando a evolução ocorrida nas demais áreas Nos próximos anos, espera-se sua expansão como resultado dos investimentos em curso e dos programas de substituição do petróleo pelo carvão – tanto no setor químico, como no energético Para viabilizar esses programas, a oferta de carvão, até 1985, deverá experimentar a elevação de 6 para 32 milhões de toneladas/ano, com a abertura de 27 novas minas

Indústria de Transformação

Os empréstimos do Banco à indústria de transformação, em dezembro de 1979, absorviam 81% do total destinado à produção industrial Encerrando o ano com saldo de Cr$ 119,8 bilhões, essas aplicações registraram crescimento de 48,7% em comparação com 1978

Esse setor reveste-se de grande importância para a economia como um todo, pelo fato de abranger todas as atividades referentes à adaptação das matérias-primas ao consumo, tendo atingido um crescimento de 7,6% em 1979

Na relação com o exterior houve excelente desempenho, haja vista que elevou a

participação dos industrializados na pauta de exportação para 56,5%, estabelecendo a maior contribuição da área industrial ao comércio externo

Produtos Alimentares

Embora o ramo de produtos alimentares tenha apresentado pequeno crescimento físico em 1979 (+ 2,5%), as expectativas para o próximo ano são bastante animadoras, em razão da previsão de boas safras decorrentes dos estímulos adotados pelo Governo para o setor agrícola, do qual a indústria alimentar é altamente dependente

Em apoio à diretriz governamental, o Banco vem promovendo o desenvolvimento integrado da agricultura e agroindústria, tendo, em dezembro de 1979, aplicado no segmento de produtos alimentares 22,7% dos empréstimos à produção industrial Cr$ 33,6 bilhões

Têxtil

Os empréstimos do Banco ao ramo (Cr$ 14 bilhões) apresentaram incremento de 64,4% sobre os saldos do ano anterior, passando a participar com 9,4% no total da assistência à produção industrial

O inverno prolongado de 1979 favoreceu à demanda dos produtos da indústria têxtil, que encerrou o ano com crescimento de 7,1% em relação a 1978

Nas exportações, porém, o setor não manteve a performance dos anos anteriores Enquanto em 1978 as vendas externas alcançaram US$ 602 milhões, nesse exercício somaram US$ 545 milhões, retração de 9,5% O mercado interno é que constituiu a base para sua expansão

Nesse sentido, a tendência de retorno ao uso do algodão, aumentando sua participação em relação a produtos sintéticos, assim como o desenvolvimento de processos recentes visando favorecê-lo em detrimento das fibras artificiais, abrem possibilidades de expansão para a indústria têxtil

Metalúrgica

De fundamental importância no fornecimento de insumos básicos, a indústria metalúrgica cresceu 10,4% em 1979, bem acima da média registrada pela indústria de transformação

O setor recebeu empréstimos do Banco equivalentes a 8,7% da assistência à produção industrial (Cr$ 13 bilhões), valor superior em 58,2% ao montante do ano anterior

Mecânica

A indústria mecânica também apresentou expressiva expansão (8,0%), em virtude dos estímulos para o desenvolvimento da agropecuária e dos programas em favor da mineração, transportes e energia, especialmente o PROÁLCOOL, com reflexos no crescimento das operações do Banco Ao final do exercício, os financiamentos às empresas desse segmento superavam Cr$ 3,2 bilhões, com expansão de 61,4% em relação ao ano anterior

As vendas para o mercado externo contribuíram com 8% das exportações, cabendo aos aparelhos e instrumentos mecânicos 4,6% do montante exportado

Material de Transporte

Os empréstimos do Banco ao ramo atingiram Cr$ 2 bilhões, crescimento de 65,6% sobre o saldo do final de 1978, equivalendo a 1,4% do total canalizado para a produção industrial

Apesar dos reflexos da crise energética, a indústria de material de transportes apresentou crescimento de 5% em relação a 1978. Cresceram também, as exportações do setor – graças à venda de automóveis, ônibus, caminhões e aviões – que já representam 8,8% das vendas externas, contra 6,5% no ano anterior

Em face da elevação dos preços do petróleo, a indústria automobilística brasileira inicia a produção, em grande escala, de carros movidos inteiramente a álcool, além de contribuir na transformação gradativa dos atuais modelos, a gasolina, para o uso do álcool

Pequenas e Medias Empresas: Apoio Indispensável

Nas modernas economias de mercado, as pequenas e médias empresas desempenham papel perfeitamente definido ao complementar a atuação dos grandes organismos ou preencher lacunas quanto aos bens e serviços cuja produção ou distribuição possam ser mais vantajosas, se executadas por grande numero de empresas menores Na realidade, a interação das pequenas e grandes unidades produtivas é que possibilita maior equilíbrio no processo de desenvolvimento econômico

Contribuindo significativamente para a desconcentração das atividades econômicas, surgimento e formação de novos empresários e criação de tecnologia compatível com o estágio de desenvolvimento do País, as pequenas e médias empresas representam, no atual contexto da sociedade brasileira, uma realidade que não se pode ignorar

A par dessas vantagens, essas unidades exigem menor investimento estrutural, pela facilidade de se localizarem em regiões menos desenvolvidas, e representam 97% das empresas do País, respondendo por elevada utilização de mão-de-obra – 65% dos empregados na área do comércio e 85% na de prestação de serviços. Além disso, participam com 20% na formação do valor da produção industrial, 45% na receita comercial e 80% na área de serviços.

Essas empresas, em razão do seu porte, têm acesso a empréstimos sem garantia de até 500 MVR, o que explica o grande número de clientes beneficiados em todo o território nacional. Hoje, cerca de 90% da clientela do Banco são constituídos de pequenas e médias empresas

Sempre dispensando tratamento preferencial ao pequeno empresário, o Banco vem reformulando suas normas e critérios

operacionais com vista a simplificar e tornar menos onerosa sua assistência.

Apesar desses esforços, estudos realizados no Banco evidenciaram a necessidade de traçar uma estratégia de longo prazo, que proporcione o pleno desenvolvimento dessas unidades, através de utilização mais eficaz dos recursos escassos.

Por esse motivo, o Banco criou o Sistema de Apoio Integrado às Pequenas e Médias Empresas, objetivando conjugar o crédito à prestação de assistência técnica nas diversas áreas, desde a financeira e fiscal até as de produção, gerência e mercado, com vista a tornar mais racional a utilização dos fatores de produção.

Este Sistema proporcionará ao Banco condições para identificar problemas da clientela, avaliando sua efetiva necessidade de crédito e potencialidade econômica, além de possibilitar maior racionalidade nas aplicações. O incentivo à adoção de práticas associativas é outra das finalidades do programa.

Ainda com relação às pequenas e médias empresas comerciais, o Banco tem prestado irrestrito apoio ao Programa Nacional de Cadeias Voluntárias, iniciativa pioneira da COBAL, em experiência no Distrito Federal.

De grande alcance social, o Programa objetiva organizar em bases mais econômicas o pequeno varejo, que normalmente supre de gêneros alimentícios as populações de menor renda.

Mais Forte o Setor Terciário

Em sua estratégica função de agente de desenvolvimento econômico, o Banco do Brasil não se descuida de levar sistemático e abrangente apoio creditício a todas as áreas da economia nacional. Fomentando a agropecuária e a indústria ou incentivando as atividades de comércio e da prestação de serviços, busca ampliar as oportunidades de negócios e fortalecer o mercado brasileiro.

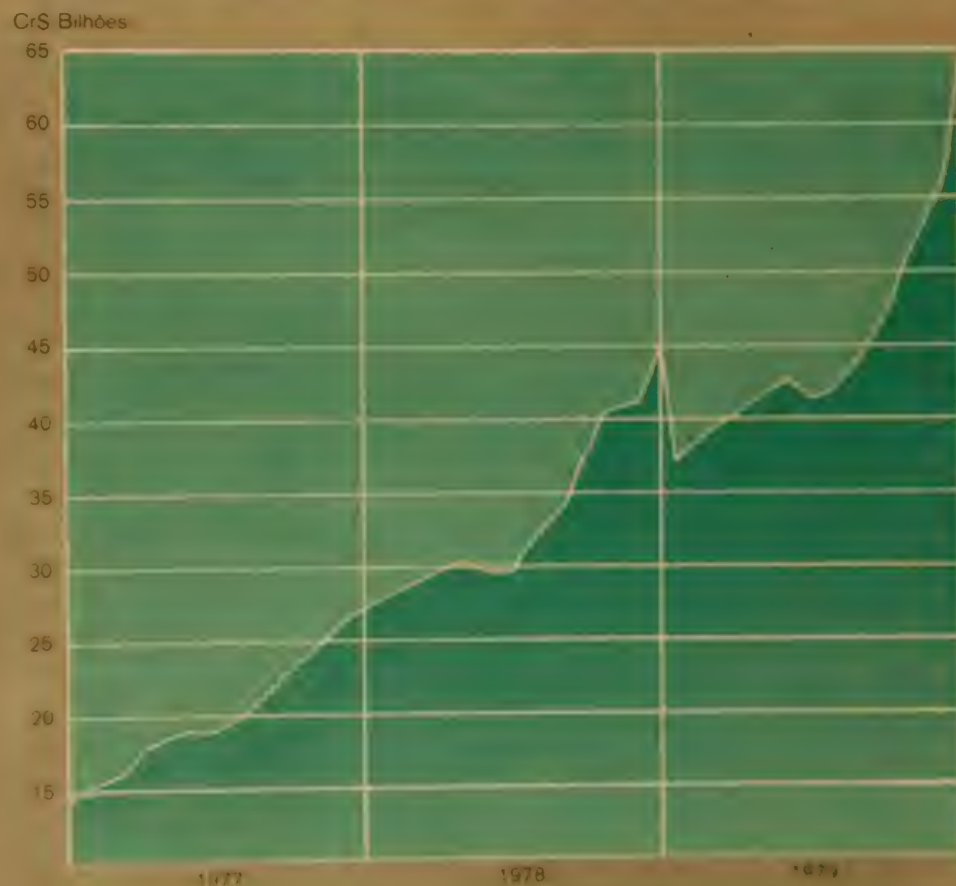
Financiando o custeio agrícola no Sudeste ou a implantação de uma indústria no Nordeste, descontando duplicatas de um pequeno comerciante da Amazônia ou comprando trigo da região Sul, o Banco está presente em todos os rincões do território nacional.

Ao orientar suas aplicações segundo as diretrizes governamentais, o Banco volta-se, muitas vezes, para determinada área ou atividade, onde sua presença se revela indispensável na superação dos problemas existentes.

Assim ocorreu em 1979 com a ênfase concedida à agropecuária, que recebeu todo o incentivo creditício indispensável à extensão da fronteira agrícola. Em função de tais prioridades, o Banco procedeu ao remanejamento dos recursos, de vez que suas aplicações globais são estabelecidas pelo Orçamento Monetário.

A diversificação de recursos entre os diversos ramos setoriais permitiu ao Banco dirigir ao setor terciário, em 1979, Cr$ 179,3 bilhões, crescimento de 62% sobre o ano anterior.

Os recursos canalizados para o comércio atingiram Cr$ 64,8 bilhões, equivalendo a incremento de 44,3% em relação a 1978.

Relativamente ao apoio ao comércio de produtos industrializados, sobressaíram os financiamentos destinados aos veículos e materiais de transporte (+ 91,1%), a materiais elétricos e de comunicações (+ 58,4%), para os bens da indústria mecânica (+ 48,6%) e para comercialização do álcool.

Os empréstimos para outras atividades (Cr$ 114,5 bilhões) mantiveram ritmo de crescimento elevado: 74,1% sobre os saldos de 1978. Sua participação no total das aplicações

ao setor privado atingiu 16%, contra 15% no exercício anterior

Representando 65,8% do grupamento, os financiamentos por ordem e conta do Banco Central montaram a Cr$ 49,1 bilhões. Os créditos com juros favorecidos destinados a pequenas e médias empresas comerciais e de prestação de serviço alcançaram Cr$ 4,2 bilhões, enquanto os títulos descontados a atividades não especificadas chegaram a Cr$ 4 bilhões.

Os saldos devedores dos contratos de Cheque-Ouro, por seu turno, fecharam o exercício com Cr$ 6,7 bilhões, em contrapartida aos Cr$ 22,3 bilhões de depósitos arrecadados através deste importante instrumento de captação de recursos.

Cabe destacar, também, os empréstimos para capital de giro de supermercados, instituídos em 1977 e restritos às Capitais em que vigora a "Lista de Preços Máximos – CIP/SUNAB", atualmente denominada "Acordo Supermercado/Governo". Essa linha de crédito de longo prazo e com taxas de juros de 15% a.a. favorece os supermercados que se dispõem a oferecer à população preços mais acessíveis e controlados para os produtos essenciais ao consumo popular. Os valores aplicados vêm crescendo significativamente – 81,4% em 1979 – representando mais uma contribuição do Banco ao Governo Federal no controle da inflação.

As aplicações na área da construção civil alcançaram Cr$ 3,5 bilhões em dezembro de 1979, incremento de 31,5% sobre o saldo final do ano anterior. Revestem-se de singular importância pela capacidade do setor de absorver grandes parcelas de mão-de-obra não qualificada.

EMPRESTIMOS A OUTRAS ATIVIDADES

Nesse sentido, a ativação das obras tem contribuído para minorar os problemas decorrentes dos fluxos migratórios, principalmente nos grandes centros.

Crédito Educativo

A participação do Banco do Brasil em programas que visam reduzir desigualdades regionais extrapola os aspectos meramente quantitativos de suas funções de apoio ao desenvolvimento, para se enquadrar na área dos investimentos sociais.

Com esse objetivo, o Banco integrou-se ao Programa de Crédito Educativo, convicto de que sua filosofia básica enseja a criação de oportunidades que permitirão a melhoria das condições de vida das camadas menos favorecidas da sociedade brasileira.

O desenvolvimento nacional depende, em grande parte, da crescente qualificação dos recursos humanos, de sorte a torná-los aptos a enfrentar as dificuldades do processo desenvolvimentista.

Nas regiões Norte e Nordeste, onde a carência é maior, o Banco é responsável por quase 2/3 dos contratos realizados, equivalentes a 55% do total de suas operações da espécie no País, funcionando, mais uma vez, como promotor da integração e do progresso nacional. As aplicações alcançaram, ao final do exercício, cerca de cinco bilhões de cruzeiros, revelando incremento de 69,3% em relação a dezembro de 1978.

Apoio aos Estados e Municipios

Consciente de seu papel de instrumento básico e indispensável à execução da política de desenvolvimento econômico e social do Governo, o Banco do Brasil contribui da melhor forma possível para a redução dos desníveis existentes em todas as áreas de atividades.

Nesse contexto se insere o apoio concedido aos estados e municípios brasileiros, que se vêm defrontando com dificuldades financeiras decorrentes, em grande parte, dos problemas conjunturais que afetam o País.

Envolvendo recursos superiores a Cr$ 4,5 bilhões, o Banco aprovou o reescalonamento da dívida de 11 estados beneficiários de empréstimos a título de antecipação de receitas. Paralelamente, foram celebrados outros contratos, elevando o saldo das aplicações para Cr$ 8,6 bilhões, incremento de 186,6% no período de um ano.

Na assistência financeira aos municípios (Cr$ 10,4 bilhões) destacam-se os recursos concedidos ao amparo do Fundo de Desenvolvimento Urbano (FDU). Destinam-se à execução de obras e projetos indispensáveis à implantação de infra-estrutura capaz de estimular a interiorização da atividade industrial e de atenuar o êxodo das populações de pequenas e médias cidades em direção aos grandes centros urbanos.

A exemplo do ocorrido com os estados, o Banco reescalonou a dívida das prefeituras municipais e realizou, em conjunto com o Banco Nacional da Habitação e a Caixa Econômica Federal, amplo estudo a respeito das operações pendentes e das dificuldades orçamentárias enfrentadas pelos municípios brasileiros.

As aplicações junto a outros órgãos e entidades ligadas ao setor público – autarquias, sociedades de economia mista etc. – atingiram Cr$ 2,2 bilhões, dos quais Cr$ 700 milhões foram concedidos às companhias estaduais de desenvolvimento agropecuário.

Eficiência no Atendimento à Clientela

Ao oferecer melhores produtos a uma clientela cada vez mais exigente, o setor financeiro presta inúmeros serviços à sociedade brasileira. Consciente disso, o Banco do Brasil busca, habitualmente, elevar o nível de seus serviços, através de aperfeiçoamento constante.

O Cheque-Ouro, por exemplo. Facilmente aceito em qualquer parte do território nacional, teve os limites contratuais reajustados – agora variam de 10 a 100 mil cruzeiros – e elevada a garantia, por cheque, para Cr$ 5.000,00. Em contrapartida, vem se revelando excelente meio de captação de recursos: a média diária dos depósitos atingiu o significativo montante de Cr$ 20,5 bilhões, correspondentes a 892.000 contratos.

Outro serviço digno de nota é a compensação de cheques e outros papéis, que se expande através de interligação dos sistemas integrados regionais e locais. Atualmente, existem em operação dois sistemas interligados (Curitiba-Londrina-Maringá e Rio de Janeiro-São Paulo), 43 sistemas integrados e 271 sistemas locais, assistindo 1.866 praças.

Merece especial referência a interligação do Rio de Janeiro e São Paulo, envolvendo 143 cidades que podem trocar entre si cheques e outros documentos em 24 horas. Estas duas praças representam 80% dos valores e 40% do volume de papéis que transitam pelas câmaras de compensação em todo o País.

Procurando adequar-se à nova estrutura e ao dinamismo da economia brasileira, o sistema evoluiu e hoje absorve os serviços vinculados à cobrança e aos créditos. Hoje, os clientes podem liquidar seus compromissos em uma única dependência bancária, ainda que os títulos em cobrança estejam em poder de diversos bancos. Da mesma forma, é acolhido qualquer crédito, desde que o beneficiário seja correntista de uma agência bancária.

Essa constante busca de aperfeiçoamento nos serviços prestados insere-se na estratégia de descongestionamento dos centros urbanos, racionalizando ainda mais o uso de combustíveis, através da redução nos deslocamentos dos clientes bancários.

Na área de prestação de serviços aos órgãos públicos, a União continua encontrando no Banco estrutura apta a responder, com eficiência e presteza, às crescentes e múltiplas exigências.

Instrumento de extraordinária funcionalidade para a gerência financeira do Governo, o sistema de caixa única do Tesouro permite a otimização dos recursos disponíveis, independentemente de sua apropriação nas contas específicas. Através de eficaz Sistema de Informações Gerenciais (SIG), que abrange a quase totalidade das dependências, a posição das contas governamentais é consolidada diariamente e informada aos órgãos federais em 48 horas.

Além disso, semanalmente, o Banco comunica o saldo dessas contas, consolidadas por unidade orçamentária, propiciando elemento fundamental para o acompanhamento da execução financeira.

O esforço para racionalizar e agilizar os serviços internos facilita também o controle da política monetária. Dispondo diariamente da posição de suas contas de depósitos e empréstimos, o Banco auxilia o estabelecimento de medidas tendentes a disciplinar ou corrigir imediatamente desvios das metas governamentais.

Dessa forma, o Banco do Brasil, ampliando o elenco de serviços prestados à União e agilizando suas funções de Agente Financeiro do Tesouro Nacional, permite aos órgãos federais a nível central alocar recursos com mais eficiência.

Presença no Mercado Aberto

Em setembro de 1979, o Conselho Monetário Nacional regulamentou a participação do Banco do Brasil no mercado aberto, autorizando-o a efetuar operações de compra e venda de títulos da dívida pública, por conta e ordem de terceiros.

Na realidade, o Banco já desenvolvia atividades típicas de intermediação financeira desde 1975, procurando promover e ativar o mercado de títulos estaduais, em estreita consonância com as diretrizes do Banco Central. Cite-se, a propósito, o convênio firmado com o Estado da Bahia para atuar na colocação e no giro de seus títulos, executando política de sustentação daqueles papéis no mercado. Em 1976, acordo semelhante foi firmado com Santa Catarina. Neste exercício, foram lançados Cr$ 500 milhões em Obrigações Reajustáveis do Estado da Bahia e igual montante de Obrigações Reajustáveis do Estado de Santa Catarina.

Os recursos captados são aplicados na formação de uma carteira de títulos, sob a forma de financiamentos a curto prazo, com garantia colateral de Obrigações Reajustáveis ou Letras do Tesouro Nacional.

O saldo médio diário dos recursos captados com essa finalidade evoluiu de Cr$ 2,6 bilhões, em dezembro de 1978, para Cr$ 10 bilhões ao final de 1979.

O serviço de custódia para instituições financeiras alcançou posição expressiva ao final de 1979, com 134,8 milhões de títulos, no valor de Cr$ 63,1 bilhões.

Administração de Fundos

Fundo de Investimentos Setoriais (FISET)

Os recursos do FISET se destinam a empresas que desenvolvem projetos turísticos, pesqueiros e florestais. Oriundos de incentivos fiscais, os valores aportados ao Fundo, desde junho/75, somam Cr$ 20,6 bilhões. Até 31.12.79, 614 empresas foram beneficiadas com a liberação desses recursos, cujo montante estava assim distribuído: Cr$ 499,9 milhões para pesca, Cr$ 960,2 milhões para turismo e Cr$ 17,6 bilhões para florestamento e reflorestamento. Em fase de liberação restava Cr$ 1,6 bilhão.

Em 1979, a arrecadação ascendeu a Cr$ 7,9 bilhões, 61% superior à do ano passado, refletindo a consolidação do Fundo no atendimento às partes interessadas e na qualidade dos serviços prestados.

Após verificar a documentação oriunda dos órgãos de desenvolvimento setoriais o Banco subscreve ações ou quotas de participação (reflorestamento) no valor das liberações efetivadas, mantendo os títulos em custódia até que sejam permutados, quer diretamente por certificados de aplicação em incentivos fiscais (CAIF) nos casos de projetos próprios, quer por certificados de investimento (CI), em leilões especiais, quando se tratar de projetos comuns.

Esses leilões realizados nas Bolsas de Valores do Rio e de São Paulo favoreceram, em 1979, 133 empresas, envolvendo 300 milhões de títulos, com expressivo montante de Cr$ 430 milhões. Brevemente serão estendidos às demais bolsas de valores do País.

O resultado líquido obtido pelo Fundo, no exercício, computando-se ágios, bonificações, dividendos, etc., alcançou Cr$ 45,5 milhões, com incremento de 87,5% em relação ao ano anterior.

Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PASEP)

Com 4,8 milhões de contas ativas, vinculadas a 6 232 entidades contribuintes, o PASEP cresceu mais de 850% no quinquênio 1975/79, com o patrimônio líquido alcançando Cr$ 92 bilhões ao final do período.

A arrecadação, em 1979, atingiu Cr$ 26,5 bilhões e os recursos aplicados – Cr$ 102,6 bilhões – tiveram incremento de 64,1% comparativamente a 1978. Desse montante, Cr$ 22,2 bilhões estão entre as aplicações do Banco do Brasil e Cr$ 80,4 bilhões foram repassados ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico.

Desde o início do Programa, as cotas de participação distribuídas somaram Cr$ 67 bilhões dos quais Cr$ 14,6 bilhões somente no exercício encerrado em junho de 1979. Nesse montante estão incluídos a correção monetária de 39,4% e os rendimentos de 11,3% sobre o saldo corrigido – juros de 3% a.a. e 8,3% a título [illegible] Fundo. Dessa forma, a rentabilidade do PASEP alcançou 55,2% no exercício julho/78 a junho/79, enquanto a inflação no período atingiu 45,2%.

O pagamento do abono salarial aos cadastrados há mais de 5 anos que perceberam, em 1978, remuneração mensal até cinco vezes o salário mínimo regional, beneficiou 1,3 milhão de participantes.

Somando-se esse abono com os rendimentos pagos e os saques de cotas efetivados no exercício, obtém-se o expressivo total desembolsado pelo PASEP em 1979: Cr$ 8,4 bilhões.

Fundo de Incentivo à Pesquisa Técnico-Científica (FIPEC)

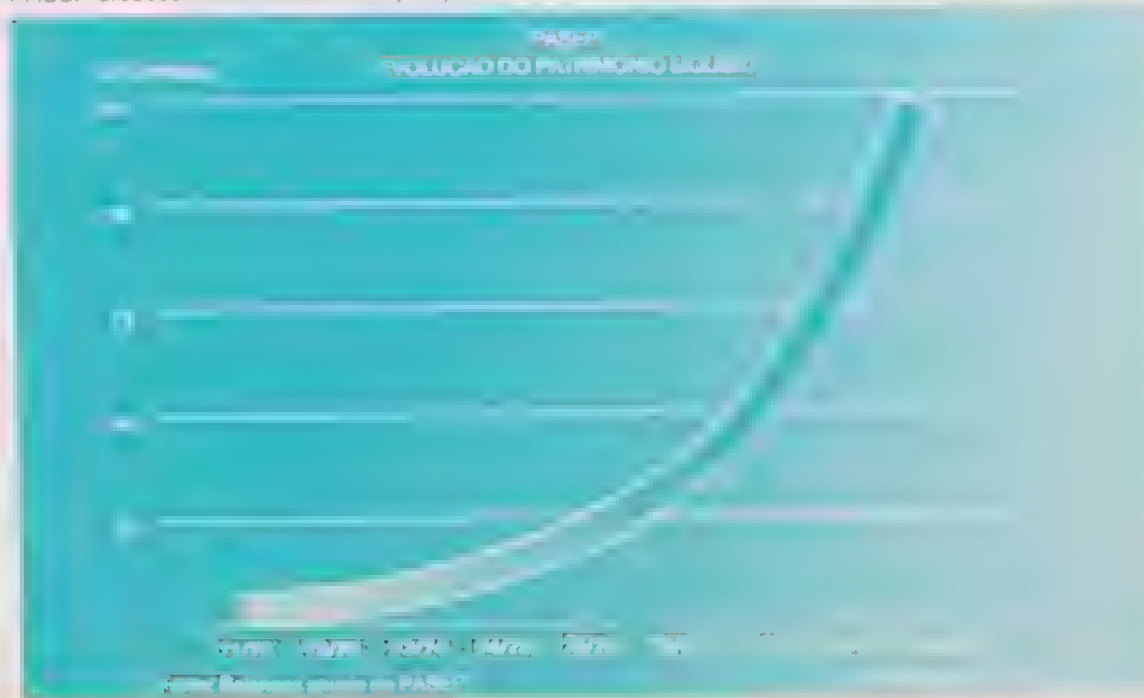
O Banco do Brasil, através do FIPEC, vem incentivando e apoiando, mediante colaboração financeira, pesquisas técnico-científicas em prol da geração e desenvolvimento da tecnologia nacional, em setores prioritários definidos pelo Governo Federal. Nesse sentido, o FIPEC financia, em caráter complementar, projetos de pesquisa aplicada e/ou de desenvolvimento experimental que busquem a criação ou aperfeiçoamento de produtos ou processos e redundem em aumento da produção ou produtividade das pequenas e médias empresas de capital nacional.

As receitas do Fundo decorrem de aportes semestrais de 2% sobre os lucros líquidos apurados em balanços do Banco. Dessa forma, já lhe foram alocados, desde outubro/75, recursos no montante de Cr$ 866 milhões, afora verbas de outras origens, inclusive a correção monetária.

Desde então, foram aprovados 79 projetos, dos quais 11 concluídos, envolvendo recursos de Cr$ 260 milhões. Encontra-se em execução Plano de Ação com vigência até dezembro/80, que prevê o atendimento de 196 projetos, distribuídos entre os segmentos energia rural (de fontes e formas não convencionais), insumos básicos para agropecuária, meio ambiente (equipamentos antipoluentes), alcoolquímica, saúde animal, instrumentação e mineralogia.

O FIPEC apóia também outras áreas da inventiva. Tanto assim, que patrocina concurso de premiação a projetos de alternativas energéticas, de âmbito nacional, extensivo a pessoas físicas. Oferecendo quase 2 milhões de cruzeiros em prêmio aos quatro primeiros colocados, além de um financiamento da ordem de 60 milhões para desenvolvimento do trabalho classificado em 1.º lugar, o Banco do Brasil quis manifestar, com esse concurso, um voto de confiança à criatividade de nossos cientistas.

Relacionamento com o Exterior

O setor externo da economia brasileira tem enfrentado dificuldades para colocar seus produtos no mercado internacional, em

decorrência da imposição de mecanismos protecionistas pelos países desenvolvidos e acelerada elevação dos custos da produção interna.

Daí a preocupação do Banco em suprir as necessidades prioritárias da atividade econômica do País, através de assistência financeira destinada a propiciar melhor nível de competitividade aos produtos manufaturados e serviços nacionais destinados à exportação, com vista a consolidar posições já alcançadas e conquistar novas fatias do mercado externo.

Além disso, as participações internacionais e sua rede de dependências no exterior permitem-lhe buscar, com agilidade, novas oportunidades de negócios, realizando operações que, direta ou indiretamente, contribuem para a expansão do intercâmbio comercial do Brasil com o resto do mundo.

Apoio ao Intercâmbio Comercial com o Brasil

Ao encerrar-se o exercício de 1979, as operações de financiamento à exportação acusaram um saldo de Cr$ 72,9 bilhões. Nesse total, a parcela de Cr$ 12,3 bilhões refere-se a "Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio", que apresentou incremento de 109,9%.

As aplicações do Banco com recursos do Fundo de Financiamento à Exportação (FINEX) atingiram a cifra de Cr$ 40 bilhões, em 1979, crescimento de 98% sobre o saldo do final do ano anterior e os financiamentos diretos à exportação absorveram 75% daquele total.

Nos financiamentos à produção, com base naqueles recursos, destacaram-se os destinados à construção de dois navios para "containers", de 30.400 TDW cada unidade, e de um petroleiro de 80 000 TDW, exportados para Hong Kong, no valor total de US$ 85,4 milhões. Foram canalizados também recursos para a fabricação de 5 barcos pesqueiros, equipamentos de pesca, câmara fria, "containers" e caminhões, no montante de US$ 7,9 milhões, do que resultaram exportações no valor de US$ 1,1 milhão para o Uruguai e de US$ 9,1 milhões para a República Popular do Congo. Ademais, foram autorizados financiamentos para a produção de máquinas e equipamentos pesados a serem exportados para o México, Argentina e Paraguai, inclusive destinados à montagem de uma destilaria de álcool neste último País, no valor total de US$ 48,5 milhões.

A fim de solucionar problemas de eventual capacidade ociosa ou dotar as empresas produtoras-exportadoras de recursos adicionais para competição mais eficaz no exterior, prosseguiu-se no financiamento à produção para exportação, que atingiu, em 1979, Cr$ 2,5 bilhões.

Com recursos próprios, o Banco do Brasil, também, através das operações complementares ao apoio financeiro previsto na Resolução n.º 515/79 (BACEN), emprestou Cr$ 6,6 bilhões com incremento de 72% sobre dezembro/78.

Nos financiamentos diretos à exportação, incluídas as operações amparadas por linhas de créditos deferidas a banqueiros e entidades externas, o item de maior participação foi o de equipamentos para transportes, elevação e movimentação, no valor de US$ 500 milhões.

Tendo por objetivo estimular as exportações de serviços de engenharia, através de autorizações específicas concedidas aos exportadores ou através de formalização de convênios bilaterais de crédito, foram autorizados financiamentos da ordem de US$ 320 milhões, sendo que o valor verificado no ano precedente não foi além de US$ 6 milhões.

Por força de convênios de crédito para construção de ponte em Moçambique, recuperação de obras públicas no Paraguai e construção de represa hidrelétrica no Uruguai, as liberações atingiram o total de US$ 31 milhões, até novembro.

Com o prazo de reembolso variável de 10 a 12 anos, aprovaram-se, em princípio, financiamentos no valor de US$ 1,9 bilhão, destacando-se os voltados para os aproveitamentos hidrelétricos no Panamá (US$ 145,2 milhões), na Colômbia (US$ 271 milhões) e no Equador (US$ 146 milhões).

EMPRÉSTIMOS VINCULADOS À EXPORTAÇÃO

ESPECIFICAÇÃO	Saldos em Cr$ Milhões			Variação 79/78	
	1979	1978	1977	Absoluta	Percentual
Operações Normais CACEX	6 597	3 823	3 047	2 774	72,6
Adiantamentos sobre Contratos de Câmbio	12 303	5 860	4 293	6 443	109,9
Fundo de Financ. à Exportação – FINEX	40 425	20 371	12 721	20 054	98,4
Programa Especial de Estímulo às Exportações – PROEX	2 434	1 888	1 350	546	28,9
Empr. Com. Prod. Inds. – para Exportação	11 153	6 612	6 499	4 541	68,7
TOTAL	72 912	38 554	27 860	34 358	89,1

Fonte: COGER
Elaboração: DIPLA/COESE

O Banco estabeleceu, ainda, linhas de crédito com entidades privadas e governamentais de outros países, ressaltando-se as realizadas com a Caisse Autonome d'Amortissement da Costa do Marfim (US$ 31 milhões), com a Petróleos Mexicanos – PEMEX (US$ 50 milhões), com o Governo do Paraguai (US$ 77,5 milhões) e com a Banque Internatio [illegible] l'Afrique Occidentale, da França (US$ 2 milhões).

Os créditos destinados à promoção de nossos produtos no exterior totalizaram aproximadamente US$ 853 milhões, enquanto o financiamento à exportação em consignação chegou ao montante de aproximadamente [illegible] operações autorizadas e ainda não efetivadas.

Modalidade de crédito que vem tendo progressiva utilização é o financiamento a investimento no exterior. O total aprovado durante o ano atingiu US$ 98,5 milhões.

No âmbito da Comissão de Incentivos à Exportação (CIEX), foram aprovados 32 programas de produção para exportação, implicando importações de US$ 35,6 milhões de máquinas e equipamentos com o correspondente compromisso de exportação de US$ 287,9 [illegible] durante [illegible] período médio de quatro anos. Desde 1977, a [illegible] missão aprovou 69 projetos, perfazendo um total de importações no valor de US$ 44,3 milhões e compromissos de exportações de US$ 515,4 milhões.

Das operações de "draw-back" resultaram importações de US$ 1,2 bilhão, contra US$ 4 [illegible] gerando saldo cambial da ordem de US$ 2,8 bilhões – superior em 35,7% ao verificado no ano passado.

Quanto aos financiamentos à importação, o Banco vem dando toda assistência às compras externas de produtos essenciais, fertilizantes e suas matérias-primas, trigo, milho e arroz, bem como petróleo e derivados.

Nos acordos de participação homologados, ressalte-se o fato de que o índice geral de nacionalização chegou a 82,4% em 1979, com a indústria nacional fornecendo mais de US$ 1,4 bilhão em bens de capital, enquanto no ano anterior aquele índice foi de 75%.

Foram expedidos, também, 1.013 certificados [illegible] com benefícios fiscais, com base no incremento anual das exportações, no valor de US$ 124 milhões, representando 37% do total autorizado desde 1972.

Outro ponto relevante na atuação do Banco no setor externo é a sua participação na Companhia Brasileira de Seguro de Crédito à Exportação (BRASCEX), estendendo, ainda mais, seu apoio às exportações brasileiras. A empresa garantirá as transações comerciais e financeiras vinculadas às vendas externas de bens e serviços, contra riscos comerciais, políticos e extraordinários.

A BRASCEX tem um capital previsto de Cr$ 200 milhões, do qual o Banco e o Instituto de Resseguros do Brasil (IRB) participarão com 24,5% cada. Os 51% restantes serão subscritos pelas empresas seguradoras sediadas no País.

Dentre os inúmeros serviços de apoio na área administrativa, foram desenvolvidos trabalhos na busca de opções sempre mais eficientes em termos de desburocratização das operações de comércio exterior, com vista a aperfeiçoar procedimentos normativos e criar soluções alternativas de serviços que contribuam para dinamizar os negócios com o exterior.

Na luta pela simplificação, o Banco obteve êxito quanto à emissão de guia "a posteriori" nas exportações do comércio fronteiriço, nos fornecimentos para consumo de bordo e nas [illegible] máquinas e veículos para reposição, manutenção e assistência técnica.

Nesse contexto, o Banco propôs contratação de câmbio posteriormente ao embarque das mercadorias para o exterior, idéia coroada de êxito com a Resolução 552, de 21.06.79, do Banco Central do Brasil, que admitiu prazo de até 10 (dez) dias úteis após o embarque.

Operações Cambiais

O Banco realiza operações cambiais por conta própria, em nome do Banco Central ou por conta do Tesouro Nacional. Presta decisiva assistência aos exportadores brasileiros, bem como às importações de produtos essenciais ao desenvolvimento do País.

Os contratos de compra e venda de moeda estrangeira alcançaram, até dezembro de 1979, US$ 40,7 bilhões, consequência da nova sistemática de apuração de valores, que excluiu aqueles correspondentes às o [illegible] simbólicas originárias da Resolução n.º 63 e Lei n.º 4.131/62, os quais, até junho de 1978 eram computados como operações financeiras.

Entre os contratos de câmbio de exportação sobressaíram os relativos a minérios (US$ 766 milhões), café em grão e industrializado (US$ 472 milhões), petróleo e derivados (US$ 396 milhões) e ao complexo soja (US$ 385 milhões). No lado das importações, os destaques foram os contratos relacionados com petróleo e derivados (US$ 5,2 bilhões), trigo (US$ 441 milhões) e fertilizantes (US$ 380 milhões).

As operações de arbitragem alcançaram US$ 999,5 milhões, com aumento de 63,2% sobre as contratações efetuadas no exercício passado.

Graças ao incremento dos ingressos financeiros, notadamente de órgãos [illegible]overnamentais, e ao crescimento das compras [illegible] e exportação, a média de disponibilidades no exterior (aplicações mais saldos em conta) atingiu, em 1979, US$ 1,4 bilhão, superior em 3,5% à marca atingida no ano anterior.

Desse total médio de aplicações, aproximadamente US$ 1,1 bilhão foi colocado junto às nossas agências externas, propiciando-lhes maior rentabilidade, reciprocidade a banqueiros e ativa participação no mercado interbancário.

Através da concessão de garantias no exterior, o Banco ampara as exportações de bens e serviços realizadas pelas empreiteiras brasileiras.

As garantias prestadas sob as formas de "bid bond", "performance bond" e "refundment payment" destinam-se a apoiar empresas em suas participações nas concorrências públicas internacionais e na execução de contratos celebrados para o fornecimento de bens e serviços.

Por outro lado, os avais e as fianças [illegible]rmitem às empresas brasileiras carentes de [illegible]nanciamento para aquisição de bens de capital ou empréstimos para capital de giro recorrerem ao mercado externo, à procura de recursos a taxas mais acessíveis.

O total de garantias prestadas por conta própria e do Tesouro Nacional atingiu US$ 1,9 bilhão, superando em 12% o total concedido durante o ano de 1978.

Com o objetivo de racionalizar serviços, foram canalizadas para a agência de Nova Iorque as ordens destinadas aos Estados Unidos, reformulando-se a sistemática até então vigente.

O sistema, entre outras vantagens, beneficiou nossos clientes pela rapidez com que se processa o cumprimento das ordens e

possibilitou a redução de custos com a exclusão do uso do telex e simplificação das rotinas de trabalho de nossas agências.

Presença Marcante no Exterior

Ao longo do último decênio o Banco marcou sua presença no exterior através de participações internacionais e vasta rede de dependências disseminada em todos os continentes.

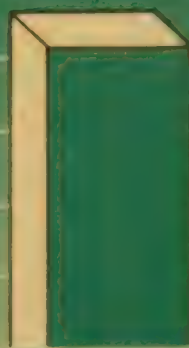
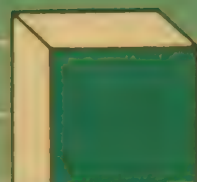
Tendo como objetivos básicos apoiar o processo exportador brasileiro, atrair capitais de risco e levantar recursos em moeda forte para aplicação em projetos internos de infra-estrutura, a atuação do Banco no exterior se firma cada vez mais na comunidade bancária internacional, captando recursos em moeda local e concedendo empréstimos a empresas estrangeiras situadas nas praças ou áreas geoeconômicas onde estão fixadas suas dependências externas.

Como suporte à implementação dessa política, o Banco, para permitir maior penetração de empresas brasileiras exportadoras de bens e serviços, instituiu o financiamento integral de projetos que contemplam a aquisição de bens e/ou serviços brasileiros, desde o pagamento das parcelas à vista até a cobertura de gastos no exterior, em moedas locais.

Além disso, estabeleceu o financiamento de operações em regime de "basket", mediante a abertura de linhas especiais de crédito em favor de clientes de sua rede de agências externas.

Dessa atuação, resultou um incremento da ordem de US$ 3,9 bilhões, em 1979, no apoio financeiro da rede externa às relações de intercâmbio comercial do Brasil com o exterior, elevando o total de empréstimos no último triênio para US$ 10,9 bilhões.

Os saldos dos financiamentos de comércio exterior com o Brasil cresceram, neste exercício, US$ 647 milhões, passando de US$ 1,4 bilhão, em dezembro/78, para US$ 2,1 bilhões, em dezembro/79. No período 1974/79, esses empréstimos apresentaram taxa média anual de crescimento de 33,4%.

Essas operações são lastreadas normalmente em recursos levantados no mercado de "banker's acceptances", com a utilização de linhas de crédito específicas, proporcionadas por banqueiros internacionais.

Durante o exercício, o Banco canalizou para o País, no sistema de Lei n.º 4.131 e Resolução 63 do Banco Central, recursos sob a forma de empréstimos a médio e longo prazos, no total de US$ 648 milhões, para repasse a empresas nacionais, através do FINEG, FIREX e FIRAE, programas destinados ao financiamento de capital de giro e investimentos.

O Banco participou, ainda, de empréstimos sindicados destinados a financiar a execução de projetos brasileiros de infra-estrutura no valor de US$ 3,4 bilhões – incremento de 186,2% sobre o ano anterior –, atuando como líder em US$ 142 milhões, como co-líder em US$ 2,5 bilhões e como participante em US$ 720 milhões.

No mercado de capitais, o Banco atuou em quatro lançamentos de bônus de emissão do Governo Federal (em ienes e marcos alemães, no valor equivalente a US$ 220,6 milhões) e da ELETROBRÁS (também em ienes e marcos alemães, no valor de US$ 100,8 milhões), colocados nos mercados de Tóquio e Hamburgo.

Recursos carreados ao amparo da Lei n.º 4.131 e da Resolução 63
Saldos em fins de período

MODALIDADE	US$ Milhões					Variação Percentual 79 – 75
	1979	1978	1977	1976	1975	
Lei 4.131	1.502	1.150	975	825	669	124,5
Resolução 63	629	719	831	874	861	(26,9)
TOTAL	2.131	1.869	1.806	1.699	1.530	39,3

Fonte: VIPIN/ASPLA

Sindicatos bancários – Recursos para o Brasil
Fluxos anuais – US$ milhões

MODALIDADE	1979	1978	1977	1976	1975	TOTAL
Como líder	142	80	235	360	235	1.052
Como co-líder	2.555	600	845	565	503	5.068
Como participante	720	514	830	786	324	3.174
TOTAL	3.417	1.194	1.910	1.711	1.062	9.294

Fonte: VIPIN/ASPLA

Aplicações

No encerramento do exercício, os ativos do Banco no exterior alcançaram a cifra de US$ 15,7 bilhões, importe superior em US$ 3,7 bilhões (31%) ao registrado em fins de 1978 (US$ 12 bilhões). De 1975 a 1979, os ativos cresceram 152%, com aumento, em termos absolutos, de US$ 9,4 bilhões.

Os empréstimos concedidos por nossas filiais no exterior atingiram o valor de US$ 15,2 bilhões, aumento de US$ 3,7 bilhões em

Fonte: VIPIN/DIREX

relação a 1978. Nos últimos cinco anos, essas operações apresentaram crescimento acumulado de 129,2%.

Crédito Externo envolve as aplicações em outros países que não aquele onde a agência credora está situada, incluídos os empréstimos ao Brasil (Lei 4.131 e Resolução n.º 63). Ocorreu aumento de US$ 1,4 bilhão, não obstante o congelamento instituído pelas autoridades monetárias brasileiras. A maioria dessas

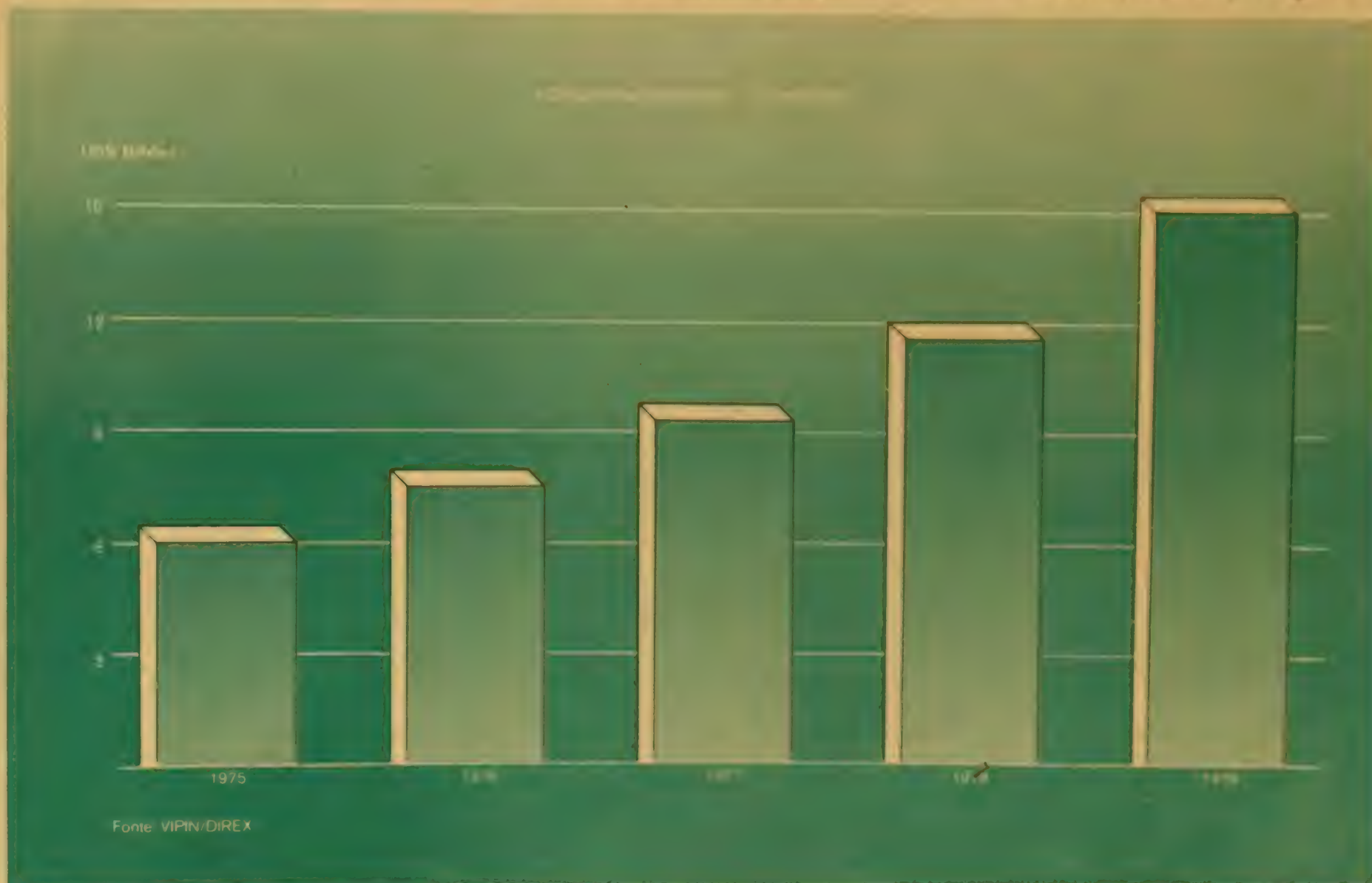
aplicações, como a de todos os recursos captados pelo Banco no exterior, beneficia o Brasil.

O crédito interbancário – mercado onde os bancos se refinanciam – atingiu o total de US$ 4,2 bilhões, expansão de 58,5% em relação ao ano anterior. Nessa modalidade, o Banco renovou e/ou concedeu, no exercício, linhas de crédito a 445 bancos internacionais.

Destinado ao reforço de capital de giro de empresas locais, o crédito interno mostrou saldo de US$ 275 milhões, nível que se vem mantendo nos últimos anos, enquanto o item "comércio exterior" registrou incremento de 45,6% ao atingir US$ 2,1 bilhões no final do exercício.

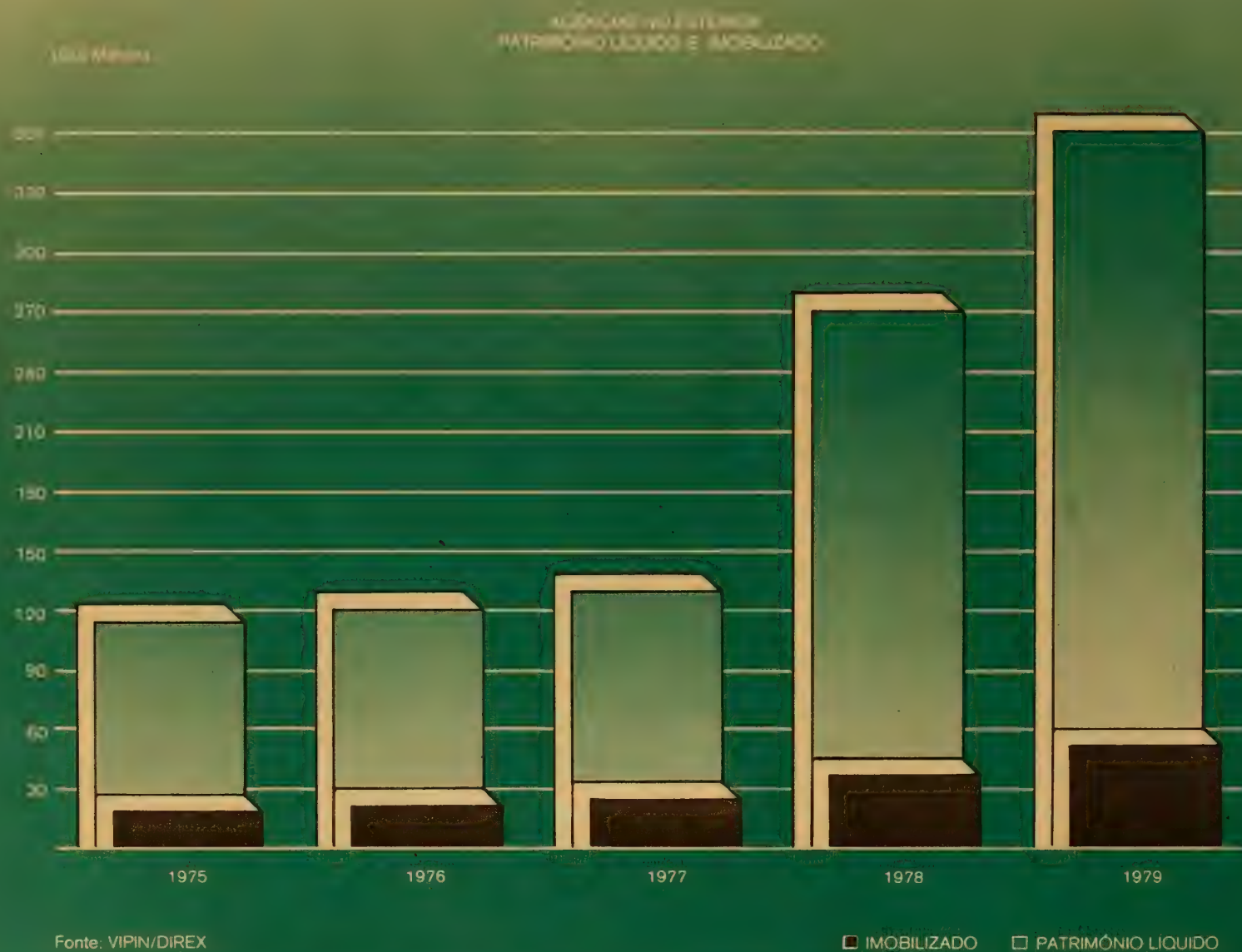
Depósitos

Durante 1979, os depósitos das agências externas cresceram US$ 3,5 bilhões. No período entre dezembro/75 e dezembro/79, passaram de US$ 5,9 bilhões para US$ 15,1 bilhões, equivalendo à expansão de 153%, reflexo do esforço desenvolvido por nossas filiais em busca do aprimoramento na prestação de serviços e na captação de recursos locais.

As operações interbancárias acusaram um incremento de US$ 2,3 bilhões, ao atingirem o

saldo de US$ 5,4 bilhões, em dezembro/79, enquanto os depósitos de entidades brasileiras evoluíram US$ 199 milhões, registrando um total de US$ 1,6 bilhão.

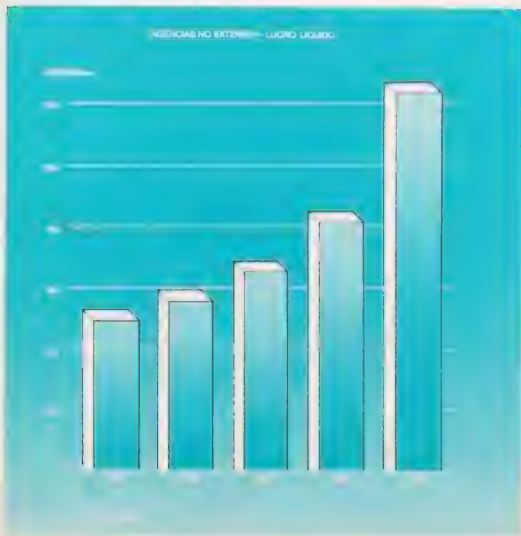
Recursos Próprios e Imobilizado

O patrimônio líquido das filiais externas aumentou 35% ou US$ 93 milhões no ano, evoluindo de US$ 269 milhões para US$ 362 milhões em dezembro/79.

Os valores imobilizados demonstraram incremento de US$ 15,7 milhões, passando a

corresponder a 16,9% do total de recursos próprios

Resultados Financeiros

O lucro líquido das dependências foi de US$ 123,9 milhões, representando um aumento de 52,1% (US$ 42,4 milhões) em relação ao do exercício de 1978 (US$ 81,5 milhões)

desempenho alcançado decorre, em grande parte, da melhor utilização das vantagens fiscais nos vários mercados onde o Banco atua, fruto da eficiente administração dos recursos externos

Apoio Administrativo

A fim de prestar serviços da mais alta relevância, as dependências externas devem ajustar-se à realidade econômica que as cerca, desenvolvendo tecnologia especial, conhecendo os costumes locais, praxes comerciais e dispositivos legais vigentes nos países hospedeiros

Para que o seu desempenho seja otimizado, é necessário que os administradores estejam capacitados e convenientemente treinados para conduzirem as dependências externas. Daí o interesse da Administração do Banco em mobilizar recursos humanos, materiais, tecnológicos e logísticos, no desenvolvimento de uma filosofia de atuação perfeitamente ajustada aos padrões internacionais.

A necessidade de um esquema permanente de controle das atividades administrativas e operacionais das dependências externas, em razão de seu rápido crescimento e das distâncias que as separam da Sede, levou o Banco a rever e atualizar as práticas que já vinham sendo implantadas nos serviços de auditoria.

Para os trabalhos de auditoria externa, foram selecionadas e contratadas firmas especializadas. No tocante à auditoria interna, estão sendo realizados seleção e treinamento técnico dos futuros "comptrollers". Também em fase de elaboração encontram-se os esquemas de atuação dos "comptrollers", bem como de integração com os trabalhos de auditoria externa.

Estudos vêm sendo desenvolvidos no sentido de se coordenarem os planos de contas e a contabilidade das dependências externas, visando à uniformização dos procedimentos e à padronização de conceitos e denominação para os títulos contábeis. Esses aperfeiçoamentos possibilitarão a coordenação e o controle centralizado das rotinas contábeis das agências, bem como maiores facilidades na adoção de medidas, visando à racionalização dos serviços, com a consequente redução de custos.

Quanto aos recursos administrativos, providências foram tomadas no sentido de dotar cada dependência externa de instrumentos necessários à sua perfeita integração às variadas condições dos mercados em que atuam, de modo a poder extrair o máximo de produtividade e eficiência operacional em três setores básicos: recursos humanos, materiais e tecnológicos.

Ênfase especial pretende-se dar à seleção e ao treinamento de dirigentes brasileiros, pois é

sabido que de seu preparo técnico, discernimento na condução dos serviços e operações, relacionamento com os funcionários locais e atitudes firmes frente aos problemas, depende todo o êxito da administração.

No campo tecnológico, vêm sendo desenvolvidos estudos para reformulação das estruturas organizacionais das agências, aprimoramento de rotinas de trabalho e implementação de sistemas de processamento de dados.

Rede de Dependências Externas e Participações Internacionais

No decorrer do presente exercício, foram inauguradas agências em Abidjan (Costa do Marfim), Miami (EUA), escritórios de representação em Atlanta, Dallas e Houston, todos nos EUA, e Superintendências Regionais em Luxemburgo, Cingapura, Buenos Aires e Washington.

Além de 4 Superintendências Regionais, órgãos da Direção Geral, o quadro de dependências do Banco no exterior passou a contar com 55 unidades: 26 agências, 21 escritórios de representação e 8 subagências.

Criada a estrutura adequada, o Banco parte agora para expandir ainda mais sua rede externa. Estão programadas dependências em cerca de 30 cidades, onde a presença do BB é necessária para acelerar o intercâmbio comercial.

O Banco está transformando em agências os escritórios de Frankfurt (RFA) e Madri (Espanha), está instalando agências em Barcelona e Valência (Espanha), Macau (Território de Macau), Presidente Stroessner (Paraguai), Roma (Itália), Mendonça (Argentina), Porto (Portugal) e subsidiária em Viena (Áustria) e escritório em Bagdá (Iraque).

Está sendo decidida a instalação de agências ou escritórios no Cairo (Egito), em Dacar (Senegal), Dares Salaam (Tanzânia), Iaundé (Camarões), Kinshasha (Zaire), Libreville (Gabão), Lomé (Togo), Luanda (Angola), Maputo (Moçambique), Nairóbi (Quênia), Nouakchott (Mauritânia), Rabat (Marrocos) e em Tunis (Tunísia).

Por outro lado, a presença do Banco em empresas financeiras internacionais vem se constituindo em importante instrumento de apoio à atuação de sua própria rede de dependências externas. O estreitamento de relações com um maior número de integrantes das principais comunidades financeiras repercute na realização de negócios de interesse mútuo. Novas frentes para o desenvolvimento do comércio exterior brasileiro são detectadas e estimuladas, além de se ampliarem as oportunidades de acesso a fontes adicionais de recursos para a implementação de projetos de interesse governamental.

O Brasilian American Merchant Bank, em Grand Cayman, e o Brasilian Finance and Investment Corporation, no Canadá, são subsidiárias integrais que propiciam apoio de natureza técnico-operacional às diversas atividades do Banco no exterior.

Todas essas instituições apresentaram crescente volume de operações no período, malgrado a instabilidade do mercado financeiro internacional. O EUROBRAZ, nosso mais importante consórcio no exterior, e o EULABANK continuaram exercendo papel de destaque na canalização de novos recursos para o País, participando ativamente de operações sindicadas tanto como líder, co-líder ou participante.

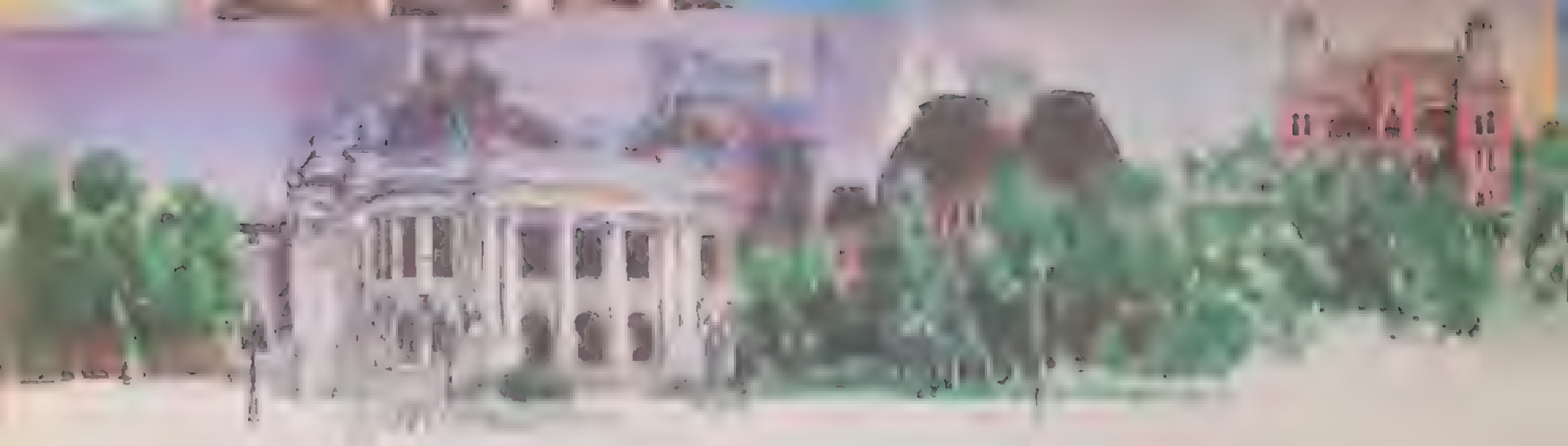
O Grupo BIAO, de presença marcante no continente africano, prosseguiu emprestando vigoroso suporte às exportações brasileiras. A este associado, o Banco propiciou linha de crédito no valor de FF 100 milhões, a ser utilizada para o financiamento local de exportações brasileiras de bens de capital, bens duráveis de consumo, veículos e serviços, podendo abranger despesas de frete e seguro, desde que tais serviços sejam contratados com empresas brasileiras.

Referência especial deve ser feita ao início de atividades do BLADEX, cujo objetivo principal é o de promover a exportação de bens e serviços de origem latino-americana, preferencialmente os não tradicionais, já contando, para tanto, com patrimônio da ordem de US$ 30 milhões.

Outro acontecimento significativo foi a recente iniciativa do ARLABANK de estabelecer escritório de representação na cidade do Rio de Janeiro. Trata-se de medida que trará novos benefícios ao mercado nacional, uma vez que este banco multinacional objetiva fomentar a cooperação econômica entre os países árabes e latino-americanos.

PARTICIPAÇÕES INTERNACIONAIS

INSTITUIÇÕES	SEDE
Arab Latinamerican Bank – ARLABANK	Lima
Banco de Desarrollo del Paraguay S.A. – COMDESA	Assunção
Banco Latinoamericano de Exportaciones S.A. – BLADEX	Panamá
Banco Unido de Fomento – BUF	Santiago
Banque Arabe et Internationale d'Investissement – BAII	Paris
Banque Internationale pour l'Afrique Occidentale – BIAO	Paris
Brasilian American Merchant Bank – BAMB	Grand Cayman
Brasilian Finance and Investment Corporation – BFIC	Toronto
Compagnie Arabe et Internationale d'Investissement – CAII	Luxemburgo
Euro Latinamerican Bank Limited – EULABANK	Londres
European Brazilian Bank Limited – EUROBRAZ	Londres
Kuwait Pacific Finance Company – KPFC	Hong Kong

Fonte: VIPIN/ASPIN

No Rio de Janeiro, dois edifícios traduzem muito bem o espírito eclético dos primeiros anos do século XX. O Teatro Municipal foi inspirado na Ópera de Paris, de Garnier, em neobarroco francês, e construído entre 1906 e 1909 segundo projeto de Francisco de Oliveira Passos.

Na variedade de estilos dominantes da época, o prédio do Instituto Oswaldo Cruz, em Manguinhos, torna-se exemplo curioso de arquitetura mourisca, num projeto de Morais Júnior.

O Palacio da Cultura Rio e obra revolucionaria na arquitetura moderna brasileira Foi projetado ao final da decada de 30 por uma equipe chefiada por Lucio Costa e composta por Carlos Leao Jorge Moreira Afonso Eduardo Reidy Ernani Vasconcelos e Oscar Niemeyer e supervisao do arquiteto Le Corbusier Lança mão de pilotis brise-soleil amplos panos de vidro redescobre o granito carioca e a azulejaria magistralmente elaborada por Candido Portinari

Oscar Niemeyer projeta a Capela de Sao Francisco de Assis as margens do Lago da Pampulha Belo Horizonte MG Inspirando-se nas primeiras capelas mineiras do seculo XVIII o arquiteto utiliza o esquema de capela de nave unica coro e torre sineira separada do corpo da edificação Possui rico painel de azulejaria e pinturas internas assinados por Portinari

ATIVIDADES DO BANCO

Análise de Demonstrações Financeiras

Atividades-Fim

Atividades-Meio

Recursos Humanos

... uração de ... Plano de ...

Quadro de Pessoal: 84 mil Funcionários

se distribui respectivamente pelos níveis Básico (43,5%), Médio (16,5%) e Superior (40%)

Seguindo a tradição o Banco se vale de seus recursos humanos não apenas para suprir as próprias necessidades, mas também para contribuir na composição de quadros técnicos do País. Atualmente, existem 400 funcionários cedidos a Órgãos da Administração Pública Federal, a Governos Estaduais e a outras entidades

Identificando o Mercado de Trabalho

No exercício de 1979 foi instituído o sistema de pré-inscrição de candidatos, que visa aprimorar o programa de recrutamento e seleção para o Nível Básico. A iniciativa, que possibilitou o levantamento do número de prováveis candidatos em todo o País – mais de 1 milhão de pré-inscritos –, tem o mérito de permitir a antecipação de várias medidas de ordem administrativa e propiciar um melhor conhecimento do mercado potencial de trabalho

As seleções para os níveis Básico e Médio da Carreira Administrativa vêm contribuindo para a estabilização dos quadros das agências e para o preenchimento adequado dos cargos comissionados, sobretudo em locais de difícil provimento

Encontra-se definitivamente implantado o "arquivo de concorrentes a cargos comissionados", cadastro permanente que admite atualização trimestral da listagem de pretensões dos interessados. O sistema facilita a distribuição equitativa de oportunidades a todo o funcionalismo, revelando-se como instrumental eficaz no provimento de comissões vagas

Formação Gradual e Permanente

Com as modificações efetuadas na política de pessoal, procurou-se enfatizar o papel da formação gradual e permanente, na qual se somam o treinamento formal e aquele que, integrando a ação administrativa, permeia a relação chefe-subordinado. Exemplo notável dessa conjugação de efeitos é a qualificação do funcionalismo do Banco em crédito rural (23 640 elementos em atividade), fruto de indispensáveis programas de capacitação teórica, combinados com uma experiência prática acumulada em mais de 40 anos.

A formação gradual e permanente implica a observância, nos cursos realizados para as diversas áreas técnico-operacionais e administrativa, de três princípios básicos: realista adequação de cada programa às necessidades da Empresa, compatibilização das várias iniciativas no contexto de um plano global, e preparação do funcionário desde seu ingresso no Banco até os degraus mais elevados da hierarquia

Para que esses princípios fossem mais facilmente cumpridos, implantaram-se, em março de 1979, o catálogo geral de formação profissional e o mapa de levantamento de necessidades de treinamento.

Durante o período foram elaborados 25 programas internos, dentre os quais se destacam o Curso de Noções Básicas dos Serviços do Setor de Operações, que dá início, de forma mais objetiva e direta, ao treinamento na área operacional; o de Crédito Rural para Postos Avançados, e o de Supervisores de Postos Avançados de Crédito Rural

Além da realização desses programas e da revisão processada em 17 outros, desenvolveram-se oito módulos de treinamento sob a forma de estágio em dependência do Banco. Desses, cinco foram oferecidos a funcionários de bancos estrangeiros, em consonância com a política desenvolvida pelo Itamaraty, de intercâmbio de treinamento e de cooperação técnica com o exterior

Inauguraram-se dois novos centros de formação profissional, um em Curitiba e outro em Bento Gonçalves, e remodelaram-se os localizados no Rio de Janeiro, Recife e São Paulo

Ao todo, 26 781 funcionários receberam treinamento durante o ano, o que representa um acréscimo de 48% em relação ao exercício anterior. Desse total, 24 150 funcionários obtiveram treinamento interno, enquanto 2 631 participaram de programas externos, sendo 26 no estrangeiro

Recursos para Assistência Social

Recursos da ordem de Cr$ 2,2 bilhões foram empregados em programas assistenciais, dos quais 69% destinados ao atendimento médico, dentário, hospitalar e laboratorial, 27% a realizações no plano sócio-recreativo e 4% à assistência financeira

No âmbito da Caixa de Assistência, a rede de convênios com hospitais e serviços especializados foi significativamente expandida, atingindo agora 498 unidades, o que possibilita expressiva redução de custos e melhoria no atendimento para os funcionários e seus dependentes. O sistema de credenciamento conta atualmente com 16 438 médicos, 2 354 laboratórios e 1 798 entidades hospitalares

O Programa para Alimentação do Trabalhador abrange 87 dependências, atendendo a cerca de 18 500 funcionários

Em apoio aos interesses da Empresa e também dos funcionários, tem se incentivado a instalação e melhoria dos parques sócio-desportivos das entidades situadas nas zonas mais carentes

Para alcançar os objetivos propostos, inclusive minimização dos custos de construção das benfeitorias, a Federação Nacional de Associações Atléticas Banco do Brasil (FENAB) e o Departamento Geral de Assistência ao Pessoal têm procurado transmitir informações e orientação aos dirigentes das Associações Atléticas Banco do Brasil (AABBs)

Cumprindo a finalidade de sua criação, a FENAB desenvolveu intensa atividade sócio-cultural-desportiva de âmbito nacional, obtendo com isso avanços significativos no sentido da integração do funcionalismo, sem contar os efeitos promocionais dessas realizações para o Banco.

Com relação ao programa de previdência, a complementação de aposentadoria e pensões, inclusive abono de assistência social, a cargo da Caixa de Previdência e do Banco, atingiu a cifra de Cr$ 7,2 bilhões.

A Carteira Imobiliária da PREVI, já adaptada às exigências da Lei n.º 6 435, de 15.07.77, reativou suas operações no período, com a concessão de 300 novos financiamentos a funcionários para aquisição da casa própria, no valor global de Cr$ 441 milhões

Recursos Materiais

Dependências no País: Agora são 1551

Para melhor apoiar o desenvolvimento do País, financiar as atividades produtivas e integrar novas áreas no processo de geração de riquezas, o Banco colocou em operação no decurso do ano, mais 325 unidades. Isso eleva para 1.551 o número de dependências em funcionamento no território brasileiro, sendo 1 106 agências autônomas, 78 subagências, 107 postos de serviços e 260 postos avançados de crédito rural. Outras 108, em fase de instalação, em breve ingressarão no sistema.

REDE DE DEPENDÊNCIAS NO PAÍS

REGIÕES	DEZEMBRO/78				Movimento no Período		[illegible]EMBR[illegible]			
	Em Funcionamento		Em Instalação		Inaugurações	Criações	Em Funcionamento		Em Instalação	
	Nº	%	Nº	%			Nº	%	Nº	%
NORTE	42	3,4	15	10,2	13	6	55	3,5	8	7,4
NORDESTE	297	24,2	79	53,7	143	110	440	28,4	46	42,6
SUDESTE	492	40,1	31	21,1	48	47	540	34,8	30	27,8
SUL	269	22,0	3	2,1	94	96	363	23,4	5	4,6
CENTRO-OESTE	126	10,3	19	12,9	27	27	153	9,9	19	17,6
BRASIL	1 226	100,0	147	100,0	325	286	1 551	100,0	108	100,0

Obs.: Inclui agências, subagências, postos-de-serviço e postos avançados de crédito rural
Fonte: DITEC/DEORG
Elaboração: DIPLA/COESE

Vivemos num País de muitos contrastes. A um litoral industrializado, com setores claramente avançados, opõe-se um interior pouco desenvolvido. Entremear essa realidade sócio-econômica com instituições modernas e induzir a comportamento mais produtivo, sem violentar suas respectivas vocações naturais, tem sido missão histórica do Banco do Brasil.

Por isso mesmo, a política adotada pelo Banco para a abertura de novas agências visa precipuamente beneficiar aquelas comunidades mais longínquas onde sua presença se constitui poderoso indutor do progresso, abrindo novos horizontes para a sua população.

Nesse contexto, 56,3% das inaugurações em 1979 deram-se nas áreas mais carentes de recursos do Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Além disso, o Banco conta com 67% de suas filiais instaladas em municípios com até 50 mil habitantes, enquanto nos centros urbanos com população superior a 1 milhão de habitantes encontram-se apenas 6% de suas agências.

Essa incessante preocupação em levar o desenvolvimento ao interior do País culminou com a iniciativa do Banco em criar os postos avançados de crédito rural. Paralelamente, com a implantação dos 6 800 pontos de atendimento, no decorrer do próximo ano, o Banco concentrará mais esforços no sentido de [illegible] sua atuação junto ao setor primário, base para o desenvolvimento mais equilibrado da economia brasileira.

Processamento de Dados

Sempre atento ao contexto em que atua, cuida o Banco de assimilar, empregar e aperfeiçoar novas técnicas, de forma a manter-se ajustado à dinâmica do desenvolvimento e poder oferecer serviços rápidos e seguros à sua clientela.

Os múltiplos encargos que lhe são confiados, ao mesmo tempo em que atestam sua eficiência, constituem verdadeiros desafios à criatividade e capacidade de organizar-se. Esse é o motivo por que o Banco simplifica sistemas, altera mecanismos, utiliza máquinas avançadas e promove mudanças em sua estrutura de funcionamento.

A gradativa implantação dos Centros de Processamento de Serviços e Comunicações – CESEC permite incorporar ao sistema número crescente de filiais, com ônus reduzido, já que existem condições de realocar nessas áreas

o material e mão-de-obra liberados pela racionalização.

Os trabalhos de implantação dos centros foram sensivelmente intensificados no exercício. Das 51 unidades programadas, 17 já estão em funcionamento e as de Brasília, Curitiba, Guarapuava, São Luís, São Paulo e Teresina encontram-se totalmente implantadas. Os CESEC de Juiz de Fora, Recife e do Rio de Janeiro proximamente completarão a ultima etapa.

Nesse segmento, os equipamentos eletrônicos são peças fundamentais pelo elevado grau de racionalização que proporcionam aos serviços das agências. Em razão disso, foram adquiridos dois novos computadores – Burroughs 4800 e IBM 370/158 –, além da locação de um IBM 370/155.

Comunicações num Contexto de Dinamismo

A velocidade na transmissão de informações é uma característica do nosso tempo. Daí ser marcante a atualização do sistema de comunicações no processo de desenvolvimento dos negócios do Banco.

A necessidade de dinamizar ainda mais os serviços de telex fez com que fossem trocadas em Recife, Belo Horizonte e Florianópolis unidades eletromecânicas por avançadas centrais eletrônicas. O remanejamento do material substituído para Manaus, Teresina e Belém proporcionou sua integração à rede automática do País.

A fim de tornar mais flexível e eficiente o sistema que atende à área internacional, sua central eletrônica foi ampliada para 56 troncos e 160 ramais, podendo operar, cumulativamente, como central de trânsito da rede privada de telex. Foi ativado também o segundo canal de voz Rio/Madri, multiplexado em 24 faixas telegráficas, abrangendo as dependências do Banco localizadas na Europa, Ásia e África.

Quanto à telefonia, serviço que interliga quase o total das agências no País, foi colocada em funcionamento, no Rio de Janeiro, a Central de trânsito, conectora de 19 unidades PABX. Em 1979, além de outras realizações, foram instalados 16 centros PABX, 168 PAX, 150 sistemas executivos em várias unidades e equipamentos telefônicos em 102 filiais.

Relativamente à radiocomunicação, implantaram-se 102 novas estações com a extensão desses serviços aos estados de Pernambuco, Rio Grande do Norte, Amazonas, Rio de Janeiro e São Paulo. A rede de rádio atende agora 155 dependências (140 filiais e 15 postos avançados de crédito rural), contra 47 no ano passado, registrando crescimento de 230%.

Racionalização de Procedimentos: Meta Constante

A implantação do mecanismo de centralização das contas de depósitos bancários em Brasília representa uma contribuição do Banco para racionalizar procedimentos, reduzir custos e, naturalmente, proporcionar às autoridades monetárias informações ágeis e precisas sobre todo o sistema.

Essa medida é uma das etapas previstas na tese "Sistema Nacional de Compensação" que o Banco apresentou e conseguiu aprovar no XII Congresso Nacional de Bancos, realizado em Belo Horizonte, de 22 a 25 de outubro último.

Centralizado em São Paulo, o novo sistema permitirá a liquidação, em três dias úteis, de todos os documentos girados sobre capitais de Estados, Territórios e Distrito Federal, praças do interior centralizadoras de sistemas integrados regionais e a maioria de suas centralizadas – cerca de 1 500 localidades.

Preparatória do grande empreendimento, a interligação dos Sistemas Integrados do Rio de Janeiro e São Paulo, ocorrida em setembro, cria praticamente um sistema único na região.

Um Banco Também de Dados

Um moderno e eficiente suporte estatístico, utilizando tecnologia avançada, possibilita ao Banco estabelecer, em nível detalhado, o cronograma das utilizações e retorno de capital nos empréstimos, podendo determinar até seu fluxo diário de caixa. O Sistema, denominado ESCAI, tornou-se um banco de dados sobre a maioria das operações do Banco e reúne valiosas informações a respeito dos produtos financiados. Abrange a totalidade das agências no País, que se encarregam de cadastrar cada operação de empréstimo, passando a contar, daí em diante, exclusivamente com os documentos do computador.

Além de toda informação de natureza estatística, a sistemática oferece às agências novos instrumentos de controle individual das operações e as desobrigam, ainda, da escrituração contábil e diária das contas de empréstimos e do cálculo dos juros por ocasião dos balanços.

A Utilidade das Informações Gerenciais

O Sistema de Informações Gerenciais (SIG), implantado em 1975, compreende agora mais de mil dependências e permite divulgar, com intervalo máximo de 48 horas, a posição das contas do Banco.

Além disso, é de grande utilidade no apoio à iniciativa do Governo no âmbito da agricultura, pois possibilita o acompanhamento diário da evolução dos créditos destinados ao custeio agrícola, ensejando, assim, maior controle no remanejamento dos recursos disponíveis.

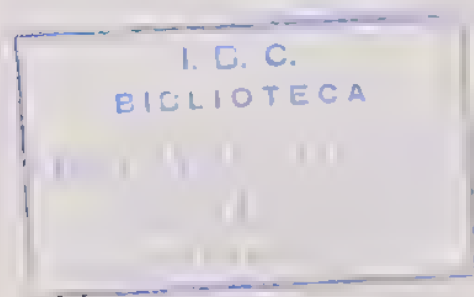
Em virtude da nova estrutura organizacional do Banco, foram feitas reformulações para adequar o SIG a essa outra realidade. As agências passaram a fornecer seus dados diretamente às Superintendências Regionais de Operações, para propiciar-lhes melhor controle dos empréstimos a nível de Estado, sem interferir no atendimento aos demais usuários do serviço.

Modernização Também nos Novos Prédios

Vencidas as três últimas etapas do projeto – instalação da agência, aprovação do sistema global de prevenção contra incêndio e urbanização da área externa –, o conjunto arquitetônico do Andaraí, no Rio de Janeiro, foi concluído em dezembro. Trata-se de um Centro Administrativo destinado a abrigar vários órgãos da Direção Geral ainda na Cidade Maravilhosa.

Na mesma época, em Brasília, no Setor Bancário Sul, foi concluído também o novo edifício-sede do Banco. Com área total superior a 46 mil m^2, é dotado de sofisticado sistema contra incêndio, auditório para 99 pessoas, equipado com aparelhagem para tradução simultânea, e refeitório com capacidade para atender 600 funcionários.

Além de acolher a administração do Banco, o prédio faz parte da estratégia de concentrar no menor número possível de unidades os diversos órgãos dispersos pela Capital Federal.

BANCO DO BRASIL
RELATÓRIO ANUAL 1979
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

BALANÇO PATRIMONIAL (Cr$ mil)

ATIVO

	31.12.79	31.12.78
CIRCULANTE	1.136.880.109	559.983.567
Disponibilidades	3.288.046	1.419.415
Operações de Crédito	448.877.482	248.909.376
Empréstimos e títulos descontados	235.278.996	147.594.227
Financiamentos rurais	221.255.500	105.979.292
(Provisão para créditos de liquidação duvidosa)	(6.366.470)	(3.177.805)
(Rendas a apropriar)	(1.290.544)	(1.486.338)
Relações Interbancárias e Interdepartamentais	135.210.041	135.029.056
Pagamentos e recebimentos a liquidar	7.430.098	10.810.223
Correspondentes no exterior em moedas estrangeiras	63.314.723	122.963.206
Correspondentes em moeda nacional	32.882	24.613
Departamentos no exterior – conta capital	–	1.050.208
Departamentos e congêneres no exterior em moeda nacional	116.913	62.967
Contas interdepartamentais – País	64.315.425	117.839
Créditos Diversos	547.287.990	172.583.845
Banco Central – recolhimentos e depósitos	49.792.283	31.985.716
Operações de conta do Banco Central	6.875.703	638.588
Operações de conta do Tesouro Nacional	110.421.078	56.656.943
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	33.213.809	15.358.651
Cambiais e documentos a prazo em moedas estrangeiras	5.635.061	928.143
Financiamentos em moedas estrangeiras	85.648	30.132
Outros créditos em moeda nacional	146.161.470	19.743.197
Outros créditos em moedas estrangeiras	195.220.363	47.298.833
(Rendas a apropriar)	(117.425)	(56.358)
Valores e Bens	2.215.721	2.039.095
Títulos de renda fixa	524.164	1.516.356
Valores em moedas estrangeiras	341.526	94.401
Outros valores e bens	1.350.031	428.338
Despesas de Exercícios Futuros	829	2.780
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	269.866.645	201.047.299
Operações de Crédito	253.396.418	179.103.385
Empréstimos e títulos descontados	119.818.166	88.550.343
Financiamentos rurais	136.660.809	91.287.375
Créditos em liquidação	9.295.092	3.765.413
(Provisão para créditos de liquidação duvidosa)	(12.377.649)	(4.472.507)
(Rendas a apropriar)	–	(27.239)
Créditos Diversos	12.781.542	10.791.175
Banco Central – recolhimentos e depósitos	4.583.409	–
Operações de conta do Banco Central	573.810	162.038
Operações de conta do Tesouro Nacional	–	12.855
Outros créditos em moeda nacional	7.624.323	10.616.348
(Rendas a apropriar)	–	(66)
Valores e Bens	3.688.685	11.152.739
Títulos de renda fixa	2.150.248	6.069.277
Outros valores e bens	1.538.437	5.744.634
(Provisão para desvalorização)	–	(661.172)
PERMANENTE	54.322.733	17.498.147
Investimentos	26.988.127	1.394.338
Departamentos no exterior	7.182.405	–
Investimentos em sociedades ligadas	15.228.588	1.259.783
Outros investimentos	4.577.134	134.555
Imobilizado	26.962.543	16.021.815
Imóveis de uso	19.320.387	11.712.681
Imobilizações em curso	9.961.290	5.732.705
Outros bens de uso	6.251.518	3.754.745
(Provisão para depreciação)	(8.570.652)	(5.178.316)
Diferido	372.063	81.994
Despesas de organização e expansão	510.524	111.640
(Provisão para amortização)	(138.461)	(29.646)
	1.461.069.487	778.529.013

PASSIVO

	31.12.79	31.12.78
CIRCULANTE	731.652.563	383.494.316
Depósitos	264.455.831	125.996.680
À vista	263.114.691	124.420.184
A prazo	1.341.140	1.576.496
Relações Interbancárias e Interdepartamentais	36.463.458	121.074.336
Pagamentos e recebimentos a liquidar	1.236.106	728.464
Cobrança efetuada em trânsito	8.005.563	4.752.721
Correspondentes no exterior em moedas estrangeiras	22.492.218	94.215.314
Correspondentes em moeda nacional	292.571	180.159
Ordens de pagamento	4.423.063	2.280.388
Departamentos e congêneres no exterior em moeda nacional	13.937	17.521
Contas interdepartamentais – País	–	18.899.769
Obrigações por Empréstimos	93.546.868	45.548.653
Redescontos e empréstimos do Banco Central	2.419.454	1.884.900
Obrigações por empréstimos no país	27.126.057	24.564.593
Obrigações por empréstimos externos	10.358.950	2.601.657
Obrigações em moedas estrangeiras	53.642.407	16.497.503
Obrigações por Recebimentos – Tributos e Encargos Sociais	16.719.175	9.754.468
Outras Obrigações	320.467.231	81.120.179
Operações de conta do Banco Central	30.825.322	4.226.974
Operações de conta do Tesouro Nacional	32.117.615	16.054.749
Provisão para pagamentos	39.653.041	22.447.266
Obrigações diversas em moeda nacional	70.637.733	6.427.887
Obrigações diversas em moedas estrangeiras	147.233.520	31.963.303
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	591.012.905	310.719.548
Obrigações por Empréstimos	121.505.773	93.157.258
Obrigações por empréstimos no país	84.247.753	70.623.497
Obrigações por empréstimos externos	37.258.020	22.258.689
Obrigações em moedas estrangeiras	–	275.072
Outras Obrigações	469.507.132	217.562.290
Operações de conta do Banco Central	27.776.906	13.918.910
Operações de conta do Tesouro Nacional	8.011.427	9.030.420
Provisão para pagamentos	453.025	–
Banco Central, conta de movimento	366.048.531	192.326.439
Obrigações diversas em moeda nacional	67.217.243	2.286.521
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	138.404.019	84.315.149
Capital Social	39.801.400	29.376.000
Reservas de Capital	35.203.832	21.578.382
Reservas de Reavaliação	2.804.682	–
Reservas e Retenção de Lucros	14.995.141	7.717.262
Lucros Acumulados	45.598.964	25.643.505
	1.461.069.487	778.529.013

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(em milhares de cruzeiros)

	ESPECIFICAÇÃO	CAPITAL SOCIAL	RESERVAS DE CAPITAL	RESERVAS DE REAVALIAÇÃO	RESERVAS E RETENÇÃO DE LUCROS	LUCROS ACUMULADOS	PATRIMÔNIO LÍQUIDO
	SALDOS EM 31.12.77	26.972.887	8.136.488	–	4.623.361	12.820.571	52.553.307
1.° SEM /78	AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	–	(2.739.697)	–	1.233.907	1.865.882	360.092
	CORREÇÃO MONETÁRIA	–	5.527.755	–	930.688	2.333.597	8.792.040
	SALDO AJUSTADO E CORRIGIDO	26.972.887	10.924.546	–	6.787.956	17.020.050	61.705.439
	AUMENTO DE CAPITAL POR SUBSCRIÇÃO	2.403.113	2.403.113	–	–	–	4.806.226
	REVERSÃO DE RESERVAS:						
	Outras Reservas	–	–	–	(21.812)	21.812	–
	LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	–	–	–	–	5.227.307	5.227.307
	DESTINAÇÕES DO LUCRO:						
	Reserva Legal	–	–	–	261.365	(261.365)	–
	Reservas Estatutárias	–	–	–	223.943	(223.943)	–
	Reservas para Contingências	–	–	–	1.588	(1.588)	–
	Dividendos (Cr$ 0,08 por ação)	–	–	–	–	(2.253.384)	(2.253.384)
	SALDOS EM 30.06.78	29.376.000	13.327.659	–	7.253.040	19.528.889	69.485.588
2.° SEM /78	AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	–	516.123	–	–	579.476	1.095.599
	CORREÇÃO MONETÁRIA	–	7.686.796	–	1.187.972	3.202.124	12.076.892
	SALDO AJUSTADO E CORRIGIDO	29.376.000	21.530.578	–	8.441.012	23.310.489	82.658.079
	INCORPORAÇÕES NO SEMESTRE	–	47.804	–	35.794	–	83.598
	REVERSÃO DE RESERVAS:						
	Reservas para Contingências	–	–	–	(955)	955	–
	Reserva de Lucros a Realizar	–	–	–	(1.180.556)	1.180.556	–
	Outras Reservas	–	–	–	(26.829)	26.829	–
	LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	–	–	–	–	4.804.832	4.804.832
	DESTINAÇÕES DO LUCRO:						
	Reserva Legal	–	–	–	240.242	(240.242)	–
	Reservas Estatutárias	–	–	–	206.953	(206.953)	–
	Reservas para Contingências	–	–	–	1.601	(1.601)	–
	Dividendos (Cr$ 0,11 por ação)	–	–	–	–	(3.231.360)	(3.231.360)
	SALDOS EM 31.12.78	29.376.000	21.578.382	–	7.717.262	25.643.505	84.315.149
1.° SEM /79	AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	–	–	–	–	2.627.448	2.627.448
	CORREÇÃO MONETÁRIA	–	9.457.342	–	1.423.716	5.347.634	16.228.692
	SALDO AJUSTADO E CORRIGIDO	29.376.000	31.035.724	–	9.140.978	33.618.587	103.171.289
	AUMENTO DE CAPITAL	10.425.400	(10.422.269)	–	–	(3.131)	–
	REFORÇOS:						
	Doações e Subvenções	–	321	–	–	–	321
	REVERSÃO DE RESERVAS:						
	Reservas para Contingências	–	–	–	(13.490)	13.490	–
	Reservas Estatutárias	–	–	–	(32.572)	32.572	–
	LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	–	–	–	–	6.571.979	6.571.979
	DESTINAÇÕES DO LUCRO:						
	Reserva Legal	–	–	–	328.599	(328.599)	–
	Fundo de Incentivo à Pesquisa Técnico-Científica	–	–	–	131.440	(131.440)	–
	Fundo para Prejuízos Eventuais	–	–	–	197.159	(197.159)	–
	Dividendos (Cr$ 0,13 por ação)	–	–	–	–	(3.818.880)	(3.818.880)
	Bonificação em dinheiro (Cr$ 0,07 por ação)	–	–	–	–	(2.056.320)	(2.056.320)
	SALDOS EM 30.06.79	39.801.400	20.613.776	–	9.752.114	33.701.099	103.868.389
2.° SEM /79	AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	–	–	–	–	1.974.248	1.974.248
	CORREÇÃO MONETÁRIA	–	14.589.425	–	2.031.400	9.110.041	25.730.866
	SALDO AJUSTADO E CORRIGIDO	39.801.400	35.203.201	–	11.783.514	44.785.388	131.573.503
	REFORÇOS:						
	Doações e Subvenções	–	631	–	–	–	631
	Reavaliação em Controladas	–	–	2.804.682	–	–	2.804.682
	Reserva Especial de Lucros a Realizar	–	–	–	2.597.908	–	2.597.908
	REVERSÃO DE RESERVAS:						
	Reservas Estatutárias	–	–	–	(17.731)	17.731	–
	Reserva de Lucros a Realizar	–	–	–	(665.047)	665.047	–
	LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	–	–	–	–	8.771.295	8.771.295
	DESTINAÇÕES DO LUCRO:						
	Reserva Legal	–	–	–	438.565	(438.565)	–
	Fundo de Incentivo à Pesquisa Técnico-Científica	–	–	–	175.426	(175.426)	–
	Fundo para Prejuízos Eventuais	–	–	–	263.139	(263.139)	–
	Reserva de Lucros a Realizar	–	–	–	419.367	(419.367)	–
	Dividendos (Cr$ 0,16 por ação)	–	–	–	–	(4.700.160)	(4.700.160)
	Bonificação em dinheiro (Cr$ 0,09 por ação)	–	–	–	–	(2.643.840)	(2.643.840)
	SALDOS EM 31.12.79	39.801.400	35.203.832	2.804.682	14.995.141	45.598.964	138.404.019

BALANCETE SINTÉTICO DA CARTEIRA DE CÂMBIO
(em milhares de cruzeiros)

ATIVO

EM MOEDAS ESTRANGEIRAS	**264.597.321**
Correspondentes no exterior em moedas estrangeiras	63.314.723
Cambiais e documentos a prazo, em moedas estrangeiras	5.635.061
Contas gráficas em moedas estrangeiras	144.184.488
Cotas de contribuição a receber de exportadores	5.504.204
Créditos registrados em moedas estrangeiras, a receber	45.531.671
Financiamentos em moedas estrangeiras	85.648
Valores em moedas estrangeiras	341.526
EM MOEDA NACIONAL	**109.832.535**
Adiantamentos sobre contratos de câmbio	33.213.809
Empréstimos e títulos descontados – câmbio	40.199.046
Devedores por créditos liquidados no exterior	550.459
Banco Central – recolhimentos e depósitos	26.727.232
Correspondentes no exterior em moeda nacional	19.878
Departamentos no exterior – conta capital	7.182.405
Departamentos e congêneres no exterior em moeda nacional	116.913
Rendas a receber – câmbio	54.512
Outros créditos em moeda nacional	3.541.096
(Rendas a apropriar)	(109.599)
(Provisão para créditos de liquidação duvidosa)	(1.663.216)
TOTAL	**374.429.856**

PASSIVO

EM MOEDAS ESTRANGEIRAS	**223.368.145**
Correspondentes no exterior em moedas estrangeiras	22.492.218
Obrigações em moedas estrangeiras	53.642.407
Contas gráficas em moedas estrangeiras	140.269.189
Cotas de contribuição a entregar	6.964.331
EM MOEDA NACIONAL	**82.473.281**
Depósitos vinculados	17.876.767
Outros depósitos	14.898
Correspondentes no exterior em moeda nacional	10.008
Departamentos e congêneres no exterior em moeda nacional	13.937
Obrigações por empréstimos externos	45.987.673
Provisão para pagamentos a efetuar – câmbio	14.282.016
Outras obrigações em moeda nacional	4.287.982
CONTAS DE RESULTADO	**4.957.471**
Resultados de câmbio – saldo credor	7.716.304
Rateio de resultados internos – câmbio – saldo credor	231
Outras contas credoras	5.464.431
(Outras contas devedoras)	(8.223.495)
EXCESSO DOS SALDOS DEVEDORES SOBRE OS CREDORES – VALOR PARA BALANCEAMENTO	**63.630.959**
TOTAL	**374.429.856**

DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS
(em milhares de cruzeiros)

	1979	1978
ORIGENS DOS RECURSOS:		
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	15.343.274	10.032.140
DEPRECIAÇÃO E AMORTIZAÇÃO	890.401	1.974.829
REALIZAÇÃO DE CAPITAL SOCIAL	10.425.400	2.403.113
AUMENTO DE RESERVAS	41.539.396	24.811.333
RECURSOS DE TERCEIROS, ORIGINÁRIOS		
Do Aumento do Exigível a Longo Prazo	280.293.357	89.346.114
TOTAL DAS ORIGENS (1)	348.491.828	128.567.529
APLICAÇÕES DOS RECURSOS:		
DIVIDENDOS E BONIFICAÇÃO EM DINHEIRO	13.219.200	5.484.744
AUMENTO:		
Do Realizável a Longo Prazo	68.819.346	54.946.357
Do Ativo Imobilizado	11.750.577	5.024.121
Dos Investimentos	25.593.790	977.469
Do Ativo Diferido	370.620	106.023
TOTAL DAS APLICAÇÕES (2)	119.753.533	66.538.714
AUMENTO DO CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO (1 – 2)	228.738.295	62.028.815

MODIFICAÇÕES NA POSIÇÃO FINANCEIRA:	31.12.78	31.12.79	AUMENTO
ATIVO CIRCULANTE	559.983.567	1.136.880.109	576.896.542
PASSIVO CIRCULANTE	(383.494.316)	(731.652.563)	(348.158.247)
CAPITAL CIRCULANTE LÍQUIDO	176.489.251	405.227.546	228.738.295

NOTAS EXPLICATIVAS

NOTA 1 – O BANCO E SUAS OPERAÇÕES

O Banco do Brasil S.A., fundado em 1854, é uma companhia aberta, de direito privado, regida, sobretudo, pela legislação das sociedades por ações. Tem por objetivo fomentar a produção nacional, promover a circulação dos bens produzidos e incentivar o intercâmbio comercial do País com o exterior. É também autoridade monetária e principal agente financeiro do Governo Federal, nos termos da Lei 4.595/64.

NOTA 2 – DIRETRIZES CONTÁBEIS

Essas demonstrações seguem as normas do Banco Central do Brasil, calcadas na legislação das sociedades anônimas, a que o Banco se sujeita. Em resumo, os princípios e procedimentos contábeis adotados:

a) o regime contábil é o de competência de exercício;

b) a classificação em curto e longo prazos, do realizável e do exigível, obedece ao art. 179 da Lei 6.404/76;

c) os direitos e obrigações em moedas estrangeiras ou sujeitos a indexação estão ajustados às taxas cambiais ou índices oficiais, na data do encerramento do balanço;

d) a variação cambial do exercício foi integralmente imputada ao resultado, procedendo-se entretanto os devidos ajustes fiscais no Livro de Apuração do Lucro Real (CrS1.194.960 mil), na forma do item IV-a da Deliberação CVM n.º 8, de 08.01.80;

e) a provisão para créditos de liquidação duvidosa é suficiente para absorver possíveis perdas da espécie. Ademais, as operações de crédito estão preponderantemente amparadas por garantias reais, avais, fianças e outras, bem como operações de crédito rural – cerca de Cr$ 98 milhões – estão amparadas por seguro de crédito. Por outro lado, o risco de certas operações de programas especiais não corre à conta do Banco (cerca de Cr$ 185 bilhões);

f) o imobilizado está monetariamente corrigido pelos índices oficiais e depreciado – à exceção de terrenos e florestas – pelo método linear às seguintes taxas anuais: edificações e benfeitorias – 4%; sistema de mecanização avançada, veículos, e instalações e equipamentos elétricos – 20%; demais itens – 10%;

g) as participações societárias estão classificadas no ativo permanente-investimentos e demonstradas ao custo corrigido monetariamente, sendo que as empresas controladas são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial.

NOTA 3 – MUDANÇAS DE DIRETRIZES CONTÁBEIS

No presente exercício passaram a ser adotados os seguintes critérios:

a) as agências no exterior, por sua perfeita simetria, passaram a ter o tratamento de subsidiária integral previsto na Lei 6.404/76. Assim, os valores inscritos em "Departamentos no Exterior" foram cambialmente atualizados e avaliados pelo método de equivalência patrimonial, e também transferidos para o ativo permanente-investimentos, onde, doravante, estarão sujeitos à correção monetária. O valor dessa primeira equivalência patrimonial foi levado à Reserva Especial de Lucros a Realizar;

b) em razão do Parecer Normativo CST n.º 108, de 28.12.78, as participações acionárias, antes classificadas no realizável, foram transferidas para o ativo permanente-investimentos, procedendo-se a correção monetária e equivalência patrimonial (apenas para as controladas) desde 1978. Somente foram levados a resultado os efeitos relativos a 1979 uma vez que os referentes a períodos passados constituíram ajustes de exercícios anteriores.

NOTA 4 – INVESTIMENTOS EM SOCIEDADES LIGADAS
(em milhares de cruzeiros)

Nas controladas as avaliações pelo método da equivalência patrimonial somaram MCr$ 4.857.965, sendo que MCr$ 2.053.283 foram levados ao resultado do exercício, uma vez que MCr$ 2.804.682 correspondem a reavaliações do ativo dessas empresas.

CONTROLADAS

DISCRIMINAÇÃO	Capital social realizado	Patrimônio líquido ajustado	Resultado no exercício	Data base	Nossa participação %	Número e espécie de ações	Valor contábil 31.12.79
Brasilian American Merchant Bank	21.165	1.977.470	1.369.933	31.12.79	100,00	Subsidiária integral	1.977.470
Brazilian Finance and Investment Corporation	7.196	7.442	10.145	31.12.79	100,00	Subsidiária integral	7.442
Companhia Aços Especiais Itabira	3.590.471	11.869.006	3.585	30.11.79	81,98	2.057.077.179 ON 105.071.283 OP 41.412.058 PP	10.033.975
Forjas Acesita S.A.	680.000	790.162	(176.019)	30.11.79	18,46	81.969.126 ON	153.687
Riocell Administração S.A.	2.194.000	2.587.183	(35.852)	31.10.79	50,46	1.107.000 ON	1.432.338

COLIGADAS

DISCRIMINAÇÃO	Nossa participação %	Valor contábil 31.12.79
Banco Unido de Fomento	10,00	31.632
Banque Internacionale Pour l'Afrique Occidentale	20,00	334.746
European Brazilian Bank Limited	31,89	124.116
Kuwait Pacific Company Limited	10,00	8.351
Aços Finos Piratini S.A.	18,76	701.113
Atlântida Hotéis e Turismo S.A.	11,03	1.003
COBRA – Computadores e Sistemas Brasileiros S.A.	13,00	41.528
Companhia Brasileira de Entrepostos e Comércio	31,49	315.288
Companhia Fábrica de Tecidos Dona Isabel	11,26	31.069
Companhia Norte Mineira de Hotéis e Turismo	14,12	2.148
Chami Empreendimentos S.A.	10,03	1.805
Curi S.A. – Hotéis e Turismo	11,99	2.284
Empresa de Hotéis e Turismo Costa do Sol S.A.	25,86	601
Indústria Têxtil Armando Pinho S.A.	12,75	601
Malibu Palace Hotel S.A.	37,88	5.013
Nutrigel S.A. – Alimentos Supergelados	11,05	3.116
Proflora S.A. – Florestamento e Reflorestamento	22,22	19.261

NOTA 5 – DESPESAS DE OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS EXTERNOS

Provisionado o valor de Cr$ 1.629.296.996,77 inscrito na rubrica "OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS EXTERNOS".

NOTA 6 – PARTICIPAÇÃO DA CARTEIRA DE CÂMBIO EM COMISSÕES DE REPASSE DE OPERAÇÕES DA RESOLUÇÃO N.º 63

– percentual de participação: 100%
– valor incorporado como resultado da Carteira de Câmbio .... Cr$ 3.393.385.872,95

NOTA 7 – POSIÇÃO CAMBIAL

É a seguinte, registrada em contas de compensação:

Câmbio Comprado a Liquidar	Cr$ 75.228.017.186,26	D
Câmbio Vendido a Liquidar	Cr$ 68.757.164.306,96	C
Câmbio Liquidado	Cr$ 41.229.176.900,91	D
Movimento de Câmbio	Cr$ 47.700.029.780,21	C
Responsabilidades por Créditos para Importação	Cr$ 74.873.850.917,18	C

NOTA 8 – CAPITAL

Totalmente integralizado, é dividido em 29.376.000.000 ações sem valor nominal e inconversíveis de uma espécie em outra, sendo 16.470.368.400 ações ordinárias nominativas (56,07%) e 12.905.631.600 ações preferenciais ao portador (43,93%), estas sem direito a voto, mas com prioridade na distribuição de dividendos.
O Tesouro Nacional é o maior acionista, detendo o controle.

NOTA 9 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

A situação do patrimônio líquido no decorrer do período foi a seguinte:

	31.12.78	30.06.79	31.12.79
Capital (Cr$ mil)	29.376.000	39.801.400	39.801.400
Reservas (Cr$ mil)	54.939.149	64.066.989	98.602.619
Patrimônio Líquido (Cr$ mil)	84.315.149	103.868.389	138.404.019
Valor patrimonial da ação (Cr$)	2,87	3,54	4,71

NOTA 10 – AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

Totalizaram, no exercício, Cr$ 4.601.696 mil devido, sobretudo, no 1.º semestre/79, ao excesso da Provisão para Pagamento do Imposto de Renda (Cr$ 557.379 mil) e à atualização cambial – até 31.12.78 – do capital das agências no exterior (Cr$ 2.136.057 mil) e, no 2.º semestre/79, à correção monetária (Cr$ 918.577 mil) e à equivalência patrimonial (Cr$ 1.317.060 mil) – relativas a 1978 – das participações acionárias transferidas do realizável para o permanente-investimentos.

NOTA 11 – EFEITOS INFLACIONÁRIOS

Foi imputado ao resultado – na forma da Lei 6.404/76 – o montante de Cr$ 29.114.428 mil, assim compreendido:

	1.º sem/79	2.º sem/79	Exercício/79
Do Ativo Permanente	3.375.889	9.469.241	12.845.130
Investimentos	260.434	4.347.090	4.607.524
Imobilizado	3.084.203	5.072.017	8.156.220
Diferido	31.252	50.134	81.386
Do Patrimônio Líquido	16.228.692	25.730.866	41.959.558
Capital social	7.386.847	11.395.243	18.782.090
Reservas de capital	2.070.495	3.194.182	5.264.677
Reservas e retenção de lucros	1.423.716	2.031.400	3.455.116
Lucros acumulados	5.347.634	9.110.041	14.457.675
Resultado (devedor)	12.852.803	16.261.625	29.114.428

NOTA 12 – DIVIDENDOS

A política de dividendos do Banco adotada no curso de 1979 consiste na distribuição aos acionistas do lucro disponível – entendendo-se como tal a parcela que remanescer do lucro líquido após realizadas as necessárias destinações estatutárias – em perfeita sintonia com o Estatutos, que estipulam dividendo semestral mínimo e obrigatório equivalente a 25% do lucro líquido. Destarte, foram reservados Cr$ 7.344,0 milhões, relativamente ao 2.º semestre de 1979 (Cr$ 13.219,2 milhões no ano), para distribuição aos acionistas da seguinte forma:

Dividendos	Cr$ 0,16	por ação
Bonficação em dinheiro	Cr$ 0,09	por ação
TOTAL	Cr$ 0,25	por ação

Tivemos assim as seguintes distribuições nos dois últimos exercícios:

	DIVIDENDO	BONIFICAÇÃO EM DINHEIRO	TOTAL
1.º sem/78	Cr$ 0,08	–	Cr$ 0,08
2.º sem/78	Cr$ 0,11	–	Cr$ 0,11
1.º sem/79	Cr$ 0,13	Cr$ 0,07	Cr$ 0,20
2.º sem/79	Cr$ 0,16	Cr$ 0,09	Cr$ 0,25

NOTA 13 – COMPROMISSOS, RESPONSABILIDADES E CONTINGÊNCIAS

As contingências trabalhistas são as da C.L.T.
O Banco é patrocinador e contribuinte da Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil, que assegura e complementa a aposentadoria de funcionários e pensão de seus dependentes.
Existem litígios trabalhistas e civis não significativos.
As garantias concedidas a terceiros – fianças, avais e cartas de garantia – montam a Cr$ 84,1 bilhões, sujeitas entretanto a encargos financeiros e contragarantias pelos beneficiários.
O Banco é o operador do Fundo de Investimentos Setoriais (FISET) e administrador do Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PASEP), garantindo a este uma rentabilidade mínima igual à correção monetária mais juros de 3% a.a.
O Banco tem compromissos de créditos, decorrentes de operações já contratadas, e responsabilidades por administração de serviços de custódia, inclusive da reserva monetária.

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Senhores Acionistas,
O Conselho Fiscal do Banco do Brasil S.A., no uso de suas atribuições legais e estatutárias, declara que examinou as demonstrações contábeis referentes ao exercício recém-findo que refletem, adequadamente, a situação patrimonial e a posição financeira do Banco do Brasil S.A. em 31 de dezembro de 1979 e, por seus membros abaixo-assinados, recomenda que as contas submetidas à Assembleia Geral Ordinária sejam aprovadas pelos senhores acionistas.

Brasília (DF), 24 de janeiro de 1980

Odette de Castro Gouveia — José Willemsens Júnior

José Mendes de Oliveira Castro

João Jabour — Guilherme da Silveira Filho

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Senhores
Diretores e Acionistas do
BANCO DO BRASIL S.A.
Brasília – DF

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco do Brasil S.A. em 31 de dezembro de 1979, relativas ao ano findo nessa data, compreendendo o balanço patrimonial, a demonstração do resultado do exercício, a demonstração das origens e aplicações de recursos, a demonstração das mutações do patrimônio líquido, o balancete sintético da carteira de câmbio e o balanço geral condensado. Nosso exame foi efetuado de conformidade com os padrões de auditoria externa geralmente reconhecidos e aceitos, e incluíram as provas e os procedimentos técnicos de autoria externa na extensão que julgamos necessária segundo as circunstâncias.

As operações e os resultados das agências no exterior, bem como sua situação patrimonial foram auditadas por auditores independentes das respectivas localidades, cujos pronunciamentos examinamos.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras antes mencionadas, lidas em conjunto com as Notas Explicativas que as acompanham, representam adequada e fidedignamente a posição financeira e o resultado do Banco do Brasil S.A. em 31 de dezembro de 1979, de conformidade com as normas legais e regulamentares das instituições financeiras e com os princípios de contabilidade geralmente aceitos, aplicados de forma consistente em relação ao ano anterior, exceto quanto às mudanças referidas na Nota 3.

Brasília, 25 de janeiro de 1980

CAMPIGLIA & CIA. S/C AUDITORES INDEPENDENTES

A. O. Campiglia
Contador CRC SP-12179 S/DF-462
Auditor Responsável

O. R. P. Campiglia
Contador CRC SP – RP-14868

MEMBRO DA ALIDE
ASOCIACION LATINOAMERICANA DE INSTITUCIONES
FINANCIERAS DE DESARROLLO